



**MAGAZINE LUIZA S.A.**

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 47.960.950/0001-21

NIRE 35.3.0010481.1

**MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

**DATA: 18 DE ABRIL DE 2022**

**HORÁRIO: 15h00**

## ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO	3
2.	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	4
3.	INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA	6
4.	ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGO	6
5.	IDENTIFICAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES EM ASSEMBLEIA GERAL	11
6.	ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS:	12
7.	ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	13
8.	MODELO DE PROCURAÇÃO	18
	ANEXO I	21
	ANEXO II	27
	ANEXO III	72
	ANEXO IV	101

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente manual (“**Manual**”) tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações a V.Sas. acerca das matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária (“**AGO**”) do Magazine Luiza S.A. (“**Magalu**” ou “**Companhia**”), a ser realizada no próximo dia 18 de abril de 2022, às 15:00 horas, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *ALFM Easy Voting*. As instruções detalhadas para participação na AGO da Companhia estão previstas no item 4 deste Manual.

Assim, nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, (“**Lei das Sociedades por Ações**”), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009, (“**Instrução CVM 481**”) e do estatuto social da Companhia, seguem, neste Manual, as informações a respeito dos procedimentos e prazos relativos à AGO, bem como a apresentação da proposta da Administração.

## 2. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### MAGAZINE LUIZA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/ME nº 47.960.950/0001-21  
NIRE 35.3.0010481.1

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas do Magazine Luiza S.A. (“**Magalu**” ou “**Companhia**”) convocados para participarem da Assembleia Geral Ordinária (“**AGO**”), a ser realizada em 18 de abril de 2022, às 15:00 horas, **de modo exclusivamente digital**, por meio de plataforma eletrônica, sem prejuízo do uso do mecanismo de voto a distância como forma do exercício do direito de voto, nos termos do Manual do Acionista divulgado pela Companhia, para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia.

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- (ii) aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo a distribuição de dividendos;
- (iii) definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia, para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2023, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia;
- (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (v) definir o número de membros que comporão o Conselho Fiscal da Companhia, para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2023, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia;
- (vi) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia;
- (vii) aprovar a remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício social de 2022; e
- (viii) aprovar a remuneração do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2022.

Nos termos do art. 3ª da Instrução CVM nº 165/91 e do artigo 4º da Instrução CVM nº 481/09, informa-se que o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) das ações com direito a voto da Companhia. Esta

faculdade somente poderá ser exercida pelos acionistas se observada a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação à Assembleia.

**Documentos à disposição dos acionistas.** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no *website* da Companhia (<http://ri.magazineluiza.com.br>), bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei das Sociedades por Ações**”), e na Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“**Instrução CVM 481**”).

**Participação dos acionistas na AGO.** Os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia (“**Acionistas**”) poderão participar da AGO por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, das seguintes formas: (i) votando virtualmente, por meio de plataforma eletrônica; ou (ii) votando à distância, via boletim de voto, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do Manual do Acionista.

O acionista que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, enviando o correspondente boletim de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes no Manual do Acionista. Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da B3 que desejarem participar das Assembleias deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante.

Adicionalmente, os Acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que optarem por participar virtualmente da AGO, por meio de plataforma eletrônica, deverão se cadastrar obrigatoriamente até o dia 16 de abril de 2022, por meio do link de acesso <https://plataforma.alfm.adv.br/ALFM/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxT3Pgyd78aM/6QjALj3w57ru1kn/9jZuvyDaVoMuXJN6> (“**Link de Acesso**”), fornecendo a documentação e informações indicadas no Manual do Acionista divulgado pela Companhia em 18 de março de 2022. A documentação e informações enviadas por meio do Link de Acesso até o dia 16 de abril de 2022 serão validadas pela Companhia e o acionista receberá, até às 23:59 horas (horário de Brasília/DF - Brasil), do dia 17 de abril de 2022, um acesso **pessoal e intransferível** para sua participação virtual na AGO.

Os acionistas que não se cadastrarem no Link de Acesso e/ou não enviarem os documentos obrigatórios para sua participação através do Link de Acesso até o dia 16 de abril de 2022, não poderão participar da AGO.

**Informações sobre AGO virtual.** Para maiores informações sobre a participação na AGO virtual da Companhia, os Acionistas devem entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, através do e-mail [ri@magazineluiza.com.br](mailto:ri@magazineluiza.com.br) ou do telefone (11) 3504-2727.

Franca, 18 de março de 2022

**Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues**

Presidente do Conselho de Administração

### 3. INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA

A Assembleia Geral Ordinária instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Acionistas representando, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, com qualquer número de Acionistas presentes.

### 4. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGO

Os Acionistas poderão participar da AGO por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, das seguintes formas: (i) votando virtualmente, por meio da plataforma eletrônica *ALFM Easy Voting*; ou (ii) votando à distância, via boletim de voto, conforme orientações previstas neste Manual.

#### 4.1 Participação virtual, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos

Os Acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que optarem por participar virtualmente da AGO, por meio da plataforma eletrônica *ALFM Easy Voting*, deverão se cadastrar obrigatoriamente até o dia 16 de abril de 2022, através do link de acesso <https://plataforma.alfm.adv.br/ALFM/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxT3Pgyd78aM/6QjALj3w57ru1kn/9jZuvyDaVoMuXJN6> (“**Link de Acesso**”). Para realizar o cadastro na plataforma, o Acionista deverá acessar o *Link de Acesso* e concordar com a coleta dos dados pessoais solicitados. Após seu expresso consentimento, os dados serão coletados exclusivamente para possibilitar o cadastro na plataforma e para a habilitação no evento, de modo que serão armazenados pela Companhia pelo período legal e descartados em conformidade com o disposto na Lei nº13.709/18, a Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”). Após a aprovação da coleta de dados, o Acionista, seu Representante ou Procurador, deverá inserir as seguintes informações: (i) nome; (ii) número do Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Economia (CPF/ME); (iii) e-mail; e (vi) telefone celular para contato. Além destas informações, para realizar o cadastro, os Acionistas, seus Representantes ou Procuradores, deverão permitir o uso da sua câmera do seu dispositivo para tirar uma foto do seu rosto.

Deverão, ainda, informar se são Representantes ou Procuradores e caso positivo, poderão importar uma planilha com as informações de todos os representados, ou cadastrá-los manualmente, fornecendo: (i) nome ou razão social; e (ii) número do Cadastro de Pessoa Física/Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CPF/ME ou CNPJ/ME). Caso o Representante ou o Procurador deseje importar uma planilha com as informações de seus representados, deverá fazer o *download* do modelo aceito pela plataforma, inserir os dados solicitados e realizar novo *upload* do documento.

Além destas informações, para realizar o cadastro, os Acionistas deverão fazer o *upload*, na plataforma eletrônica, através do mesmo Link de Acesso, até o dia 16 de abril de 2022, do comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia, bem como dos seguintes documentos, conforme aplicável:

- (a) **peçoas físicas:** documento de identidade do Acionista, com foto;
- (b) **peçoas jurídicas:** cópia do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores

e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e

- (c) **fundos de investimento:** cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is).

Aos Acionistas que forem representados por meio de procuração, deverá ser enviado o instrumento de mandato outorgado há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme entendimento do Colegiado da CVM em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ 2014/3578), os Acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados na AGO por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade representada e conforme as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Código Civil**”) ou da Lei das Sociedades por Ações, a depender do tipo societário do Acionista, não sendo necessário que o mandatário seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

Excepcionalmente para esta AGO e em decorrência da atual situação do país, de forma a assegurar a participação do acionista, a Companhia não exigirá cópias autenticadas nem reconhecimento de firma de documentos emitidos e assinados no território brasileiro ou a notariação, consularização e apostilação perante a Embaixada ou Consulado do Brasil daqueles assinados fora do Brasil, porém a tradução simples dos referidos documentos estrangeiros será obrigatória.

Juntamente com a procuração, cada Acionista que não for pessoa física ou que não assinar a procuração em seu próprio nome, deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

O Secretário da mesa poderá solicitar que os Acionistas, representantes legais ou procuradores apresentem (virtualmente) seus documentos de representação antes ou durante a realização da AGO.

Os representantes e procuradores devidamente constituídos que representarem mais de um Acionista na AGO deverão obrigatoriamente realizar apenas um cadastro e fazer o *upload* de todos os comprovantes de titularidade das ações de emissão da Companhia e respectivos documentos de representação pelo Link de Acesso. Caso o representante ou procurador possua mais de 5 (cinco) acionistas representados, deverá solicitar para a Companhia, após a homologação dos seus representados, modelo de planilha para inserir as orientações de votos de cada Acionista. A planilha deverá ser enviada à Companhia até o dia 16 de abril de 2022, por meio do e-mail [ri@magazineluiza.com.br](mailto:ri@magazineluiza.com.br). As documentações e informações devidamente enviadas através do Link de Acesso até o dia 16 de abril de 2022, serão validadas pela Companhia e o Acionista receberá, até às 23:59 horas (horário de Brasília/DF - Brasil), do dia 17 de abril de 2022, um e-mail com a confirmação de cadastro e com um login e senha **pessoais e intransferíveis** para acesso e participação virtual na AGO. **As informações de acesso para participação virtual na AGO não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização do Acionista.**

Os Acionistas que não se cadastrarem no Link de Acesso e/ou não enviarem os documentos obrigatórios para sua participação através do Link de Acesso até o dia 16 de abril de 2022, não poderão participar da AGO.

Caso o Acionista não receba um e-mail com a confirmação de cadastro e/ou com a confirmação do upload dos documentos obrigatórios para participação em até 24 (vinte e quatro) horas após o envio, exceto nos cadastros realizados aos finais de semana, ocasião que a confirmação será verificada no dia útil subsequente, o Acionista deverá entrar em contato com a Companhia até às 23:59 horas (horário de Brasília/DF - Brasil) do dia 17 de abril de 2022, pelo e-mail [ri@magazineluiza.com.br](mailto:ri@magazineluiza.com.br) ou do telefone (11) 3504-2727.

A Companhia enviará aos Acionistas devidamente cadastrados, em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da AGO, um e-mail contendo novo link da plataforma para acesso à AGO e demais informações necessárias para a participação (login e senha). Ao acessar este link, o Acionista deverá inserir as informações de acesso. Ao inserir tais informações, o Acionista receberá um código de segurança **pessoal e intransferível** por e-mail (no e-mail informado no cadastramento), que, ao inserir este código na plataforma, o Acionista deverá cadastrar uma nova senha e em seguida será direcionado automaticamente à AGO, observados os requisitos mínimos abaixo indicados.

A Companhia recomenda que os Acionistas que optarem por participar virtualmente da AGO, por meio da plataforma eletrônica *ALFM Easy Voting*, garantam a compatibilidade de seus dispositivos eletrônicos com a utilização da referida plataforma, conforme os seguintes requisitos técnicos mínimos:

- (i) a plataforma não é compatível com todos os navegadores, desta forma, a Companhia recomenda a utilização do Google Chrome para acesso; e
- (ii) na tabela abaixo indicamos a compatibilidade de navegadores:

	Chrome	Firefox	Safari	Edge	IE>=11	Opera	Vivaldi	Edge (Chromium)
Vídeo	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Áudio do computador	Sim	77	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
View Sharing	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Screaming Sharing	>=72	>=66	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
Chat	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim

**Não é possível a participação através de celulares ou *tablets*, devendo os Acionistas acessarem a plataforma através de computador desktop ou notebook, sempre em conformidade com os requisitos técnicos mínimos acima listados. Recomendamos, ainda, o uso de fones de ouvido para melhor qualidade de áudio.**

Exceto se instados, por qualquer motivo, a desligar a funcionalidade de vídeo, os Acionistas que optarem pela participação virtual na AGO, deverão manter suas câmeras ligadas durante o curso da AGO, a fim de assegurar a autenticidade das comunicações.

**A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não**

**esteja sob o controle da Companhia, que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na AGO por meio da plataforma eletrônica *ALFM Easy Voting*.**

A Companhia recomenda aos Acionistas que façam o *login* na plataforma eletrônica *ALFM Easy Voting* com 30 (trinta) minutos de antecedência ao início da AGO.

A plataforma eletrônica *ALFM Easy Voting* disponibilizada pela Companhia atende aos requisitos previstos no artigo 21-C, § 1º, da Instrução CVM nº 481/09, quais sejam: (a) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (b) a gravação integral da Assembleia; e (c) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Os acionistas, ou seus representantes, presentes, desde já, autorizam que a Companhia utilize quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia para registro da possibilidade de manifestação e visualização dos documentos apresentados durante a Assembleia; registro da autenticidade e segurança das comunicações durante a Assembleia; registro da presença e de voto proferido; cumprimento de ordem legal de autoridades competentes; e defesa da Companhia, seus administradores e terceiros contratados, em qualquer esfera judicial, arbitral, regulatória ou administrativa. Por fim, a Companhia informa que a Assembleia será integralmente gravada, na forma da regulamentação aplicável.

O Acionista devidamente cadastrado que participar por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia será considerado presente à AGO, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva ata, nos termos do artigo 21-V, inciso III e parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 481/09.

#### **4.2. Participação por mecanismo de voto a distância**

Nos termos do artigo 21-A, §1º, inciso III da Instrução CVM 481, o Acionista poderá exercer seu direito de voto a distância e deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas:

##### **4.2.1. Mediante instruções de voto transmitidas pelos Acionistas ao escriturador das ações da Companhia**

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Itaú Corretora de Valores S.A. (“Itaú”), na qualidade de escriturador das ações da Companhia.

Os acionistas elegíveis que desejarem utilizar esta opção deverão realizar um cadastro e possuir um certificado digital.

Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no seguinte endereço: <http://www.itau.com.br/securitiesservices/assembleiadigital>.

##### **4.2.2. Mediante instruções de voto transmitidos pelos Acionistas aos seus respectivos agentes de custódia**

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas com instituições e/ou corretoras (“Agentes de Custódia”) registradas na B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos Acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantém suas posições em custódia.

O Acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia com o qual mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas

por esse último, que, na sequência, encaminhará tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância é facultativo para os Agentes de Custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM 481, o Acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para seus Agentes de Custódia até 7 dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até 11 de abril de 2022, inclusive, salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus Agentes de Custódia.

A Companhia informa que caso o respectivo Agente de Custódia não preste o serviço de voto a distância o Acionista terá a opção de enviar seu boletim de voto a distância e documentos aplicáveis diretamente ao escriturador das ações da Companhia ou à própria Companhia, conforme os itens 4.2.1 acima e 4.2.3 abaixo. A Companhia não é responsável pela comunicação entre os Acionistas e seus respectivos Agentes de Custódia.

#### **4.2.3. Mediante envio do boletim de voto a distância preenchido e assinado diretamente à Companhia**

Caso os Acionistas queiram encaminhar sua orientação de voto diretamente à Companhia, deverão acessar o *website* de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.magazineluiza.com.br/>) ou no *website* da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>), imprimir o boletim de voto a distância, preenchê-lo, rubricar todas as páginas e assiná-lo.

Na sequência, deverão encaminhar o boletim de voto a distância devidamente preenchido, rubricado e assinado, juntamente com os dos documentos indicados abaixo, todos os quais deverão ser recebidos pela Companhia até o dia 11 de abril de 2022, inclusive, para o e-mail [ri@magazineluiza.com.br](mailto:ri@magazineluiza.com.br). Eventuais boletins de voto a distância recepcionados pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

##### Documentação a ser encaminhada a Companhia juntamente com o boletim de voto a distância

O Acionista que optar por enviar o boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar também os seguintes documentos: (i) cópia do boletim de voto a distância devidamente preenchido, rubricado e assinado; (ii) comprovante da instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia (artigo 41 da Lei das Sociedades por Ações) para comprovar sua qualidade de acionista; e (iii) cópia dos seguintes documentos de identificação:

- (a) Pessoa Física: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do Acionista ou de seu representante legal, quando representado por procurador, cópia do documento que comprove os poderes do signatário;
- (b) Pessoa Jurídica: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal; contrato/estatuto social consolidado e atualizado; e documentos societários que comprovem os poderes de representação do acionista; e

- (c) Fundo de Investimento: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal; regulamento consolidado e atualizado; estatuto/contrato social do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo; e documentos societários que comprovem os poderes de representação.

Excepcionalmente para esta AGO e em decorrência da atual situação do país, de forma a assegurar a participação do Acionista, a Companhia não exigirá cópias autenticadas nem reconhecimento de firma do boletim de voto a distância e de documentos emitidos e assinados no território brasileiro ou a notariação, consularização e apostilação perante a Embaixada ou Consulado do Brasil daqueles assinados fora do Brasil, porém a tradução simples dos referidos documentos estrangeiros será obrigatória.

Em até 3 (três) dias contados do recebimento das vias físicas dos referidos documentos, a Companhia enviará aviso ao Acionista, por meio do endereço eletrônico que deverá ser indicado pelo Acionista no boletim de voto a distância, a respeito do recebimento dos documentos e de sua aceitação.

O acionista que encaminhar o boletim de voto a distância de acordo com os procedimentos acima será considerado presente à AGO, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva ata, nos termos do artigo 21-V, inciso II e parágrafo primeiro da Instrução CVM 481.

## **5. IDENTIFICAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES EM ASSEMBLEIA GERAL**

Nos termos do item 5.2.3 do Código Brasileiro de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, a Companhia possui mecanismos de administração de conflitos de interesses nas votações submetidas às assembleias gerais da Companhia.

Caso os Acionistas identifiquem durante a realização da AGO conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, o Presidente da AGO deverá ser informado em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias sob análise, para que o membro em questão seja ausentado imediatamente das discussões sobre o tema. Adicionalmente, os Acionistas que tenham conhecimento de situação de conflito de interesses em relação a outro Acionista deverão conduzir o mesmo procedimento, informando o Presidente da AGO o nome do Acionista, a matéria objeto da deliberação e a existência do conflito, para que o Acionista em questão seja ausentado imediatamente das discussões sobre o tema e abstenha-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais Acionistas que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. Caso o Presidente da AGO confirme a situação de Acionista conflitado, e este se recuse a abster-se das deliberações, o próprio Presidente da AGO deverá determinar a anulação dos votos por ele proferidos.

Caso seja identificado uma situação de conflito de interesses por um membro de órgão deliberativo da Companhia ou por um Acionista e não seja comunicado na AGO em questão, os Acionistas deverão informar à Companhia em até 15 (quinze) dias da data da AGO para que a administração da Companhia possa tomar as medidas cabíveis em relação àquela deliberação.

## **6. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS:**

Nos termos da Instrução CVM 481, os documentos de interesse dos Acionistas para a participação na AGO estão anexos a este Manual e também disponíveis na sede e no *website* da Companhia

(<http://ri.magazineluiza.com.br>), bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)).

Para auxiliar os Acionistas representados por procuradores que decidirem participar da AGO, apresentamos, no item 9 deste Manual uma sugestão de modelo de Procuração que poderá ser usado pelo Acionista, a seu exclusivo critério.

Franca, 18 de março de 2022.

**Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues**

Presidente do Conselho de Administração

## 7. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

### **(i) Tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021**

Propomos que sejam aprovadas, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, foram publicados no jornal Valor Econômico E13 a E15, no dia 17 de março de 2022, em sua versão impressa e digital dispensando-se, portanto, a publicação dos anúncios a que se refere o artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do parágrafo quinto do referido artigo.

O Conselho Fiscal da Companhia manifestou-se favoravelmente à aprovação, pelos acionistas da Companhia, das contas da administração e das Demonstrações Financeiras, conforme parecer divulgado, através do Sistema Empresas.Net, em 14 de março de 2022. Nos termos do artigo 9º, inciso III da Instrução CVM nº 481/09, as informações dispostas no Anexo II à presente Proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

### **(ii) Exame, discussão e votação da destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021**

A Companhia apurou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, lucro líquido no valor de R\$590.655.439,61 (quinhentos e noventa milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos). A Administração propõe:

- (a) a alocação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, ajustado pela destinação à reserva de incentivos fiscais, equivalente a R\$14.474.054,41 (quatorze milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos) para reserva legal;
- (b) o pagamento de dividendos no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), correspondentes 16,93% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado após a destinação para a reserva legal, já declarados aos Acionistas da Companhia a título de Juros Sobre o Capital Próprio, conforme deliberação do Conselho de Administração em 30 de junho de 2021, ou seja, superior ao dividendo mínimo obrigatório de 15% (quinze por cento) previsto no estatuto social da Companhia;
- (c) a destinação de R\$301.174.351,50 (trezentos e um milhões, cento e setenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos), à reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações; e
- (d) a destinação do restante do lucro líquido, no valor de R\$175.007.033,70 (cento e setenta e cinco milhões, sete mil e trinta e três reais e setenta centavos) à reserva de reforço de capital de giro.

O Conselho Fiscal da Companhia manifestou-se favoravelmente à aprovação, pelos acionistas da Companhia, da referida proposta de destinação do lucro líquido, conforme parecer divulgado, através do Sistema Empresas.Net, em 14 de março de 2022.

A proposta completa de destinação do resultado, na forma do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09, consta do Anexo I deste Manual.

### **(iii) Definição do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia, para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2023**

O Conselho de Administração da Companhia compõe-se por, no mínimo, 07 (sete) e, no máximo, 09 (nove) membros, eleitos em Assembleia Geral, com mandato de 01 (um) ano, permitida a reeleição, nos termos dos artigos 18 e 19 do estatuto social da Companhia.

A administração da Companhia propõe que o Conselho de Administração seja composto por 8 (oito) membros efetivos, para mandato de 1 (um) ano, até a Assembleia Geral Ordinária de 2023.

### **(iv) Eleição dos membros do Conselho de Administração**

A Administração da Companhia propõe a seguinte chapa para composição do Conselho de Administração:

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues

Marcelo José Ferreira e Silva

Carlos Renato Donzelli

Márcio Kumruian

#### **Conselheiros Independentes**

Inês Corrêa de Souza

José Paschoal Rossetti

Betania Tanure de Barros

Sílvio Romero de Lemos Meira

Em observância ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM 481, a Companhia fornece aos Acionistas, no Anexo III deste Manual, as informações dos itens 12.5 ao 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela Administração ou pelos Acionistas Controladores para o Conselho de Administração.

Conforme declarações fornecidas, os Srs. Candidatos a Conselheiros Independentes se enquadram nos critérios de independência previstos no regulamento do Novo Mercado da B3.

A administração da Companhia esclarece que os candidatos ora indicados (i) não estão impedidos de assumir os cargos para os quais foram indicados, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934/94, bem como não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou

suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) não estão condenados à pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela CVM, que os torne inelegíveis para o cargo de administração de companhia aberta; (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo artigo 147, §3º da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia.

A eleição dos membros do conselho de administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 481 e da Instrução da CVM nº 367, de 29 de maio de 2002 (“**Instrução CVM 367**”), sendo necessário, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os Acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos da Instrução da CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, (“**Instrução CVM 165**”), observado o prazo legal de 48 horas de antecedência da realização da AGO para o exercício de tal faculdade.

Os Acionistas ou grupo de Acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração poderão fazê-lo, nos termos da regulamentação vigente. Os Acionistas não controladores poderão indicar, presencialmente, durante a realização da AGO, outros candidatos ao Conselho de Administração, desde que atendam aos requisitos para adoção do processo de voto múltiplo ou da votação em separado, nos termos do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 165 e da Instrução CVM 481, conforme abaixo, devendo tais indicações serem acompanhadas das informações solicitadas nos itens 12.5 ao 12.10 do Formulário de Referência para divulgação aos Acionistas presentes à AGO.

- (a) Para adoção do processo de voto múltiplo: 5% (cinco por cento) do capital social total votante, em consonância com o artigo 4º da Instrução CVM 481, combinado com a Instrução CVM 165.
- (b) Para exercício da votação em separado: 10% (dez por cento) dos acionistas titulares de ações com direito a voto, em consonância com entendimento do Colegiado da CVM na reunião de 08 de novembro de 2005 (Processo CVM RJ 2005/5664).

**(v) Fixação do número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia**

O Conselho Fiscal da Companhia compõe-se de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos, nos termos do artigo 32, parágrafo 1º, do estatuto social da Companhia e do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações.

A Administração propõe que o Conselho Fiscal seja composto por 03 (três) membros titulares e igual número de suplentes, de forma que, conforme artigo 161 da Lei das Sociedades Por Ações, 02 (dois) membros titulares e 02 (dois) membros suplentes sejam eleitos pelo Acionista Controlador, e 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente sejam eleitos pelos Acionistas minoritários.

**(vi) Eleição dos Membros do Conselho Fiscal**

- (vi.1) Candidatos indicados pelo Acionista Controlador:

Propõe-se a reeleição dos atuais Conselheiros Fiscais efetivos e suplentes abaixo indicados, com a seguinte composição:

**Conselheiros Efetivos**

Estefan George Haddad

Walbert Antônio dos Santos

**Suplentes**

José Antônio Palamoni

Robinson Leonardo Nogueira

(vi.2) Candidatos Indicados pela Alaska Investimentos LTDA.:

A Administração recebeu da Alaska Investimentos LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 600, conjunto 73, Itaim Bibi, CEP: 04532-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.752.203/0001-50, com seus atos constitutivos devidamente arquivados e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE nº 35224205829, em sessão de 24 de março de 2010, gestora dos fundos: ALASKA BLACK MASTER FIA , ALASKA BLACK MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - BDR NÍVEL I; ALASKA BLACK ADVISORY XP SEGUROS FIFE PREVIDENCIA FIM; ALASKA RANGE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, ALASKA 100 ICATU PREVIDENCIARIO FIFE FIM, e MILLTRUST INTERNATIONAL INVESTMENTS SPC, titulares em conjunto de 1.637.580 ações representativas de aproximadamente 0,024% do capital social da Companhia (“Alaska”), Acionista da Companhia, a indicação de reeleição dos seguintes candidatos ao Conselho Fiscal.

**Conselheiro Efetivo**

Eduardo Christovam Galdi Mestieri

**Suplente**

Thiago Costa Jacinto

(vi.3) Indicação de outros candidatos por acionista não controlador:

Os Acionistas não controladores poderão indicar, presencialmente, durante a realização da AGO, outros candidatos ao Conselho Fiscal, desde que atendam aos requisitos para votação em separado – 10% (dez por cento) dos Acionistas titulares de ações com direito a voto –, nos termos do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução da CVM nº 324, de 14 de janeiro de 2000 e da Instrução CVM 481, devendo tais indicações serem acompanhadas das informações solicitadas nos itens 12.5 ao 12.10 do Formulário de Referência para divulgação aos Acionistas presentes à AGO.

Em observância ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM 481, a Companhia fornece aos Acionistas, no Anexo III deste Manual, as informações dos itens 12.5 ao 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela Administração ou pelos Acionistas Controladores para o Conselho Fiscal.

#### **(vii) Fixação do limite da remuneração global dos administradores da Companhia**

Compete à AGO fixar a remuneração global anual dos administradores de Companhia.

Propomos que a remuneração global anual dos administradores, para o exercício social de 2022, seja fixada no montante de até R\$59.393.569,00 (cinquenta e nove milhões, trezentos e noventa e três mil, quinhentos e sessenta e nove reais)

Adicionalmente, conforme entendimento do Colegiado da CVM no Processo nº 19957.007457/2018-10, incluído no Ofício, a remuneração global dos administradores deve estar líquida dos encargos sociais de ônus do empregador, que não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76. Para efeito comparativo da proposta de remuneração do ano corrente com os exercícios anteriores, a Companhia informou, no item 13.16 do Anexo IV a esta Proposta, os valores referentes aos encargos sociais de ônus do empregador para o exercício social de 2022.

Em observância ao disposto no artigo 12 da Instrução CVM 481, além da proposta de remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, a Companhia apresenta as informações do item 13 do Formulário de Referência no Anexo IV deste Manual.

#### **(viii) Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal**

Propomos, nos termos do artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício social de 2020, seja fixada em R\$463.200,00 (quatrocentos e sessenta e três mil e duzentos reais), respeitando-se, assim, a remuneração não inferior a 10% (dez por cento) para cada membro, sobre a que, em média, for atribuída a cada Diretor da Companhia, não computando benefícios, verbas da representação e participação nos lucros.

## 8. MODELO DE PROCURAÇÃO

A Companhia não envia aos seus Acionistas pedidos públicos de procuração. O modelo apresentado abaixo se destina exclusivamente a fornecer aos Acionistas uma sugestão de minuta de procuração adequada à representação na AGO. O uso deste modelo pelos Acionistas é facultativo. A Companhia aceitará procurações que não sigam a referida minuta, desde que atendam aos requisitos legais aplicáveis aos instrumentos de mandato destinados à representação em assembleias gerais de Acionistas.

### “PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, [acionista], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG nº [●] e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (“CPF/ME”) sob nº [●], residente e domiciliado na cidade de [●], Estado de [●], com escritório na cidade de [●], Estado de [●], na [●] (“Outorgante”), nomeia como seu procurador o Sr. [procurador], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG nº [●] e inscrito no CPF/ME sob nº [●], residente e domiciliado na cidade de [●], Estado de [●], com escritório na cidade de [●], Estado de [●], na [●] (“Outorgado”), outorgando poderes para representar o Outorgante, na qualidade de acionista, titular de [●] ações ordinárias nominativas, de emissão do **MAGAZINE LUIZA S.A.** (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se no dia 18 de abril de 2022, às 15:00 (“AGO”), **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica [nome], lançando seu voto em conformidade com a orientação de voto abaixo.

O Outorgado terá poderes limitados ao comparecimento à AGO e ao lançamento de voto em conformidade com a orientação de voto abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento das orientações de voto indicadas abaixo. O Outorgado fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido, a seu critério, orientações de voto suficientemente específicas.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de [●] dias, a partir da presente data.

[cidade], [●] de [●] de 2022.

---

[ACIONISTA]

Orientação de Voto	
Matéria da Ordem do Dia	Voto Favorável ou Contrário à Proposta da Administração (O Acionista deve marcar ao lado do sentido de voto escolhido)
(i) Tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2021.	<input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se
(ii) Exame, discussão e votação da destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2021, conforme proposta da administração e detalhado no Manual.	<input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se
(iii) Definição do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia, para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2023, conforme proposta da administração e detalhado no Manual, da seguinte forma: 8 (oito) membros efetivos, com mandato de 1 (um) ano, até a Assembleia Geral Ordinária de 2023.	<input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se
(iv) Deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do Conselho de Administração, nos termos do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Abster-se
(v) Eleição dos membros do Conselho de Administração.  Eleição do Conselho de Administração por chapa única: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues</li> <li>• Marcelo José Ferreira e Silva</li> <li>• Carlos Renato Donzelli</li> <li>• Márcio Kumruian</li> <li>• Inês Corrêa de Souza (independente)</li> <li>• José Paschoal Rossetti (independente)</li> <li>• Betania Tanure de Barros (independente)</li> <li>• Sílvio Romero de Lemos Meira (independente)</li> </ul> a) Indicação de todos os nomes que compõem a chapa (os votos indicados neste campo serão desconsiderados caso o acionista detentor de ações com direito a voto também preencha os campos presentes na eleição em separado de membro do	<input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se

<p>conselho de administração, e a eleição em separado de que tratam esses campos ocorra)</p> <p>b) Caso um dos candidatos que compõe a chapa escolhida deixe de integrá-la, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?</p> <p>c) Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais iguais pelos membros da chapa que você escolheu? (caso o acionista opte por “abster-se” e a eleição ocorra pelo processo de voto múltiplo, seu voto deve ser computado como abstenção na respectiva deliberação da AGO)</p> <p>d) Visualização de todos os candidatos que compõem a chapa para indicação da % (porcentagem) dos votos a ser atribuída.</p>	<p>[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se</p> <p>[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues [ ]%</li> <li>• Marcelo José Ferreira e Silva [ ]%</li> <li>• Carlos Renato Donzelli [ ]%</li> <li>• Márcio Kumruian [ ]%</li> <li>• Inês Corrêa de Souza [ ]%</li> <li>• José Paschoal Rossetti [ ]%</li> <li>• Betania Tanure de Barros [ ]%</li> <li>• Sílvio Romero de Lemos Meira [ ]%</li> </ul>
<p>(vii) Deseja solicitar a eleição em separado de membro do conselho de administração, nos termos do art. 141, §4º, I da Lei nº 6.404, de 1976?</p>	<p>[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se</p>
<p>(vi) Fixação do número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia, conforme proposta da administração e detalhado no Manual, da seguinte forma: 3 (três) membros titulares;</p>	<p>[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se</p>
<p>(vii) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, conforme proposta da administração e detalhado no Manual.</p>	<p>[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se</p>
<p>(viii) Fixação do limite da remuneração global dos administradores da Companhia, conforme proposta da administração e detalhado no Manual.</p>	<p>[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se</p>
<p>(ix) Fixação do limite da remuneração global dos membros do Conselho Fiscal, conforme proposta da administração e detalhado no Manual.</p>	<p>[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se</p>

**[ACIONISTA]**

## ANEXO I

### PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(conforme artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da Instrução CVM 481 na forma do Anexo 9-1-II)

**1. Informar o lucro líquido do exercício**

A Companhia auferiu lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$590.655.439,61 (quinhentos e noventa milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos).

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

O montante global dos dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 proposto pela Administração da Companhia é de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), já declarados aos Acionistas da Companhia a título de Juros Sobre o Capital Próprio, conforme deliberação do Conselho de Administração em 30 de junho de 2021, cujo valor bruto por ação é de R\$ 0,0154942583.

Descrição	Data de Pagamento	Valor Bruto por Ação	Valor Bruto Total
Juros Sobre Capital Próprio	Até 30 dias após a AGO	R\$ 0,0154942583	R\$100.000.000,00

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

Os dividendos propostos pela Administração, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), correspondem a 16,93% (dezesseis vírgula noventa e três por cento) do lucro líquido.

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não aplicável.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não aplicável, tendo em vista que a assembleia apenas ratificará os valores já declarados pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme item 2 acima.

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável, tendo em vista que a assembleia apenas ratificará os valores já declarados pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme item 2 acima.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável, tendo em vista que a assembleia apenas ratificará os valores já declarados pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme item 2 acima.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não aplicável, tendo em vista que a assembleia apenas ratificará os valores já declarados pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme item 2 acima.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) declarados como juros sobre capital próprio em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 30 de junho de 2021.

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

A Administração propõe que os dividendos e os juros sobre capital próprio, após a aprovação de suas declarações em AGO, sejam pagos em até 30 (trinta) dias a contar da data da realização da AGO.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe**

(em R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Lucro Líquido	R\$590.655.439,61	391.709.791,90	921.827.839,06
Dividendos distribuídos <sup>1</sup>	100.000.000,00	170.000.000,00	322.639.743,67
Valor por Ação	0,0154942583	0,0263019985	0,19906338453

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

Nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração propõe a destinação de R\$14.474.054,41 (Quatorze milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil e cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos) para a reserva legal, valor este que corresponde a 5% (cinco por cento) do lucro líquido<sup>2</sup> do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

<sup>1</sup> Considera o valor total dos dividendos e dos juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social.

<sup>2</sup> Conforme orientação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, uma vez que a subvenção de investimentos deve ser integralmente destinada para constituição da reserva de incentivos fiscais, esta deve ser excluída da base de cálculo da reserva legal.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Cálculo da Reserva Legal	Valor (R\$)
Lucro Líquido ("LL") <sup>4</sup>	R\$590.655.439,61
Reserva Legal – 5% LL	14.474.054,51

**9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

O artigo 33, parágrafo único, do estatuto social da Companhia estabelece que o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; (b) pagamento de dividendo obrigatório de, no mínimo, 15% (quinze por cento) do lucro líquido do exercício; (c) o lucro remanescente, ressalvadas deliberações em contrário da assembleia geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

A recomendação da Administração de distribuição pela AGO de dividendos contempla o pagamento da integralidade dos dividendos obrigatórios.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não aplicável, uma vez que Administração não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia**

**a. Informar o montante da retenção**

Não aplicável, uma vez que Administração não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não aplicável, uma vez que Administração não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável, uma vez que Administração não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a Reserva de Contingências.

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a Reserva de Contingências.

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a Reserva de Contingências.

**d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a Reserva de Contingências.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo a destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

O artigo 33, parágrafo único, do estatuto social da Companhia estabelece que, após deduzida a reserva legal e pago o dividendo mínimo obrigatório, o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da assembleia geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

**b. Identificar o montante destinado à reserva**

A Administração propõe a destinação de R\$175.007.033,70 (cento e setenta e cinco milhões, setenta e sete mil e trinta e três reais e setenta centavos) para a reserva de reforço de capital de giro.

**c. Descrever como o montante foi calculado**

Descrição	Valor (R\$)
Lucro Líquido ("LL")	590.655.439,61
(-) Reserva de Incentivos Fiscais	301.174.351,50
(-) Reserva Legal – 5% LL	14.474.054,41
(-) Juros Sobre Capital Próprio (declarados)	100.000.000,00
Reserva de Reforço de Capital de Giro (Total)	175.007.033,70

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção**

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo orçamento de capital para o ano de 2021.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável, uma vez que a Administração não está propondo orçamento de capital para o ano de 2021.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a. Informar o montante destinado à reserva**

A Administração propõe a destinação de R\$301.174.351,50 (trezentos e um milhões, cento e setenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos), à reserva de incentivos fiscais, conforme determina o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

**b. Explicar a natureza da destinação**

O montante a ser destinado à reserva de incentivos fiscais é oriundo de créditos presumidos de ICMS caracterizado como subvenção para investimento.



## ANEXO II

### ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(conforme artigo 9º, inciso III, da Instrução da CVM 481)

#### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações contábeis contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas informações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

#### (a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de caixa relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto e de longo prazo. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros. Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia melhorou significativamente os indicadores de estrutura de capital e liquidez, conforme apresentamos abaixo.

Em 31 de dezembro de 2021, a Dívida Bruta totalizava R\$6.792,9 milhões, e o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$4.122,6 milhões, perfazendo um Caixa (Dívida) Líquida de R\$2.670,3 milhões, equivalente a -2,1 vezes o EBITDA do ano. No mesmo período, o Caixa (Dívida) Líquida Ajustada totalizou R\$ 5.540,2 milhões, equivalente a 3,8 vezes o EBITDA Ajustado. O Caixa (Dívida) Líquida Ajustada passou de R\$ 7.312,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5.540,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, uma redução de R\$ 1.772,6 milhões no período. A variação de Caixa (Dívida) Líquida Ajustada foi reflexo de (i) redução de R\$ 5,1 bilhões no saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante), que passou de R\$1.686,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$6.792,9 em 31 de dezembro de 2021, e (ii) aumento de R\$3.333,6 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e contas a receber de cartões de crédito de terceiros e partes relacionadas, que passou de R\$8.999,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$12.333,0 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação está relacionada, principalmente, a captação de R\$3,9 bilhões na oferta subsequente de ações em jul/21 e reforçou sua posição de caixa com captações de debêntures no valor de R\$4,0 bilhões, com prazo total de pagamento de 5 anos.

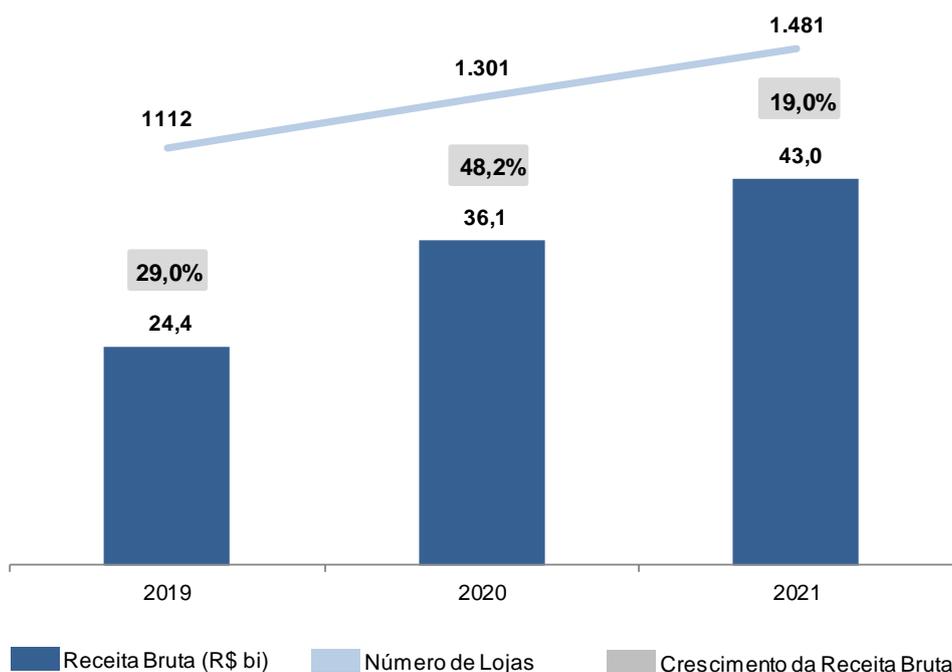
Em 31 de dezembro de 2021, o capital de giro ajustado foi negativo em R\$ 1.683,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Bruta totalizava R\$ 1.686,8 milhões, e o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$ 2.903,2 milhões, perfazendo Caixa (Dívida) Líquida de R\$ 1.216,4 milhões,

equivalente a 0,8 vezes o EBITDA. No mesmo período, o Caixa (Dívida) Líquida Ajustada totalizou R\$ 7.312,7 milhões, equivalente a 4,8 vezes o EBITDA. O Caixa (Dívida) Líquida Ajustada passou de R\$ 6.295,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 7.312,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$ 1.016,9 milhões no período. A variação de Caixa (Dívida) Líquida Ajustada foi reflexo de um (i) aumento de R\$ 837,9 milhões no saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante), que passou de R\$ 848,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.686,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, e (ii) do aumento de R\$ 1.854,9 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e contas a receber de cartões de crédito de terceiros e partes relacionadas, que passou de R\$ 7.144,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 8.999,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido à forte geração de caixa no período. Em 31 de dezembro de 2020, o Capital de Giro Ajustado foi negativo em R\$ 3.909,7 milhões.

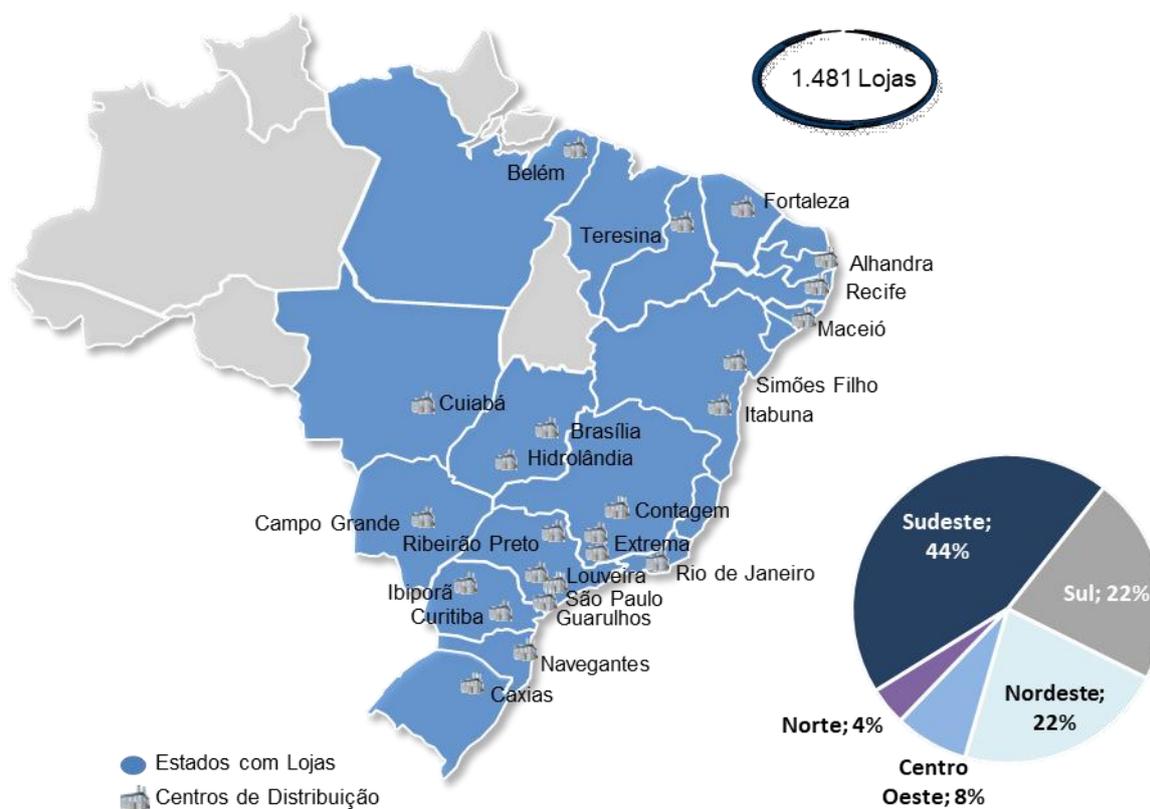
Em 31 de dezembro de 2019, a Dívida Bruta totalizava R\$ 848,8 milhões, e o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$ 4.754,0 milhões, perfazendo um Caixa (Dívida) Líquida de R\$ 3.905,2 milhões, equivalente a 2,2 vezes o EBITDA LTM. No mesmo período, o Caixa (Dívida) Líquida Ajustada totalizou R\$ 6.295,8 milhões, equivalente a 3,5 vezes o EBITDA LTM. O Caixa (Dívida) Líquida Ajustada foi de R\$ 6.295,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, o Capital de Giro Ajustado foi negativo em R\$ 2.172,3 milhões.

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Receita Líquida de Vendas (a)	35.278,2	29.177,1	19.886,3
Impostos e Cancelamentos (b)	7.704,5	6.938,9	4.490,8
Receita Bruta (a) + (b)	42.982,7	36.116,0	24.377,1
Crescimento da Receita Bruta	19,0%	48,2%	29,0%



O Magazine Luiza é um dos maiores varejistas brasileiros, segundo o Ranking Ibevar-FIA, e oferece uma ampla gama de produtos e serviços para brasileiros de todas as classes através do seu

ecossistema digital multicanal (dispositivos móveis, site e lojas físicas). No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia operava 1.481 lojas e 26 centros de distribuição estrategicamente localizados em 21 estados brasileiros e contava com cerca de 40 mil colaboradores e uma base de mais de 37 milhões de clientes ativos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia operava 23 centros de distribuição e 1.301 lojas estrategicamente localizadas em 21 estados brasileiros e contava com mais de 38 mil colaboradores e uma base de mais de 32 milhões de clientes ativos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia operava 1.112 lojas em 17 estados e centros de distribuição estrategicamente localizados em 18 estados brasileiros e contava com mais de 34 mil colaboradores e uma base de cerca de 25 milhões de clientes ativos.



### Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Receita bruta	42.982,7	36.116,0	24.377,1
Receita líquida	35.278,2	29.177,1	19.886,3
Lucro bruto	8.486,8	7.520,0	5.554,0
Margem bruta <sup>(1)</sup>	24,1%	25,8%	27,9%
Lucro líquido	590,7	391,7	921,8
Margem líquida <sup>(2)</sup>	1,7%	1,3%	4,6%
EBITDA <sup>(3)</sup>	1.287,6	1.527,1	1.775,5
Margem EBITDA <sup>(4)</sup>	3,6%	5,2%	8,9%

Crescimento nas vendas mesmas lojas físicas <sup>(5)</sup>	0,2%	-7,4%	7,8%
Crescimento nas vendas internet <sup>(6)</sup>	39,4%	130,7%	76,0%
Quantidade de lojas - Final do Período	1.481	1.301	1.112
Área de Vendas - Final do Período (M <sup>2</sup> )	723.085	666.089	648.227

(1) A margem bruta é calculada pelo lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas.

(2) A margem líquida é calculada pelo lucro líquido dividido pela receita líquida de vendas.

(3) O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"). Para a reconciliação do EBITDA para o lucro líquido, vide seção "3.2 – Medições não contábeis".

(4) A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(5) Inclui as vendas de lojas convencionais e lojas virtuais da Companhia abertas a mais de 12 meses.

(6) Inclui as vendas de *e-commerce* tradicional (com estoque próprio) e as vendas na plataforma de marketplace.

## (b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido totalizava R\$ 11.261,2 milhões, enquanto a Dívida Bruta era de R\$ 6.792,9 milhões e o Caixa Líquido Ajustado era de R\$ 5.540,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido totalizava R\$ 7.325,3 milhões, enquanto a Dívida Bruta era de R\$ 1.686,8 milhões e o Caixa Líquido Ajustado era de R\$ 7.312,7 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido totalizava R\$ 7.564,9 milhões, enquanto a Dívida Bruta era de R\$ 848,8 milhões e o Caixa Líquido Ajustado era de R\$ 6.295,8 milhões. Ao longo dos últimos anos, a Companhia reduziu de forma significativa sua Dívida Líquida Ajustada passando para uma posição de Caixa Líquido Ajustado, por meio de uma evolução nos resultados operacionais e na melhor relação entre os níveis de estoque e saldo de fornecedores a pagar. Vale destacar que, em 14 de junho de 2019, Companhia concluiu a aquisição da Netsshoes e realizou o pagamento integral. Em novembro de 2019, a Companhia concluiu uma oferta subsequente de ações no montante de R\$ 4,3 bilhões, que contribuiu para fortalecer sua posição de caixa líquido e, conseqüentemente, reforçar sua estrutura de capital. Em julho de 2021, a companhia concluiu uma nova oferta subsequente de ações no montante de R\$ 4,0 bilhões e em dezembro de 2021 também concluiu a aquisição do Kabum!.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital:

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Dívida Bruta <sup>(1)</sup>	(6.792,9)	(1.686,8)	(848,8)
Caixa (Dívida) Líquido <sup>(2)</sup>	(2.670,3)	1.216,4	3.905,3
Patrimônio Líquido	11.261,2	7.325,3	7.564,9

(1) Dívida Bruta corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante). A Dívida Bruta não é medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão.

(2) O Caixa (Dívida) Líquido é calculado como o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante) (Dívida Bruta) subtraído do saldo do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulantes e não circulantes). O Caixa (Dívida) Líquido não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

## (c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Cumprimos todas as nossas obrigações financeiras até a data deste Formulário de Referência, bem como mantivemos assiduidade nos pagamentos desses compromissos. Nos últimos exercícios

sociais, nossas necessidades de recursos foram suportadas basicamente por nossa capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros. No exercício social de 2021, considerando o perfil de nosso endividamento e nosso fluxo de caixa, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossas atividades e investimentos, acreditamos ter capacidade para contratá-los.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, atingimos lucro líquido R\$ 590,7 milhões e R\$ 1.287,6 milhões de EBITDA (margem EBITDA de 3,6%). O crescimento das vendas totais, o resultado positivo do *e-commerce* e a diluição das despesas operacionais contribuíram para o EBITDA. Entretanto, a diminuição da margem bruta, reflexo da maior participação do *e-commerce* nas vendas totais e do aumento da inflação no custo das mercadorias vendidas ao longo do segundo semestre, influenciou a margem EBITDA. Além disso, o lucro líquido do período foi influenciado por efeitos tributários, conforme apresentados nas demonstrações financeiras. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o fluxo de caixa consumido pelas atividades operacionais foi de R\$ 4.364,5 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$ 6.792,9 milhões e o caixa líquido ajustado totalizou R\$ 5.540,2 milhões, representando 3,8x vezes o EBITDA Ajustado do mesmo período. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 94,0% da Dívida Bruta da Companhia consistia em empréstimos e financiamentos não circulantes (longo prazo).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, atingimos lucro líquido R\$ 391,71 milhões e R\$1.527,1 milhões de EBITDA (margem EBITDA de 5,2%). O crescimento das vendas totais, a contribuição positiva do *e-commerce* e a diluição das despesas operacionais contribuíram para uma evolução do lucro líquido e, conseqüentemente, do EBITDA. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$2.603,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$ 1.686,8 milhões e o caixa líquido ajustado totalizou R\$ 7.312,7 milhões, representando 4,8 vezes o EBITDA do mesmo período. Em 31 de dezembro de 2020, 1,2% da Dívida Bruta da Companhia consistia em empréstimos e financiamentos não circulante (longo prazo).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, atingimos lucro líquido R\$921,8 milhões e R\$1.775,5 milhões de EBITDA (margem EBITDA de 8,9%). O crescimento das vendas totais e a contribuição positiva do *e-commerce* contribuíram para uma evolução do lucro líquido e, conseqüentemente, do EBITDA. Além disso, o lucro líquido e o EBITDA do período foram influenciados pelo início da adoção inicial do IFRS 16 e por efeitos tributários, conforme apresentados nas demonstrações financeiras. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais foi de R\$3.329,5 milhões. Em função dos recursos captados através da oferta subsequente de ações concluída em novembro de 2019, a Companhia manteve parte significativa do seu caixa aplicado como títulos e valores mobiliários e manteve recebíveis não descontados em seu ativo, o que afetou o fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2019, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$848,8 milhões e o caixa líquido ajustado totalizou R\$6.295,8 milhões, representando 3,5x vezes o EBITDA de doze meses do mesmo período. Em 31 de dezembro de 2019, 98,8% da Dívida Bruta da Companhia consistia em empréstimos e financiamentos não circulante (longo prazo).

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Fluxo de Caixa gerado pelas atividades operacionais	(4.364,5)	2.603,9	(3.329,6)
Fluxo de Caixa Ajustado gerado pelas atividades operacionais	(1.915,8)	3.083,1	1.501,0
Dívida Bruta <sup>(1)</sup>	(6.792,9)	(1.686,8)	(848,8)
Caixa (Dívida) Líquido <sup>(2)</sup>	(2.670,3)	1.216,4	3.905,3
Caixa (Dívida) Líquido Ajustado <sup>(2)</sup>	5.540,2	7.312,7	6.295,8
Dívida Bruta – circulante (curto prazo)	6,0%	98,8%	1,2%
Dívida Bruta – não circulante (longo prazo)	94,0%	1,2%	98,8%
Caixa (Dívida) Líquido Ajustado / EBITDA Ajustado	3,8 x	4,9 x	3,8 x

(1) Corresponde ao saldo de empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante)

(2) O Caixa (dívida) líquido ajustado refere-se ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (Dívida Bruta) subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulantes e não circulantes) e do contas a receber de cartões de crédito não descontado (terceiros e de partes relacionadas). O caixa (dívida) líquido ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS). Para a reconciliação da dívida líquida com a Dívida Bruta, vide a seção “3.2 – Medições não contábeis”.

(3) Corresponde à divisão do Caixa (Dívida) Líquida Ajustada pelo EBITDA.

#### (d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nosso capital de giro é financiado pela geração de caixa e, quando necessário, por recursos de terceiros. Nossos ativos operacionais de curto prazo são compostos, principalmente, pelos estoques, contas a receber e impostos a recuperar, a maior parte decorrente de ICMS substituição tributária. Do lado passivo, contamos principalmente com nossos fornecedores de mercadorias para revenda.

Para o financiamento de nossos investimentos em ativos não circulantes, contamos com geração de caixa e financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de primeira linha. A tabela abaixo apresenta o nosso capital de giro.

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Ativo Circulante	24.509,8	16.787,0	12.841,2
Passivo Circulante	15.257,2	13.416,1	8.002,6
Capital de Giro <sup>(1)</sup>	5.344,5	2.174,8	218,2
Capital de Giro Ajustado <sup>(2)</sup>	(1.683,8)	(3.558,5)	(1.841,7)
Capital Fixo <sup>(3)</sup>	8.628,4	3.974,0	3.565,0

(1) O Capital de Giro não é uma medida contábil reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS) e não possui significado padrão. Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) O Capital de Giro Ajustado refere-se ao Capital de Giro menos o saldo de contas a receber de cartões de crédito terceiros e de partes relacionadas. O Capital de Giro Ajustado não é uma medida contábil reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS). Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(3) O Capital Fixo não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS). Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

**(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Os nossos Diretores acreditam que a nossa geração de caixa operacional é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais divergências entre as disponibilidades com montantes vincendos no curto prazo, contamos também com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

**(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

**(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Nosso endividamento é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, cuja finalidade principal é prover recursos para nossos investimentos, como: aberturas de novas lojas, investimentos em tecnologia e logística, além do alongamento do endividamento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, os nossos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) apresentavam saldo de R\$ 848,8 milhões, R\$ 1.686,8 milhões e R\$ 6.792,9 milhões, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta as principais características das operações como, taxa de juros e o saldo devedor em cada data-base indicada:

Modalidade	Encargos	Vencimento	Em 31 de dezembro de		
			2021	2020	2019
<i>(em R\$ mil)</i>					
FINEP/BNB	4% a.a.	dez/22	7.063	14.776	24.419
Capital de Giro	CDI + 1,8% a 4,9% a.a.	out/25	356.167	-	-
Debêntures e NP	100% do CDI + 1,25% a.a.	abr/24	1.567.971	847.239	822.542
Debêntures	100% do CDI + 1,25% a.a.	dez/26	4.837.054	821.832	-
Outros	113,5% do CDI	out/25	24.617	2.915	1.869
<b>Total</b>			<b>6.792.872</b>	<b>1.686.762</b>	<b>848.829</b>
Passivo Circulante			407.968	1.667.181	9.967
Passivo não Circulante			6.384.904	19.581	838.862

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores.

**FINEP**

Em 28 de Maio de 2014, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de R\$45,0 milhões, a serem liberados em quatro parcelas, e com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas, garantido por fiança bancária. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros equivalente a 4,0% ao ano. O contrato deve ser pago em 73 parcelas, com prazo de carência de 30 meses, sendo a primeira parcela da amortização devida em 15 de dezembro de 2016 e a última em 15 de

dezembro de 2022. Em julho de 2016 foi liberado a última parcela e, portanto, a totalidade dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto desse contrato era de R\$7,4milhões.

O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

### **Debêntures**

- 11ª Emissão

Em 23 de dezembro de 2021, foram emitidas 2.000.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 mil, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$2.000 milhões, que serão destinados para otimização do fluxo de caixa no curso e gestão ordinária dos negócios da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 1.826 dias, vencendo, portanto, em 23 de dezembro de 2026. As debêntures não terão seu valor nominal unitário atualizado e renderão juros remuneratórios, calculados a partir da primeira Data de Integralização, equivalentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), no informativo diário disponível em sua página na internet, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,25% ao ano, base 252 Dias Úteis. As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, nos termos do artigo 58, §1o, da Lei das Sociedades por Ações. A amortização do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será realizada em 2 (duas) parcelas, devidas em 23 de dezembro de 2025 e na Data de Vencimento, de acordo com a tabela da Escritura de Emissão.

A escritura de emissão contém cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto desse contrato era de R\$2.004,8milhões.

- 10ª Emissão

Em 14 de outubro de 2021, foram emitidas 2.000.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 mil, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$2.000 milhões, que serão destinados para otimização do fluxo de caixa no curso e gestão ordinária dos negócios da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 1.827 dias, vencendo, portanto, em 15 de outubro de 2026. As debêntures não terão seu valor nominal unitário atualizado e renderão juros remuneratórios, calculados a partir da primeira Data de Integralização, equivalentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), no informativo diário disponível em sua página na internet, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,25% ao ano, base 252 Dias Úteis. As debêntures não contam com qualquer tipo de garantia. A amortização do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será realizada em duas parcelas, devidas em 15 de outubro de 2025 e na Data de Vencimento ou na Data de Amortização Antecipada Facultativa, se for o caso.

A escritura de emissão contém cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto desse contrato era de R\$2.037,3milhões.

- 9ª Emissão

Em 15 de janeiro de 2021, foram emitidas 800.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 mil, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$800 milhões, que serão destinados para a otimização do fluxo de caixa no curso e gestão ordinária dos negócios da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 1.095 dias, vencendo, portanto, em 15 de janeiro de 2024. As debêntures não terão seu valor nominal unitário atualizado e renderão juros remuneratórios, calculados a partir da primeira Data de Integralização, equivalentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), no informativo diário disponível em sua página na internet, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,25% ao ano, base 252 Dias Úteis. As debêntures não contam com qualquer tipo de garantia. A amortização do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será realizada em uma única parcela na Data de Vencimento ou na Data de Amortização Antecipada Facultativa, se for o caso.

A escritura de emissão contém cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto desse contrato era de R\$828,0 milhões.

### **Notas Promissórias Comerciais**

- 5ª Emissão

Em 30 de abril de 2021, a Companhia promoveu sua 5ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única no valor total de R\$1.500 milhões, tendo emitido um total de 1.500 notas comerciais com valor unitário de R\$1 milhão mediante taxa de juros equivalentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), no informativo diário disponível em sua página na internet, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,25% ao ano, base 252 Dias Úteis.

Esta emissão ocorreu sem garantia, com esforços restritos de colocação, no âmbito da Instrução CVM 476. A amortização do valor nominal unitário das Notas Promissórias será realizada integralmente em 29 de abril de 2024.

A cártula de emissão contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto desse contrato era de R\$1.568,3 milhões.

#### **(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras**

Em 31 de março de 2021, não possuíamos qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. No entanto, mantemos relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro. Adicionalmente, firmamos (i) com o Itaú Unibanco e com o Banco Itaucard S.A. um Acordo de Associação relativo à nossa operação com a Luizacred, nossa controlada em conjunto financeira;

e (ii) com a Cardif um Acordo relativo à nossa operação com a Luizaseg, nossa controlada em conjunto que oferece trabalho de seguros com garantia estendida e outros seguros.

**(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia**

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

**(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

Na data deste Formulário de Referência, estamos cumprindo com todas as obrigações constantes nos nossos contratos de empréstimos e financiamentos, firmados junto às instituições financeiras, incluindo as notas promissórias.

Essas obrigações referem-se a determinadas restrições, incluindo o atingimento de índices financeiros, distribuição de dividendos, alienação de ativos e alienação de controle societário, dentre outras cláusulas usuais de mercado, conforme descrito abaixo:

<p><b>11ª Emissão de Debêntures, 10ª Emissão de Debêntures, 9ª Emissão de Debêntures, 5ª Emissão de Notas promissórias Comerciais</b></p>	<p>As debêntures e a nota promissória serão consideradas antecipadamente vencidas na ocorrência dos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) inadimplemento, pela Emissora, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil da data em que se tornou devida</li><li>(ii) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial formulado (i) pela Emissora; e/ou (ii) por quaisquer de suas controladas, diretas ou indiretas, independentemente de deferimento pelo juízo competente;</li><li>(iii) extinção, liquidação, insolvência, dissolução, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência ou de qualquer evento análogo, da Emissora e/ou de sociedades controladas pela Emissora que representem um valor igual ou superior a 10% do EBITDA da Emissora, na forma prevista pela Instrução da CVM n.º 527, de 04 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conforme alterada, observadas as últimas demonstrações financeiras anuais da Emissora ("Controladas Relevantes");</li><li>(iv) realizar a distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não pecuniárias relativas às Debêntures, observado o prazo de cura estabelecido nos itens "i" e "ii" acima, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, que não configura Evento de Vencimento Antecipado;</li><li>(v) redução de capital social da Emissora com finalidade diversa da absorção de prejuízos, sem a prévia anuência de 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim;</li><li>(vi) mudança do acionista controlador direto ou indireto da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;</li><li>(vii) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, no mercado local ou internacional, individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);</li><li>(viii) protestos legítimos e incontestáveis de títulos de crédito contra a Emissora e/ou contra qualquer de suas controladas, cujo valor, individual ou em conjunto, seja</li></ul>
---	--

	<p>superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados da data em que a Emissora e/ou qualquer de suas controladas tiver ciência da respectiva ocorrência;</p> <p>(ix) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo legal ou no prazo determinado pela sentença ou decisão acima referida;</p> <p>(x) não renovação, cancelamento, intervenção, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas que afete de forma relevante a situação reputacional e/ou o exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas, exceto se, dentro do prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora e/ou qualquer de suas controladas comprovar a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou qualquer de suas controladas, conforme o caso, até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;</p> <p>(xi) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder a terceiros qualquer obrigação relacionada às Debêntures, sem a prévia anuência de 90% (noventa por cento) dos Debenturistas em AGD especialmente convocada para esse fim;</p> <p>(xii) incorporação, inclusive incorporação de ações, cisão, fusão, venda de participação societária ou qualquer outra forma de reorganização societária, que resulte na alteração do controle acionário da Emissora e/ou alteração do controle indireto de qualquer das suas Controladas Relevantes, salvo se houver o prévio consentimento de 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas reunidos em AGD convocada especificamente para esse fim;</p> <p>(xiii) caso a presente Escritura de Emissão seja revogada, rescindida, torne-se nula ou deixe de estar em pleno vigor, em virtude de decisão judicial, sentença ou acórdão transitado em julgado (ou instituto jurídico de mesma natureza na jurisdição aplicável);</p> <p>(xiv) questionamento judicial ou extrajudicial realizado pela Emissora, por qualquer controladora da Emissora ou por qualquer controlada da Emissora, desta Escritura de Emissão, da Emissão e/ou de qualquer contrato a elas relacionados;</p> <p>(xv) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; e</p> <p>(xvi) destinação dos recursos decorrentes das Debêntures para finalidade diversa da prevista nesta Escritura de Emissão.</p>
<p><b>FINEP</b></p>	<p>A Companhia Informar à FINEP todas as alterações realizadas no capital social e/ou estrutura societária, que possam influenciar no processo decisório da Companhia, bem como aquelas que possam influenciar na capacidade de pagamento da Companhia, no prazo de 10 dias após o registro na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente.</p> <p>O contrato será considerado antecipadamente vencido caso ocorra alteração do controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia que, a juízo da FINEP, possa comprometer o regular desenvolvimento do projeto objeto do contrato e/ou inviabilizar a fiel execução do contrato.</p>

(1) Dívida Financeira Líquida Ajustada = (+) Dívida Financeira Total, incluídas as Debêntures; (-) Disponibilidade de Caixa/Aplicações Financeiras/Títulos e Valores Mobiliários; (-) Recebíveis de Cartão de Crédito. Trata-se de uma medida para fins exclusivamente de covenants.

(2) EBITDA Ajustado é calculado excluído de eventos operacionais (receitas/despesas) que consideramos de caráter extraordinário. Trata-se de uma medida para fins exclusivamente de covenants.

**(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em 31 de dezembro de 2021, possuíamos um total de R\$ 6,792,9 milhões de empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2020, possuíamos um total de R\$1.686,8 milhões de empréstimos e financiamentos.

**(h) alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis**

**PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS**

**Evolução de Número de Lojas por Estado**

Número de Lojas por Estado	31 de dezembro de		
	2019	2020	2021
SP	328	394	438
MG	123	133	152
RS	96	111	120
SC	64	67	73
PR	107	120	130
MS	19	21	21
MT	21	24	29
GO	36	45	51
RJ	-	17	67
ES	-	2	2
DF	-	13	13
<b>Sub-total S/SE/CO</b>	<b>794</b>	<b>947</b>	<b>1.096</b>
PB	28	32	33
RN	19	24	24
PE	52	56	64
CE	36	40	46
AL	18	19	20
SE	11	11	13
BA	65	73	76
PI	7	9	10
MA	33	35	40
PA	49	55	59
<b>Sub-total NE/N</b>	<b>318</b>	<b>354</b>	<b>385</b>
<b>Total</b>	<b>1.112</b>	<b>1.301</b>	<b>1.481</b>

**Abertura de Loja por Canal de Vendas**

Número de Lojas por Canal - Final do Período	31 de dezembro de		
	2019	2020	2021
Lojas virtuais <sup>1</sup>	195	205	236
Lojas convencionais <sup>2</sup>	912	942	1.051
Quiosques	5	154	194
<b>Total</b>	<b>1.112</b>	<b>1.301</b>	<b>1.481</b>
<b>Área total de vendas (m²):</b>	<b>648.227</b>	<b>666.089</b>	<b>723.085</b>

<sup>(1)</sup> Lojas físicas onde toda demonstração de produtos aos clientes é feita por vendedores através de recursos de multimídia, computadores e smartphones, com o uso da internet. Para maiores informações, veja seção 7.3 b) desse formulário.

<sup>(2)</sup> Lojas físicas que possuem mostruário físico e estoque próprio e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

## Vendas Totais por Canal

As vendas totais significam (i) a receita bruta do varejo, que compreende vendas de mercadorias e serviços (incluindo comissões das vendas no marketplace) das lojas físicas e e-commerce; e (ii) vendas no marketplace.

Vendas Totais por Canal	2021	AV	2020	AV	Crescimento
					AH
<i>(em R\$ milhões)</i>					
Lojas virtuais <sup>1</sup>	1.187,5	2,1%	1.131,2	2,6%	5,0%
Lojas convencionais <sup>2</sup>	14.668,7	26,4%	13.859,9	31,8%	5,8%
<b>Subtotal - Lojas Físicas</b>	<b>15.856,2</b>	<b>28,5%</b>	<b>14.991,1</b>	<b>34,4%</b>	<b>5,8%</b>
E-commerce Tradicional (1P)	26.688,7	48,0%	20.786,2	47,8%	28,4%
Marketplace (3P)	13.062,8	23,5%	7.739,4	17,8%	68,8%
<b>Subtotal - E-commerce Total</b>	<b>39.751,5</b>	<b>71,5%</b>	<b>28.525,6</b>	<b>65,6%</b>	<b>39,4%</b>
<b>Vendas Totais</b>	<b>55.607,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>43.516,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>27,8%</b>

(<sup>1</sup>) Lojas físicas onde toda demonstração de produtos aos clientes é feita por vendedores através de recursos de multimídia, computadores e smartphones, com o uso da internet. Para maiores informações, veja seção 7.3 b) desse formulário.

(<sup>2</sup>) Lojas físicas que possuem mostruário físico e estoque próprio e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

Vendas Totais por Canal	2020	AV	2019	AV	Crescimento
					AH
<i>(em R\$ milhões)</i>					
Lojas virtuais <sup>1</sup>	1.131,2	4,1%	1.119,2	4,1%	1,1%
Lojas convencionais <sup>2</sup>	13.859,9	50,8%	13.785,8	50,6%	0,5%
<b>Subtotal - Lojas Físicas</b>	<b>14.991,1</b>	<b>55,0%</b>	<b>14.905,0</b>	<b>54,7%</b>	<b>0,6%</b>
E-commerce Tradicional (1P)	20.786,2	76,2%	9.338,7	34,2%	122,6%
Marketplace (3P)	7.739,4	28,4%	3.027,0	11,1%	155,7%
<b>Subtotal - E-commerce Total</b>	<b>28.525,6</b>	<b>104,6%</b>	<b>12.365,7</b>	<b>45,3%</b>	<b>130,7%</b>
<b>Vendas Totais</b>	<b>43.516,7</b>	<b>159,6%</b>	<b>27.270,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>59,6%</b>

(<sup>1</sup>) Lojas físicas onde toda demonstração de produtos aos clientes é feita por vendedores através de recursos de multimídia, computadores e smartphones, com o uso da internet. Para maiores informações, veja seção 7.3 b) desse formulário.

(<sup>2</sup>) Lojas físicas que possuem mostruário físico e estoque próprio e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	2021	%RL	2020	%RL	Var(%)	Var(R\$)
<b>Receita Bruta</b>	42.982,7	121,8%	36.116,0	123,8%	19,0%	6.866,7
Impostos e Cancelamentos	(7.704,5)	-21,8%	(6.938,9)	-23,8%	11,0%	(765,6)
<b>Receita Líquida de Vendas</b>	35.278,2	100,0%	29.177,1	100,0%	20,9%	6.101,0
Custo das Mercadorias Vendidas e das Prestações de Serviços	(26.791,3)	-75,9%	(21.657,2)	-74,2%	23,7%	(5.134,2)
<b>Lucro Bruto</b>	8.486,8	24,1%	7.520,0	25,8%	12,9%	966,8
Despesas com Vendas	(6.374,4)	-18,1%	(5.162,6)	-17,7%	23,5%	(1.211,8)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.031,7)	-2,9%	(906,8)	-3,1%	13,8%	(124,9)
Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(154,2)	-0,4%	(118,1)	-0,4%	30,6%	(36,1)
Depreciação e Amortização	(817,0)	-2,3%	(702,5)	-2,4%	16,3%	(114,4)
Resultado de Equivalência Patrimonial	99,3	0,3%	119,9	0,4%	-17,2%	(20,6)
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	261,8	0,7%	74,7	0,3%	250,2%	187,0
Total de Despesas Operacionais	(8.016,2)	-22,7%	(6.695,4)	-22,9%	19,7%	(1.320,8)
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	470,6	1,3%	824,6	2,8%	-42,9%	(354,0)
Resultado Financeiro Líquido	(689,0)	-2,0%	(410,5)	-1,4%	67,8%	(278,5)
<b>Lucro Operacional</b>	(218,4)	-0,6%	414,1	1,4%	-	(632,5)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos	809,1	2,3%	(22,4)	-0,1%	-	831,4
<b>Lucro Líquido</b>	590,7	1,7%	391,7	1,3%	50,8%	199,0

### Receita líquida de vendas

A tabela abaixo descreve a distribuição de receita líquida da Companhia:

R\$ milhões	2021	2020	Var(%)	Var(R\$)
Receita Líquida - Varejo - Revenda de Mercadorias	32.995,5	27.453,4	20,2%	5.542,1
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	2.092,2	1.491,4	40,3%	600,8
Outros Serviços	190,4	232,3	-18,0%	(41,9)
<b>Receita Líquida de Vendas</b>	<b>35.278,2</b>	<b>29.177,1</b>	<b>20,9%</b>	<b>6.101,0</b>

A receita líquida de vendas aumentou R\$ 6.101,0 milhões, ou 20,9%, passando de R\$ 29.177,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 35.278,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, principalmente decorrente de revenda de mercadorias e de prestação de serviço, conforme detalhado abaixo:

Revenda de mercadorias. A receita líquida de revenda de mercadorias aumentou R\$ 5.542,1 milhões, ou 20,2%, tendo passado de R\$ 27.453,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 32.995,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, principalmente devido ao crescimento das vendas do *e-commerce* com estoque próprio (1P).

**Prestação de serviços.** A receita líquida de prestação de serviços cresceu R\$ 600,8 milhões, ou 40,3%, tendo passado de R\$ 1.491,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 2.092,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, principalmente devido ao aumento da comissão recebida por vendas geradas na plataforma de marketplace, das vendas de seguros, serviços financeiros (como garantia estendida) e do Magalu Pagamentos.

**Outros Serviços.** A receita líquida de outros serviços foi menor em R\$ 41,9 milhões, ou 18,0%, tendo passado de R\$ 232,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 190,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, principalmente devido ao maior impacto de impostos sobre as receitas entre empresas do Grupo.

### Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

R\$ milhões	2021	2020	Var(%)	Var(R\$)
Custos - Varejo - Revenda de Mercadorias	(26.438,6)	(21.312,4)	24,1%	(5.126,3)
Custos - Outros Serviços	(352,7)	(344,8)	2,3%	(7,9)
<b>Custos - Total</b>	<b>(26.791,3)</b>	<b>(21.657,2)</b>	<b>23,7%</b>	<b>(5.134,2)</b>

O custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços aumentou R\$ 5.126,3 milhões, ou 24,1%, de R\$ 21.312,4 milhões no exercício social encerrado em 2020 para R\$ 26.438,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, principalmente devido ao aumento da receita líquida, consequência do aumento da venda de mercadorias e conforme detalhado na rubrica “lucro bruto” abaixo.

### Lucro Bruto

A tabela abaixo demonstra o lucro bruto para os períodos indicados:

R\$ milhões	2021	2020	Var(%)	Var(R\$)
Lucro Bruto - Revenda de Mercadorias	6.557,2	6.141,0	6,8%	416,1
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	1.929,7	1.378,9	39,9%	550,7
<b>Lucro Bruto - Total</b>	<b>8.486,8</b>	<b>7.520,0</b>	<b>12,9%</b>	<b>966,8</b>
<b>Margem Bruta - Total</b>	<b>24,1%</b>	<b>25,8%</b>	<b>-1,7 pp</b>	<b>-</b>

O lucro bruto aumentou R\$ 966,8 milhões, ou 12,9%, de R\$ 7.520,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 8.486,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A margem bruta reduziu 1,7p.p., de 25,8% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para 24,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, devido ao crescimento do *e-commerce* com estoque próprio (1P), que possui margens brutas menores que as vendas em lojas físicas e parcialmente do aumento da inflação no custo das mercadorias vendidas ao longo do segundo semestre.

### Receitas (despesas) operacionais

A tabela abaixo apresenta os componentes das receitas (despesas) operacionais para os períodos indicados:

R\$ milhões	2021	%RL	2020	%RL	Var(%)	Var(R\$)
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>	(8.016,2)	-22,7%	(6.695,4)	-22,9%	19,7%	(1.320,8)
Com Vendas	(6.374,4)	-18,1%	(5.162,6)	-17,7%	23,5%	(1.211,8)
Gerais e Administrativas	(1.031,7)	-2,9%	(906,8)	-3,1%	13,8%	(124,9)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(154,2)	-0,4%	(118,1)	-0,4%	30,6%	(36,1)
Depreciação e Amortização	(817,0)	-2,3%	(702,5)	-2,4%	16,3%	(114,4)
Resultado de equivalência patrimonial	99,3	0,3%	119,9	0,4%	-17,2%	(20,6)
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	261,8	0,7%	74,7	0,3%	250,2%	187,0

As receitas (despesas) operacionais aumentaram R\$ 1.320,8 milhões, ou 19,7%, de R\$ 6.695,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 8.016,2 milhões no mesmo período em 2021, devido, principalmente, ao crescimento das vendas da Companhia. Como percentual da receita líquida de vendas, as receitas (despesas) operacionais diminuíram em 0,2 p.p. para 22,7% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 em relação ao mesmo período em 2020. Essa diluição reflete o crescimento nas vendas.

Despesas com vendas. As despesas com vendas aumentaram R\$ 1.211,8 milhões, ou 23,5%, de R\$ 5.162,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 6.374,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento reflete o crescimento das vendas e da receita líquida de vendas. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas aumentaram em 0,4 p.p. para 18,1% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 em relação ao mesmo período em 2020. Esse aumento é reflexo principalmente, da menor diluição das despesas nas lojas físicas, e parcialmente pelo aumento das despesas de marketing no e-commerce ao longo do segundo semestre.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$ 124,9 milhões, ou 13,8%, de R\$ 906,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.031,7 milhões no mesmo período em 2021, devido ao aumento no quadro de pessoal, necessária para a condução e expansão dos negócios. Ainda, as despesas gerais e administrativas foram reduzidas em 0,2 p.p. e representaram 2,9% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Perdas por redução ao valor recuperável de créditos. As despesas com perdas por redução ao valor recuperável de créditos aumentaram R\$ 36,1 milhões, ou 30,6%, de R\$ 118,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 154,2 milhões no mesmo período em 2021, principalmente devido ao crescimento do e-commerce com estoque próprio (1P) e das vendas das lojas físicas.

Depreciação e amortização. As despesas com depreciação e amortização aumentaram R\$ 114,4 milhões, ou 16,3%, de R\$ 702,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 817,0 milhões no mesmo período em 2021, devido ao aumento dos investimentos em imobilizado e intangível, principalmente relacionados a abertura de lojas, aquisições, reformas e investimentos em tecnologia e logística.

Resultado de equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial diminuiu R\$ 20,6 milhões, ou 17,2%, de R\$ 119,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 99,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, principalmente em função do resultado de equivalência patrimonial de nossa controlada em conjunto Luizacred, que, embora tenha apresentado um crescimento de 23,4% nas receitas de intermediação financeira, apresentou um resultado bruto levemente inferior ao resultado de 2020 em função de provisões conservadoras em IFRS.

Outras receitas operacionais, líquidas. Outras receitas operacionais, líquidas, aumentaram R\$ 187,0 milhões, ou 250,2%, de R\$ 74,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 261,8 milhões no mesmo período em 2021, devido, principalmente, ao estorno de provisão tributária relacionada ao julgamento pelo STF da inconstitucionalidade do recolhimento de ICMS – Difal e dos valores reconhecidos de ICMS-ST decorrentes da venda a consumidor final por valor inferior a base de cálculo presumida. Tais valores foram parcialmente compensados com outras despesas não recorrentes, como consultoria, honorários de advogados e despesas pré operacionais de lojas e centros de distribuição. Em 2020, as outras despesas operacionais líquidas

foram compostas, principalmente, pela apropriação de receitas diferidas no montante de R\$ 57,0 milhões.

### **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro líquido teve uma redução de R\$278,5 milhões, ou 67,8%, de uma despesa R\$ 410,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para uma despesa de R\$ 689,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. As receitas financeiras aumentaram em R\$308,2 milhões, ou 368,1%, de uma receita de R\$183,4 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para uma receita de R\$ 491,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 devido principalmente, à atualização monetária dos créditos tributários reconhecidos no exercício. As despesas financeiras aumentaram em R\$586,7 milhões, ou 98,8%, de uma despesa de R\$593,9 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para uma despesa de R\$ 1.180,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 principalmente devido ao aumento da taxa de juros na economia brasileira ao longo do ano – a taxa SELIC passou de 2,0% a.a. ao final de 2020 para 9,25% a.a. ao final de 2021.

### **Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

O lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social passou de um lucro de R\$ 414,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para um prejuízo de R\$ 218,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos**

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos passaram de uma despesa de R\$ 22,4 milhões, com alíquota efetiva de 5,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 809,1 milhões, com alíquota efetiva de 370,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. O aumento da alíquota efetiva é explicado principalmente pelo efeito de subvenção governamental e da inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

### **Lucro Líquido do Exercício**

O resultado líquido passou de lucro líquido de R\$ 391,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para lucro líquido de R\$ 590,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, principalmente devido ao efeito de subvenção governamental e da inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	2020	%AV	2019	%AV	Var(%)	Var(R\$)
<b>Receita Líquida de Vendas</b>	29.177,1	100,0%	19.886,3	100,0%	46,7%	9.290,8
Custo das Mercadorias Vendidas e das Prestações de Serviços	(21.657,2)	-74,2%	(14.332,3)	-72,1%	51,1%	(7.324,9)
<b>Lucro Bruto</b>	7.519,9	25,8%	5.554,0	27,9%	35,4%	1.965,9
Despesas com Vendas	(5.162,6)	-17,7%	(3.444,1)	-17,3%	49,9%	(1.718,5)
Despesas Gerais e Administrativas	(906,8)	-3,1%	(701,6)	-3,5%	29,2%	(205,2)
Perdas por redução ao valor recuperável de créditos	(118,1)	-0,4%	(76,0)	-0,4%	55,4%	(42,1)
Depreciação e Amortização	(702,5)	-2,4%	(487,0)	-2,4%	44,3%	(215,5)
Resultado de Equivalência Patrimonial	119,9	0,4%	26,6	0,1%	350,8%	93,3
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	74,7	0,3%	416,7	2,1%	-82,1%	(342,0)
Total de Despesas Operacionais	(6.695,4)	-22,9%	(4.265,4)	-21,4%	57,0%	(2.430,0)
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	824,6	2,8%	1.288,6	6,5%	-36,0%	(464,0)
Resultado Financeiro Líquido	(410,5)	-1,4%	(70,4)	-0,4%	483,0%	(340,1)
<b>Lucro Operacional</b>	414,1	1,4%	1.218,2	6,1%	-66,0%	(804,1)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos	(22,4)	-0,1%	(296,3)	-1,5%	-92,4%	273,9
<b>Lucro Líquido</b>	391,7	1,3%	921,8	4,6%	-57,5%	(530,1)

### Receita líquida de vendas

A tabela abaixo descreve a distribuição de receita líquida da Companhia:

Receita Líquida por Canal	2020	2019	Var(%)	Var(R\$)
<i>(em R\$ milhões)</i>				
Receita Líquida - Varejo - Revenda de Mercadorias	27.447,3	18.786,7	46,1%	8.660,6
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	1.497,5	1.012,9	47,8%	484,6
<b>Receita Líquida - Varejo</b>	<b>28.944,8</b>	<b>19.799,6</b>	<b>46,2%</b>	<b>9.145,2</b>
Receita Líquida - Outros Serviços	448,5	142,7	214,3%	305,8
Eliminações Inter-companhias <sup>(1)</sup>	(216,2)	(55,5)	289,7%	(160,7)
<b>Receita Líquida - Total</b>	<b>29.177,1</b>	<b>19.886,8</b>	<b>46,7%</b>	<b>9.290,3</b>

<sup>(1)</sup> Eliminação em decorrência da consolidação das empresas do grupo controladas pela Companhia.

A receita líquida de vendas aumentou R\$ 9.290,3 milhões, ou 46,7%, passando de R\$ 19.886,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 29.177,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente decorrente de revenda de mercadorias e de prestação de serviço, conforme detalhado abaixo:

Revenda de mercadorias. A receita líquida de revenda de mercadorias aumentou R\$8.660,6 milhões, ou 46,1%, tendo passado de R\$18.786,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$27.447,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao crescimento das vendas do *e-commerce* com estoque próprio (1P).

Prestação de serviços. A receita líquida de prestação de serviços cresceu R\$484,6 milhões, ou 47,8%, tendo passado de R\$1.012,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.497,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020,

principalmente devido ao aumento da comissão recebida por vendas geradas na plataforma de marketplace, das vendas de seguros, serviços financeiros (como garantia estendida) e do Magalu Pagamentos.

**Outros Serviços.** A receita líquida de outros serviços aumentou R\$ 305,8 milhões, ou 214,3%, tendo passado de R\$ 142,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 448,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao aumento das operações na Magalog. Para mais informações sobre os “outros serviços”, vide item 7.2 deste Formulário de Referência.

Impostos e devoluções aumentaram R\$ 2.448,1 milhões, ou 54,5%, passando de R\$ 4.490,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 6.938,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Assim, a receita bruta total aumentou R\$ 11.738,9 milhões, ou 48,2%, passando de R\$24.377,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 36.116,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme explicação da receita líquida de vendas.

### Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

R\$ milhões	2020	2019	Var(%)	Var(R\$)
Custos - Varejo - Revenda de Mercadorias	(21.312,4)	(14.259,7)	49,5%	(7.052,7)
Custos - Outros Serviços	(355,6)	(87,4)	-306,9%	(268,2)
Eliminações Inter-companhias <sup>(1)</sup>	10,8	14,7	-26,5%	(3,9)
<b>Custos - Total</b>	<b>(21.657,2)</b>	<b>(14.332,4)</b>	<b>51,1%</b>	<b>(7.324,8)</b>

<sup>(1)</sup> Eliminação em decorrência da consolidação das empresas do grupo controladas pela Companhia.

O custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços aumentou R\$ 7.324,8 milhões, ou 51,1%, de R\$ 14.332,3 milhões no exercício social encerrado em 2019 para R\$ 21.657,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao aumento da receita líquida, consequência do aumento da venda de mercadorias e conforme detalhado na rubrica “lucro bruto” abaixo.

### Lucro Bruto

A tabela abaixo demonstra o lucro bruto para os períodos indicados:

R\$ milhões	2020	2019	Var(%)	Var(R\$)
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	6.141,0	4.526,4	35,7%	1.614,6
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	1.491,4	1.012,5	47,3%	478,9
<b>Lucro Bruto - Varejo</b>	<b>7.632,4</b>	<b>5.538,9</b>	<b>37,8%</b>	<b>2.093,5</b>
Lucro Bruto - Outros Serviços	92,9	55,3	68,0%	37,6
Eliminações Inter-companhias <sup>(1)</sup>	(205,3)	(40,3)	409,5%	(165,0)
<b>Lucro Bruto - Total</b>	<b>7.520,0</b>	<b>5.554,0</b>	<b>35,4%</b>	<b>1.966,0</b>
<b>Margem Bruta - Total</b>	<b>25,8%</b>	<b>27,9%</b>	<b>-2,1 pp</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> Eliminação em decorrência da consolidação das empresas do grupo controladas pela Companhia.

O lucro bruto aumentou R\$ 1.966,0 milhões, ou 35,4%, de R\$ 5.554,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 7.520,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A margem bruta reduziu 2,1 p.p., de 27,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para 25,8% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, devido ao crescimento do *e-commerce* com estoque próprio (1P), que possui margens brutas menores que as vendas em lojas físicas.

### Receitas (despesas) operacionais

A tabela abaixo apresenta os componentes das receitas (despesas) operacionais para os períodos indicados:

R\$ milhões	2020	%AV	2019	%AV	Var(%)	Var(R\$)
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>	(6.695,4)	-22,9%	(4.265,4)	-21,4%	57,0%	(2.430,0)
Com Vendas	(5.162,6)	-17,7%	(3.444,1)	-17,3%	49,9%	(1.718,5)
Gerais e Administrativas	(906,8)	-3,1%	(701,6)	-3,5%	29,2%	(205,2)
Perdas por redução ao valor recuperável de créditos	(118,1)	-0,4%	(76,0)	-0,4%	55,4%	(42,1)
Depreciação e Amortização	(702,5)	-2,4%	(487,0)	-2,4%	44,3%	(215,5)
Resultado de equivalência patrimonial	119,9	0,4%	26,6	0,1%	350,7%	93,3
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	74,7	0,3%	416,7	2,1%	-82,1%	(342,0)

As receitas (despesas) operacionais aumentaram R\$ 2.430,0 milhões, ou 57,0%, de R\$ 4.265,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 6.695,4 milhões no mesmo período em 2020, devido, principalmente, ao crescimento das vendas da Companhia. Além disso, parte do crescimento nas despesas com vendas foi decorrente dos investimentos em marketing na aquisição de novos clientes, incluindo logística e atendimento. Vale ressaltar que no exercício anterior (2019), a Companhia fez o reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/COFINS, o que impacta a base de comparação do crescimento das despesas. Como percentual da receita líquida de vendas, as receitas (despesas) operacionais aumentaram em 1,5 p.p. para 22,9% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em relação ao mesmo período em 2019. Esse aumento é reflexo do fechamento temporário das lojas em função da pandemia de COVID-19, visto que a Companhia continuou arcando com as despesas fixas das lojas nesse período, sem que houvesse a correspondente venda em tais lojas.

Despesas com vendas. As despesas com vendas aumentaram R\$ 1.718,5 milhões, ou 49,9%, de R\$ 3.444,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5.162,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento reflete o crescimento das vendas e da receita líquida de vendas. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas aumentaram em 0,4 p.p. para 17,7% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em relação ao mesmo período em 2019. Esse aumento é reflexo do fechamento temporário das lojas em função da pandemia de COVID-19, visto que a Companhia continuou arcando com as despesas fixas das lojas nesse período.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$ 205,2 milhões, ou 29,2%, de R\$ 701,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 906,8 milhões no mesmo período em 2020, principalmente devido ao aumento no quadro de pessoal, necessária para a condução e expansão dos negócios. Por outro lado, em decorrência do crescimento das vendas, as despesas gerais e administrativas foram diluídas em 0,4 p.p. para 3,1% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Perdas por redução ao valor recuperável de créditos. As despesas com perdas por redução ao valor recuperável de créditos aumentaram R\$ 42,1 milhões, ou 55,4%, de R\$ 76,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 118,1 milhões no mesmo período em 2020, principalmente devido ao crescimento das vendas das lojas físicas e do *e-commerce* com estoque próprio (1P).

Depreciação e amortização. As despesas com depreciação e amortização aumentaram R\$ 215,5 milhões, ou 44,3%, de R\$ 487,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 702,5 milhões no mesmo período em 2020, devido ao aumento dos investimentos em imobilizado e intangível, principalmente relacionados a abertura de lojas, aquisições, reformas e investimentos em tecnologia e logística.

Resultado de equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial aumentou R\$ 93,3 milhões, ou 350,8%, de R\$ 26,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 119,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente em função do resultado de equivalência patrimonial de nossa controlada em conjunto Luizacred, que com o aumento dos recebimentos e redução da carteira vencida teve uma melhora nos seus resultados no exercício social de 2020.

Outras receitas operacionais, líquidas. Outras receitas operacionais, líquidas, diminuíram R\$ 342,0 milhões, ou 82,1%, de R\$ 416,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 74,7 milhões no mesmo período em 2020, devido ao reconhecimento, em 2019, de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/COFINS. Em 2020, as outras despesas operacionais líquidas foram compostas, principalmente, pela apropriação de receitas diferidas no montante de R\$ 57,0 milhões.

### **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro líquido teve uma redução de R\$ 340,1 milhões, ou 483,0%, de uma despesa R\$ 70,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para uma despesa de R\$ 410,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, devido, principalmente, à atualização monetária dos créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/COFINS que foram reconhecidos em 2019.

### **Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

O lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social passou de um lucro de R\$ 1.218,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para um lucro de R\$ 414,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente em função do reconhecimento, em 2019, de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/COFINS.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos**

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos passaram de R\$ 296,3 milhões, com alíquota efetiva de 24,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para despesa de R\$ 22,4 milhões, com alíquota efetiva de 5,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em função da apuração de lucro tributável no período. A redução da alíquota efetiva é explicada principalmente por (i) maior valor de declaração de juros sobre o capital próprio, que é excluído da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos, em relação ao lucro tributável; e (ii) maior valor de subvenção governamental (isto é, subvenção para investimentos, concedida por alguns entes governamentais onde a Companhia possui operação, na forma de créditos presumidos de ICMS), que é excluída da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos, em relação ao lucro tributável do exercício.

### **Lucro Líquido do Exercício**

O resultado líquido passou de lucro líquido de R\$ 921,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para lucro líquido de R\$ 391,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao reconhecimento, em 2019, de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/COFINS. Por outro lado, o elevado crescimento de vendas no *e-commerce* e a diluição das despesas

financeiras contribuíram para a rentabilidade da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

## BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 comparado a 31 de dezembro de 2020.

<b>ATIVO</b>	<b>31/dez/21</b>	<b>AV</b>	<b>31/dez/20</b>	<b>AV</b>	<b>Var(%)</b>	<b>Var(R\$)</b>
(em milhões de R\$, exceto percentual)						
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.566,2	6,7%	1.681,4	6,8%	52,6%	884,8
Títulos e Valores Mobiliários	1.556,4	4,1%	1.221,8	5,0%	27,4%	334,6
Contas a Receber	5.650,8	14,7%	4.761,9	19,3%	18,7%	888,9
Estoques	9.112,2	23,7%	5.927,2	24,0%	53,7%	3.185,0
Partes Relacionadas	3.707,3	9,7%	2.329,6	9,5%	59,1%	1.377,6
Tributos a Recuperar	1.279,3	3,3%	704,3	2,9%	81,6%	575,0
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	234,9	0,6%	11,8	0,0%	1882,8%	223,0
Outros Ativos	402,8	1,0%	160,8	0,7%	150,6%	242,1
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>24.509,8</b>	<b>63,9%</b>	<b>16.798,8</b>	<b>68,2%</b>	<b>45,9%</b>	<b>7.711,0</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Títulos e Valores Mobiliários	-	0,0%	-	0,0%	-	-
Contas a Receber	17,4	0,0%	16,1	0,1%	7,5%	1,2
Tributos a Recuperar	1.551,6	4,0%	787,9	3,2%	96,9%	763,6
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	915,1	2,4%	196,7	0,8%	365,1%	718,4
Depósitos Judiciais	1.189,9	3,1%	843,9	3,4%	41,0%	346,0
Outros Ativos	184,8	0,5%	6,3	0,0%	2818,3%	178,5
Investimentos em Controladas	407,8	1,1%	386,7	1,6%	5,4%	21,1
Direito de uso	3.363,0	8,8%	2.465,5	10,0%	36,4%	897,5
Imobilizado	1.938,7	5,1%	1.258,2	5,1%	54,1%	680,6
Intangível	4.306,6	11,2%	1.887,0	7,7%	128,2%	2.419,6
<b>Total do Ativo não Circulante</b>	<b>13.874,8</b>	<b>36,1%</b>	<b>7.848,4</b>	<b>31,8%</b>	<b>76,8%</b>	<b>6.026,4</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>38.384,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>24.647,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>55,7%</b>	<b>13.737,4</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
	<b>31/dez/21</b>	<b>%RL</b>	<b>31/dez/20</b>	<b>%RL</b>	<b>Var(%)</b>	<b>Var(R\$)</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	10.098,9	26,3%	8.501,4	34,5%	18,8%	1.597,5
Repasses e outros depósitos	1.418,9	3,7%	718,5	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	408,0	1,1%	1.667,2	6,8%	-75,5%	(1.259,2)
Salários, Férias e Encargos Sociais	370,2	1,0%	359,7	1,5%	2,9%	10,5
Tributos a Recolher	239,6	0,6%	401,3	1,6%	-40,3%	(161,7)
Partes Relacionadas	125,3	0,3%	130,3	0,5%	-3,8%	(5,0)
Arrendamento Mercantil	433,8	1,1%	351,2	1,4%	23,5%	82,7
Receita Diferida	50,3	0,1%	43,0	0,2%	17,0%	7,3
Dividendos a Pagar	41,4	0,1%	40,0	0,2%	3,7%	1,5
Outras Contas a Pagar	2.070,7	5,4%	1.203,7	4,9%	72,0%	867,1
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>15.257,2</b>	<b>39,7%</b>	<b>13.416,1</b>	<b>54,4%</b>	<b>13,7%</b>	<b>1.841,0</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Empréstimos e Financiamentos	6.384,9	16,6%	19,6	0,1%	32507,7%	6.365,3
Tributos a Recolher	24,3	0,1%	-	0,0%	-	24,3
Arrendamento Mercantil	3.020,8	7,9%	2.175,2	8,8%	38,9%	845,7
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	113,9	0,3%	24,8	0,1%	358,5%	89,1
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	1.154,1	3,0%	1.379,9	5,6%	-16,4%	(225,8)

Receita Diferida	245,3	0,6%	301,3	1,2%	-18,6%	(56,0)
Outras Contas a Pagar	922,9	2,4%	5,0	0,0%	18395,2%	917,9
<b>Total do Passivo não Circulante</b>	<b>11.866,2</b>	<b>30,9%</b>	<b>3.905,8</b>	<b>15,8%</b>	<b>203,8%</b>	<b>7.960,4</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>27.123,4</b>	<b>70,7%</b>	<b>17.321,9</b>	<b>70,3%</b>	<b>56,6%</b>	<b>9.801,5</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Capital Social	12.352,5	32,2%	5.952,3	24,1%	107,5%	6.400,2
Reserva de Capital	(1.637,1)	-4,3%	390,6	1,6%	-519,1%	(2.027,7)
Ações em Tesouraria	(1.449,2)	-3,8%	(603,7)	-2,4%	140,1%	(845,5)
Reserva Legal	137,4	0,4%	123,0	0,5%	11,8%	14,5
Reserva de Retenção de Lucros	1.856,7	4,8%	1.451,9	5,9%	27,9%	404,7
Ajuste de Avaliação Patrimonial	0,8	0,0%	11,2	0,0%	-92,5%	(10,3)
Lucros Acumulados	-	0,0%	-	0,0%	-	-
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>11.261,2</b>	<b>29,3%</b>	<b>7.325,3</b>	<b>29,7%</b>	<b>53,7%</b>	<b>3.935,9</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>38.384,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>24.647,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>55,7%</b>	<b>13.737,4</b>

### Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 45,9%, ou R\$ 7.711,0 milhões, passando de R\$ 16.798,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 24.509,8 milhões em 31 de dezembro de 2021. O ativo circulante representava 68,2% do total do ativo em 31 de dezembro de 2020 e 63,9% em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) (a) aumento de 52,6%, ou R\$ 884,8 milhões, no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$1.681,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$2.566,2 milhões em 31 de dezembro de 2021; e (b) aumento de 27,4%, ou R\$334,6 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R\$1.221,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.556,4 milhões em 31 de dezembro de 2021. A variação de ambas as contas somadas decorreu principalmente da sazonalidade do varejo e evolução das vendas no trimestre, além da captação de debêntures concluída em dezembro de 2021;

(ii) aumento de 18,7%, ou R\$888,9 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$4.761,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$5.650,8 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação justifica-se pela sazonalidade do varejo e pelo maior volume de antecipações e recebimento do contas a receber de cartões de crédito de terceiros. A antecipação de recebíveis de cartões de crédito ocorre de acordo com a análise de necessidade de caixa e custo benefício da antecipação, realizada pela diretoria financeira da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o volume de R\$ 5,2 bilhões de carteira de cartões antecipada, frente a R\$ 4,5 bilhões em 31 de dezembro de 2020;

(iii) aumento de 53,7%, ou R\$3.185,0 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R\$5.927,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$9.112,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento está relacionado a inclusão do saldo de estoques da Kabum, cuja aquisição foi concluída no final do ano e pela preparação sazonal para as vendas na Liquidação Fantástica no começo do ano seguinte;

(iv) aumento de 59,1%, ou R\$1.377,6 milhões, no saldo de contas a receber de partes relacionadas, que passou de R\$2.329,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$3.707,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento decorreu, principalmente, devido ao aumento do saldo de recebíveis de Cartão Luiza não descontados, tendo em vista a análise da necessidade de caixa e custo benefício da operação de antecipação de tais recebíveis;

(v) aumento de 81,6%, ou R\$575,0 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$704,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.279,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, substancialmente em função de créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadorias interestaduais.

### **Ativo Não Circulante**

O ativo não circulante aumentou 76,8%, ou R\$ 6.026,4 milhões, passando de R\$ 7.848,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 13.874,8 milhões em 31 de dezembro de 2021. O ativo não circulante representava 31,8% do total do ativo em 31 de dezembro de 2020 e 36,1% em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 96,9%, ou R\$763,6 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$787,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.551,6 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação decorre de créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadorias interestaduais.

(ii) aumento de 41,0%, ou R\$346 milhões, no saldo da conta depósitos judiciais, que passou de R\$843,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.189,9 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento refere-se principalmente aos depósitos mensais de contestações de débitos tributários que estão em discussão judicial; e

(iii) aumento de 128,2%, ou R\$2.419,6 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R\$1.887,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$4.306,6 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação está relacionada ao reconhecimento do montante pago somado ao ágio na aquisição da Kabum e ao aumento do saldo investido em softwares e projetos de desenvolvimento interno da Companhia, bem como pelos ativos intangíveis identificados nas combinações de negócios de empresas adquiridas em 2021.

### **Passivo Circulante**

O passivo circulante aumentou em 13,7%, ou R\$ 1.841,0 milhões, passando de R\$ 13.416,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 15.257,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. O passivo circulante representava 54,4% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 39,7% em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 18,8%, ou R\$1.597,5 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R\$8.501,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$10.098,9 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação decorreu em função da sazonalidade do varejo, considerando o volume relevante de compras realizadas pela Companhia no final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 em preparação para as vendas da Black Friday e Natal, e, pela melhor estratégia comercial junto aos fornecedores;

(ii) redução de 75,5%, ou R\$1.259,2 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$1.667,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$408,0 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação decorreu do pagamento do principal de R\$ 805,4 milhões referentes a 8ª emissão de debêntures com vencimento único em 13 de março de 2021;

(iii) redução de 40,3%, ou R\$161,7 milhões, no saldo da conta tributos a recolher, que passou de R\$401,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$239,6 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação decorre principalmente da retração das vendas em lojas e, conseqüentemente, do volume de tributos a recolher; e

(iv) aumento de 72,0%, ou R\$867,1 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$1.203,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$2.070,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação deve-se principalmente à redução nos valores a pagar a ex-cotistas na contraprestação em caixa pactuadas nas aquisições de empresas, que passaram de R\$71,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.149,8 milhões em 31 de dezembro de 2021, incluindo a parcela para a aquisição da KaBuM!.

### **Passivo Não Circulante**

O passivo não circulante aumentou em 203,8%, ou R\$ 7.960,4 milhões, passando de R\$ 3.905,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 11.866,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. O passivo não circulante representava 15,8% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 30,9% em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 32.507,7%, ou R\$6.365,3 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$19,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$6.384,9 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação decorreu em função da captação de R\$ 800 milhões por meio da 9ª emissão de Debêntures no dia 15 de janeiro de 2021, com vencimento único em 15 de janeiro de 2024, da 5ª emissão de notas promissórias no valor de R\$1.500 milhões no dia 30 de abril de 2021, com vencimento único em 29 de abril de 2024, e da 10ª e 11ª emissões de Debêntures nos dias 14 de outubro e 23 de dezembro de 2021 nos valores de R\$4.000 cada com vencimento em 15 de outubro e 23 de dezembro de 2026.

(ii) redução de 16,4%, ou R\$225,8 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$1.379,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.154,1 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação decorreu principalmente da reversão de provisões tributárias no montante de R\$546,7 milhões (que inclui estorno de provisões relacionadas à inconstitucionalidade do recolhimento de ICMS Difal) baseadas nas avaliações de nossos assessores jurídicos em relação aos riscos prováveis de perdas.

### **Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido aumentou em R\$ 3,935,9 ou 53,7%, tendo passado de R\$ 7.325,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 11.261,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. O patrimônio líquido representava 29,7% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 29,3% em 31 de dezembro de 2021.

## BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 comparado a 31 de dezembro de 2019.

<b>ATIVO</b>	<b>31/dez/20</b>	<b>AV</b>	<b>31/dez/19</b>	<b>AV</b>	<b>Var(%)</b>	<b>Var(R\$)</b>
(em milhões de R\$, exceto percentual)						
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.681,4	6,8%	305,7	1,5%	449,9%	1.375,6
Títulos e Valores Mobiliários	1.221,8	5,0%	4.448,2	22,5%	-72,5%	(3.226,4)
Contas a Receber	4.761,9	19,3%	2.915,0	14,7%	63,4%	1.846,9
Estoques	5.927,2	24,0%	3.801,8	19,2%	55,9%	2.125,5
Partes Relacionadas	2.329,6	9,5%	370,0	1,9%	529,6%	1.959,6
Tributos a Recuperar	704,3	2,9%	864,1	4,4%	-18,5%	(159,9)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	11,8	0,0%	-	0,0%	-	11,8
Outros Ativos	160,8	0,7%	136,3	0,7%	18,0%	24,5
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>16.798,8</b>	<b>68,2%</b>	<b>12.841,2</b>	<b>64,9%</b>	<b>30,8%</b>	<b>3.957,6</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Títulos e Valores Mobiliários	-	0,0%	0,2	0,0%	-	(0,2)
Contas a Receber	16,1	0,1%	16,8	0,1%	-4,2%	(0,7)
Tributos a Recuperar	787,9	3,2%	1.137,8	5,7%	-30,7%	(349,9)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	196,7	0,8%	12,7	0,1%	1447,6%	184,0
Depósitos Judiciais	843,9	3,4%	570,1	2,9%	48,0%	273,7
Outros Ativos	6,3	0,0%	11,0	0,1%	-42,4%	(4,7)
Investimentos em Controladas	386,7	1,6%	305,1	1,5%	26,8%	81,6
Direito de uso	2.465,5	10,0%	2.273,8	11,5%	8,4%	191,7
Imobilizado	1.258,2	5,1%	1.076,7	5,4%	16,9%	181,5
Intangível	1.887,0	7,7%	1.545,6	7,8%	22,1%	341,4
<b>Total do Ativo não Circulante</b>	<b>7.848,4</b>	<b>31,8%</b>	<b>6.949,9</b>	<b>35,1%</b>	<b>12,9%</b>	<b>898,5</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>24.647,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>19.791,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>24,5%</b>	<b>4.856,1</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
	<b>31/dez/20</b>	<b>%RL</b>	<b>31/dez/19</b>	<b>%RL</b>	<b>Var(%)</b>	<b>Var(R\$)</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	8.501,4	34,5%	5.934,9	30,0%	43,2%	2.566,5
Repasses e outros depósitos	718,5	2,9%	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	1.667,2	6,8%	10,0	0,1%	16627,0%	1.657,2
Salários, Férias e Encargos Sociais	359,7	1,5%	354,7	1,8%	1,4%	5,0
Tributos a Recolher	401,3	1,6%	352,0	1,8%	14,0%	49,3
Partes Relacionadas	130,3	0,5%	152,1	0,8%	-14,4%	(21,8)
Arrendamento Mercantil	351,2	1,4%	330,6	1,7%	6,2%	20,6
Receita Diferida	43,0	0,2%	43,0	0,2%	-0,1%	(0,0)
Dividendos a Pagar	40,0	0,2%	123,6	0,6%	-67,7%	(83,6)
Outras Contas a Pagar	1.203,7	4,9%	701,7	3,5%	71,5%	501,9
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>13.416,1</b>	<b>54,4%</b>	<b>8.002,6</b>	<b>40,4%</b>	<b>67,6%</b>	<b>5.413,6</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Empréstimos e Financiamentos	19,6	0,1%	838,9	4,2%	-97,7%	(819,3)
Arrendamento Mercantil	2.175,2	8,8%	1.949,8	9,9%	11,6%	225,4
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24,8	0,1%	39,0	0,2%	-36,4%	(14,2)
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	1.379,9	5,6%	1.037,1	5,2%	33,1%	342,8
Receita Diferida	301,3	1,2%	356,8	1,8%	-15,6%	(55,5)
Outras Contas a Pagar	5,0	0,0%	2,0	0,0%	152,9%	3,0
<b>Total do Passivo não Circulante</b>	<b>3.905,8</b>	<b>15,8%</b>	<b>4.223,5</b>	<b>21,3%</b>	<b>-7,5%</b>	<b>(317,8)</b>

<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	17.321,9	70,3%	12.226,1	61,8%	41,7%	5.095,8
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Capital Social	5.952,3	24,1%	5.952,3	30,1%	0,0%	-
Reserva de Capital	390,6	1,6%	323,3	1,6%	20,8%	67,4
Ações em Tesouraria	(603,7)	-2,4%	(124,5)	-0,6%	384,8%	(479,1)
Reserva Legal	123,0	0,5%	109,0	0,6%	12,8%	14,0
Reserva de Retenção de Lucros	1.451,9	5,9%	1.301,8	6,6%	11,5%	150,2
Ajuste de Avaliação Patrimonial	11,2	0,0%	3,2	0,0%	252,0%	8,0
Lucros Acumulados	-	0,0%	-	0,0%	-	-
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>7.325,3</b>	<b>29,7%</b>	<b>7.564,9</b>	<b>38,2%</b>	<b>-3,2%</b>	<b>(239,7)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>24.647,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>19.791,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>24,5%</b>	<b>4.856,1</b>

### Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 30,8%, ou R\$ 3.957,7 milhões, passando de R\$ 12.841,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 16.798,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. O ativo circulante representava 64,9% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 68,2% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 63,4%, ou R\$1.846,0 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$2.915,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$4.761,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação justifica-se pela sazonalidade do varejo e pelo menor volume de antecipações e recebimento do contas a receber de cartões de crédito de terceiros. A antecipação de recebíveis de cartões de crédito ocorre de acordo com a análise de necessidade de caixa e custo benefício da antecipação, realizada pela diretoria financeira da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía o volume de R\$ 4,5 bilhão de carteira de cartões antecipada, frente a R\$ 1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2019;

(ii) aumento de 55,9%, ou R\$2.125,4 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R\$3.801,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$5.927,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento está relacionado ao crescimento nas vendas;

(iii) aumento de 529,6%, ou R\$1.959,6 milhões, no saldo de contas a receber de partes relacionadas, que passou de R\$370,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$2.329,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento do saldo de recebíveis de Cartão Luiza não descontados, tendo em vista a análise da necessidade de caixa e custo-benefício da operação de antecipação de tais recebíveis;

(iv) redução de 18,5%, ou R\$159,9 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$864,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$704,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, substancialmente, em função da compensação de créditos de PIS/COFINS com os débitos da mesma natureza gerados pela operação.

### Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou 12,9%, ou R\$ 898,8 milhões, passando de R\$ 6.949,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 7.848,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. O ativo não circulante representava 35,1% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 31,8% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) redução de 30,7%, ou R\$349,9 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$1.137,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$787,9 milhões em 31 de dezembro de

2020. Essa variação decorre da compensação de tributos devidos pela Companhia com o saldo a recuperar, principalmente junto aos órgãos federais.

(ii) aumento de 1.147,6%, ou R\$184,0 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$12,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$196,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre da movimentação de diferenças temporárias, principalmente da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

(iii) aumento de 48,0%, ou R\$273,8 milhões, no saldo da conta depósitos judiciais, que passou de R\$570,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$843,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento refere-se principalmente aos depósitos mensais de contestações de débitos tributários que estão em discussão judicial.

(iv) aumento de 8,4%, ou R\$191,7 milhões, no saldo da conta direitos de uso, que passou de R\$2.273,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$2.465,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu em função do aumento do número de lojas e centros distribuição alugados pela Companhia, o que reflete na contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários.

(v) aumento de 16,9%, ou R\$181,5 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R\$1.076,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.258,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação reflete, principalmente, os investimentos em máquinas e equipamentos, mobiliários para lojas, benfeitorias e obras; e

(vi) aumento de 22,1%, ou R\$341,4 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R\$1.545,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.887,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação está relacionada ao aumento do saldo investido em softwares e projetos de desenvolvimento interno da Companhia, bem como em ativos intangíveis identificados nas combinações de negócios de empresas adquiridas em 2020.

### **Passivo Circulante**

O passivo circulante aumentou em 67,6%, ou R\$ 5.413,7 milhões, passando de R\$ 8.002,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 13.416,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. O passivo circulante representava 40,4% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 54,4% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 43,2%, ou R\$2.566,5 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R\$5.934,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$8.501,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorreu em função do aumento do volume de vendas e, principalmente, pela melhor estratégia comercial junto aos fornecedores;

(ii) aumento de 16.672,0%, ou R\$1.657,2 milhões, no saldo da conta empréstimos, financiamentos, que passou de R\$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.667,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorreu da reclassificação de saldos relacionados às debêntures para o passivo circulante e da nova emissão de debêntures realizada pela Companhia em abril de 2020 e com vencimento em menos de 12 meses;

(iii) aumento de 14,0%, ou R\$49,3 milhões, no saldo da conta tributos a recolher, que passou de R\$352,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$401,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deve-se ao aumento do volume de tributos a pagar em virtude do crescimento das vendas;

(iv) registro de R\$718,5 milhões no saldo da conta parceiro e outros depósitos em 31 de dezembro de 2020 em função dos valores a repassar para os parceiros do marketplace, relacionados a compras realizadas por clientes na plataforma digital do Magazine Luiza, de produtos vendidos por lojistas parceiros (*sellers*) e transacionados pelo Magalu Pagamentos;

(v) aumento de 6,2%, ou R\$20,6 milhões, no saldo da conta arrendamento, que passou de R\$330,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$351,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu em função do aumento do número de lojas e centros distribuição alugados pela Companhia que reflete a contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários;

(vi) redução de 67,7%, ou R\$83,6 milhões, no saldo de dividendos a pagar, que passou de R\$123,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$40,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deve-se ao pagamento referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e a provisão dos valores mínimos obrigatórios de juros sobre capital próprio e dividendos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ainda não liquidados; e

(vii) aumento de 71,5%, ou R\$501,9 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$701,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.203,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deve-se principalmente a despesas gerais de frete, marketing, serviços especializados, entre outros, a pagar no montante de R\$ 368,2 milhões e de vendas pendentes de entrega, líquidas de devoluções, no montante de R\$ 567,1 milhões.

### **Passivo Não Circulante**

O passivo não circulante diminuiu em 7,5%, ou R\$ 317,8 milhões, passando de R\$ 4.223,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 3.905,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. O passivo não circulante representava 21,3% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 15,8% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) redução de 97,7%, ou R\$819,3 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$838,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$19,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorreu da reclassificação de saldos relacionados às debêntures para o passivo circulante;

(ii) redução de 36,4%, ou R\$14,2 milhões, no saldo da conta imposto de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$39,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$24,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, em função da movimentação de diferenças temporárias na apuração do imposto de renda e contribuição social; e

(iii) aumento de 33,1%, ou R\$342,8 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$1.037,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.379,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorreu principalmente de novas adições de provisões tributárias baseadas nas avaliações de nossos assessores jurídicos e nossa administração em relação aos riscos prováveis de perdas de processos.

### **Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido manteve-se praticamente estável entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, tendo passado de R\$ 7.564,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 7.325,3 milhões. O patrimônio líquido representava 38,2% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 29,7% em 31 de dezembro de 2020.

## FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentadas os Fluxos de Caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Caixa Líquido Originado das (Aplicado nas) Atividades Operacionais	(4.364,5)	2.603,9	(3.329,6)
Caixa Líquido Originado das (Aplicado nas) Atividades de Investimentos	(1.317,4)	(651,4)	(928,6)
Caixa Líquido Originado das (Aplicado nas) Atividades de Financiamentos	6.566,7	(576,8)	3.964,8
(=) Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa	884,8	1.375,6	(293,3)

#### **Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido utilizado nas atividades operacionais foi de R\$ 3.329,6 milhões, devido, principalmente, a um maior nível de aplicações de títulos e valores mobiliários em função da oferta subsequente de ações concluída em novembro de 2019 e do crescimento do resultado operacional da Companhia. Além disso, o caixa utilizado com o aumento do contas a receber reflete um menor volume de recebíveis antecipados e as variações das contas de estoques e fornecedores refletem a melhor gestão do capital de giro.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a geração de caixa operacional foi de R\$ 2.603,9 milhões, devido principalmente a um maior nível de aplicações de títulos e valores mobiliários e da gestão do capital de giro, com o aumento da conta fornecedores devido à melhor negociação de compras com fornecedores, parcialmente compensado pelo aumento da conta de estoques, e também da conta parceiros e outros depósitos devido à implementação do Magalu Pagamentos no processamento dos pagamentos do marketplace.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o caixa líquido utilizado nas atividades operacionais foi de R\$ 4.364,5 milhões, devido principalmente a um aumento na conta de impostos a recuperar, em função dos créditos tributários reconhecidos no período e ainda não compensados, pelo aumento da conta de estoques e pelo aumento do saldo não descontado do Cartão Luiza e Cartão Magalu na conta de partes relacionadas. Tais aumentos foram parcialmente compensados pelo crescimento das contas de fornecedores a pagar e parceiros e outros depósitos.

#### **Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido utilizado nas atividades de investimento foi de R\$ 928,6 milhões, influenciado principalmente pela aquisição de imobilizado e intangível, no valor de R\$ 521,5 milhões e pelos investimentos em controlada de R\$ 407,1 milhões, sendo a aquisição da Netshoes, o investimento mais representativo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido utilizado nas atividades de investimento foi de R\$ 651,4 milhões, devido à aquisição de imobilizado e intangível, no valor de R\$ 543,8 milhões e aos investimentos em controlada de R\$ 107,6 milhões, com destaque para as aquisições realizadas ao longo do ano: Estante Virtual, Hubsales, Canaltech, Plataforma Inloco

Media, GFL, Sinqlog, Stog, Betta, AiQFome, ComSchool e Hub Fintech. Para mais informações sobre as aquisições, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o caixa líquido utilizado nas atividades de investimento foi de R\$ 1.317,4 milhões, devido à aquisição de imobilizado e intangível, no valor de R\$ 1.164,1 milhões e pelos investimentos em controlada de R\$ 152,3 milhões, com destaque para as aquisições realizadas no período: VipCommerce, Steal The Look, Tonolucro, Grandchef, Plus Delivery, Smarthint, Jovem Nerd, Autoseg, Hub Fintech, Juni, Sode e a Kabum.

#### ***Caixa Líquido Gerado pelas (Utilizadas) Atividades de Financiamento***

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o caixa gerado nas atividades de financiamento foi de R\$ 3.964,8 milhões, em função da oferta subsequente de ações concluída em novembro de 2019, resultando no recebimento pela Companhia do valor líquido de R\$ 4.232,4 milhões, à 4ª emissão de notas promissórias no montante líquido de R\$ 798,9 milhões, parcialmente compensado pelo pagamento de empréstimos e juros no montante de R\$ 659,3 milhões, ao pagamento de dividendos no valor de R\$ 182,0 milhões, ao pagamento de juros de arrendamento mercantil no montante de R\$ 366,7 milhões e à venda de ações em tesouraria, líquido do montante recomprado ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 141,1 milhões.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o caixa utilizado nas atividades de financiamento foi de R\$ 576,8 milhões, devido ao pagamento de empréstimos e juros no montante de R\$ 23,5 milhões, ao pagamento de dividendos no valor de R\$ 299,4 milhões, ao pagamento de juros de arrendamento mercantil no montante de R\$ 487,7 milhões e à recompra de ações em tesouraria de R\$ 567,4 milhões, que foram parcialmente compensados pela captação referente à emissão de debêntures pela Companhia no montante líquido de R\$ 801,1 milhões.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 o caixa gerado das atividades de financiamento foi de R\$6.566,0 milhões, devido ao pagamento de principal de R\$1.687,7 milhões referentes à 8ª emissão de debêntures e à 4ª emissão de notas promissórias, ao pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 131,3 milhões, ao pagamento de juros de arrendamento mercantil no montante de R\$ 373,8 milhões e à recompra de ações no valor de R\$1.050,2 milhões, compensados pela captação da 9ª emissão de debêntures de emissão da Companhia no montante líquido de R\$ 800,0 milhões, pela 5ª emissão de notas promissórias no montante líquido de R\$1.500,0 milhões, pelas 10ª e 11ª emissão de debêntures no montante líquido de R\$2.000,0 cada uma, pela captação de R\$3.981,3 na oferta subsequente de ações concluída em julho de 2021.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### (a) resultados das operações da Companhia

#### (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita líquida de vendas é composta principalmente por: (i) revenda de mercadorias e (ii) prestações de serviços e (iii) outros serviços, após a dedução de impostos e devoluções sobre vendas.

*Revenda de mercadorias* - a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtêm o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

- O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados;
- É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens que serão transferidos ao cliente.

A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período e premissas especificadas. O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas. A Companhia utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

*Receita de prestações de serviços* - as receitas de prestação de serviços estão principalmente vinculadas a:

- a) intermediação de serviços financeiros para suas *joint ventures*, bem como outras empresas parceiras da Companhia;
- b) comissão por marketplace;
- c) taxa de administração dos grupos de consórcio, que é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consorciados que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço;
- d) integração e gestão entre lojistas e marketplace, bem como a receita da antecipação de recebíveis;
- e) operações logísticas de entrega.

As receitas de prestações de serviços são reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos ao serviço prestado serão transferidos pela Companhia.

*Outros serviços* - as receitas de prestação de outros serviços estão principalmente vinculadas a:

- a) soma da prestação de serviços de administração de consórcios por meio da controlada LAC, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos;
- b) serviços de gerenciamento de entregas de produtos – por meio da controlada Magalog; e
- c) serviços de desenvolvimento de softwares por meio das controladas do Grupo Softbox.

Abaixo descrevemos os impostos e devoluções sobre vendas que impactam esta linha das demonstrações de resultado:

#### ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um tributo estadual incidente sobre circulação de mercadorias e serviços em cada etapa da cadeia de produção e comercialização.

As alíquotas internas de ICMS variam entre 4% e 25% conforme a legislação de cada Estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

Nos 21 estados em que atuamos vigora, para a maioria das categorias de produtos do nosso mix de vendas, o regime de substituição tributária do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (Mark-up), determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado. Os impostos antecipados na forma de substituição tributária são registrados como custo de mercadorias revendidas de acordo com o regime de competência de venda dos produtos base de incidência.

#### PIS e COFINS

Sobre a receita de venda de mercadorias e administração de consórcios incidem as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS, exceto produtos beneficiados com isenções fiscais. Adotamos o regime não cumulativo, podendo descontar créditos auferidos em compras e outras despesas, pelos quais as obrigações fiscais podem ser compensadas com créditos advindos de tributos pagos anteriormente sobre produtos que compramos e outras despesas.

#### Impostos sobre Serviços - ISS

O Imposto Sobre Serviço (ISS) é um tributo municipal, incidente sobre a prestação de serviço. Efetuamos o recolhimento na cidade em que ocorreu o fato gerador, aplicando a alíquota vigente, conforme legislação de cada município.

#### Devoluções sobre Vendas

Os montantes relativos às devoluções de vendas, efetuadas pelos nossos clientes, são registrados como deduções que impactam nossa receita líquida.

#### **Custo das Mercadorias Revendidas e das Prestações de Serviços**

Os Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição (“CDs”) são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas.

#### **Receitas (Despesas) Operacionais**

##### Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas são substancialmente decorrentes das operações das nossas lojas. As principais despesas são: pessoal, incluindo salários, comissões, encargos sociais e benefícios, propaganda e marketing, distribuição e logística, aluguel, comunicação, segurança, energia e manutenção.

##### Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas envolvem as atividades regulares dos nossos centros de distribuição, escritórios centrais de Franca e João Pessoa, escritório de negócios de São Paulo e outras despesas corporativas, tais como consultorias e assessorias especializadas.

### Perdas por redução ao valor recuperável de créditos

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira do ativo. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “forwardlooking”. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

### Depreciação e amortização

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, ou do conjunto destes, por meio do método linear, fazendo com que o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado das nossas demonstrações financeiras. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial a participação da Companhia sobre os resultados líquidos de nossas controladas em conjunto Luizacred e Luizaseg.

### Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Outras receitas operacionais, líquidas consistem substancialmente da apropriação de receitas diferidas relativas a acordos de cessão de direito de exploração, realizadas por instituições financeiras para (i) gerirem a nossa folha de pagamento e oferecerem com exclusividade serviços bancários a nossos empregados; (ii) terem o direito de exclusividade para oferecerem serviços financeiros e produtos de seguros para os nossos clientes, por nossas controladas em conjunto Luizacred e Luizaseg e (iii) direito exclusivo de prestação do serviço de assistência tecnológica a partir do seguro de garantia estendida adquirido pelos clientes da Companhia. Os acordos de cessão de direitos de exploração, que são geralmente recebidos à vista, são registrados nas contas contábeis de caixa e receita diferida, no balanço patrimonial e apropriadas ao resultado do exercício mensalmente na rubrica de “Outras receitas operacionais, líquidas”. Adicionalmente, são registradas nessa rubrica as receitas e despesas que ocorrem de maneira específica em determinado exercício como créditos tributários extemporâneos, despesas pré-operacionais de lojas, entre outras.

### **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais despesas financeiras são juros de empréstimos e financiamentos, encargos sobre antecipação de cartão de crédito, provisão para perda com juros de garantia estendida. As principais receitas financeiras são rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários, juros de vendas de garantia estendida e descontos obtidos e atualizações monetárias.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

A provisão para imposto sobre a renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo e de consórcio de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

Imposto corrente: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente do grupo da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Imposto diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“**impostos diferidos**”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, não sendo passíveis à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

## **(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Nossas operações dependem das condições macroeconômicas e são afetadas principalmente por fatores como: (i) o crescimento do PIB; (ii) a distribuição de renda; (iii) a taxa de desemprego;

(iv) a variação real do salário; (v) a disponibilidade de crédito; (vi) a taxa de inflação; (vii) a taxa de juros; e (viii) o grau de confiança dos consumidores, entre outros.

Segundo o IBGE, a receita nominal de vendas do comércio varejista restrito apresentou crescimento de 13,9% em 2021 e crescimento de 6,0% e 5,0% em 2020 e 2019, respectivamente, e o segmento de móveis e eletrodomésticos apresentou crescimento de 6,7% em 2019, crescimento de 11,5% em 2020 e queda de 8,0% em 2021.

Apesar deste cenário macroeconômico desafiador nos últimos três anos, o Magazine Luiza conseguiu crescer de forma significativa, com ganhos de marketshare em todos os canais e também nas principais categorias de produtos.

Permanecemos confiantes na nossa capacidade de crescer, de continuar ganhando participação de mercado e melhorar cada vez mais nossa eficiência operacional. A execução disciplinada da nossa estratégia da Transformação Digital tem produzido bons resultados, e entendemos que existem grandes oportunidades para continuar crescendo nos próximos anos.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a receita líquida de vendas da Companhia cresceu 20,9% em relação ao ano anterior, comparado com o crescimento do mercado de móveis e eletrodomésticos que apresentou queda de 8,0%, segundo dados do IBGE. Vale destacar também o crescimento das vendas totais do *e-commerce* da Companhia de 39,4% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em relação ao mesmo período em 2020, versus o crescimento do mercado online de 27,0% segundo a Neotrust, para o mesmo período.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida de vendas da Companhia cresceu 46,7% em relação ao ano anterior, comparado com o crescimento do mercado de móveis e eletrodomésticos que apresentou crescimento de 11,5%, segundo dados do IBGE. Vale destacar também o crescimento das vendas totais do *e-commerce* da Companhia de 130,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em relação ao mesmo período em 2019, versus o crescimento do mercado online de 41%, segundo dados do Ebit, para o mesmo período.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida de vendas da Companhia cresceu 27,0% em relação ao ano anterior, comparado com o crescimento do mercado de móveis e eletrodomésticos de 6,7%, segundo dados do IBGE. Vale destacar também o crescimento das vendas totais do *e-commerce* da Companhia de 51,4% no exercício social encerrado em 31 de

dezembro de 2019 em relação ao mesmo período em 2018, versus o crescimento do mercado online de 16,3%, segundo dados do Ebit, para o mesmo período.

No longo prazo, as perspectivas são ainda mais positivas, considerando fatores como: (i) o crescimento do *e-commerce*, fomentado pela população jovem e cada vez mais conectada, pelo aumento da penetração de smartphones e da velocidade de transmissão de dados cada vez mais rápida; (ii) a evolução do nosso marketplace, incluindo o aumento significativo do sortimento atual e de novas categorias de produtos; (iii) o crescimento da Classe C, que representa a maior parte da população brasileira (iv) a baixa penetração de bens duráveis nos domicílios da Classe C; e (iv) o upgrade de consumo em função das novas tecnologias e funcionalidades dos produtos.

**(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Historicamente, temos sido capazes de repassar para nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossas mercadorias. Tais variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária que afetem um ou mais setores em que atuamos, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio, taxa de inflação ou na taxa de juros. Muitos produtos que comercializamos, especialmente nas linhas de eletroeletrônicos e informática, são fabricados localmente, mas possuem diversos componentes importados de forma que seus custos variam significativamente com a variação do câmbio.

As rápidas inovações tecnológicas também têm provocado alterações nos preços de nossos produtos. Por um lado, os produtos eletroeletrônicos estão cada vez mais baratos para nós e para nossos clientes, em função das inovações tecnológicas e dos ganhos de escala, decorrentes da produção de volumes maiores. Por outro lado, os lançamentos de produtos têm sido mais frequentes e com funcionalidades cada vez mais atraentes para nossos consumidores, estimulando muitas vezes a compra de produtos mais caros e sofisticados.

**(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante**

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

	31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Crescimento do PIB (%) <sup>(1)</sup>	4,6%	-4,1%	1,4%
Inflação (IGP-M) (%) <sup>(2)</sup>	17,8%	23,1%	7,3%
Inflação (IPCA) (%) <sup>(3)</sup>	10,1%	4,5%	4,3%
CDI Médio (%) <sup>(4)</sup>	4,4%	2,8%	6,0%
TJLP (%) <sup>(5)</sup>	4,8%	4,9%	5,6%
Taxa SELIC Média (%) <sup>(6)</sup>	4,5%	2,8%	5,9%
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (%)	-6,9%	-22,4%	-3,9%
Taxa de câmbio (fechamento) - R\$ por US\$1,00 <sup>(7)</sup>	5,6	5,2	4,0
Taxa média de câmbio - R\$ por US\$1,00 <sup>(8)</sup>	5,4	5,2	3,9

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Economática

(1) Fonte: IBGE

(2) Inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

(3) A inflação (IPCA) é um índice de Preços ao Consumidor

(4) Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

(5) Taxa média ajustada e ponderada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no sistema SELIC ou em

câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas (dados do fim dos períodos). Fonte: Banco Central.

(6) Taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

(7) Média das taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação são repassadas para nossos clientes, embora, nas negociações com nossos fornecedores, buscamos sempre o menor custo possível, respeitando os princípios de nossa relação comercial. Um aumento significativo na inflação poderia afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos nossos produtos.

De forma similar, pequenas variações na taxa de câmbio são repassadas para os preços de nossos produtos. A variação cambial afeta os custos de grande parte de nossos fornecedores, de acordo com o grau de nacionalização de cada produto. Um aumento significativo do dólar norte americano encareceria os produtos eletroeletrônicos, com efeito negativo sobre sua demanda. Por outro lado, uma redução do dólar norte americano tornaria esses produtos ainda mais baratos, estimulando ainda mais suas vendas.

A variação nos preços de alguns insumos pode afetar de forma relevante os custos de nossos fornecedores e, conseqüentemente, os preços para nossos clientes. Como vendemos milhares de produtos, fabricados por centenas de fornecedores em diversos segmentos de atuação, acreditamos que nossa exposição à variação de um único insumo seja bastante reduzida.

Finalmente, a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o consumo como um todo, afetando as nossas receitas com revenda de mercadorias. Por outro lado, nossas receitas de operações de crédito poderiam aumentar, na medida em que possamos repassar o aumento da taxa de juros para nossos clientes. Nesse cenário, nossas despesas financeiras também seriam afetadas negativamente, principalmente nas operações de varejo, tipicamente alavancadas por capital de terceiros. O custo das operações de crédito, oriundos das captações via depósitos inter- financeiros na Luizacred, também seriam adversamente afetados. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas de intermediação financeira, juros de empréstimos bancários e principalmente o custo com a antecipação dos recebíveis.

### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações contábeis**

#### **(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia informam que não houve nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

#### **(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Além das aquisições descritas no item 15.7 deste Formulário, não houve, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, qualquer aquisição ou alienação de participação societária que tenha efeitos relevantes para a Companhia.

#### **(c) eventos ou operações não usuais**

Os Diretores da Companhia informam que não houve nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente quaisquer eventos ou operações não usuais relacionados à Companhia que tenham causado ou espera-se que venham a causar efeito relevante nas demonstrações contábeis ou resultados da Companhia.

## **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

### **(a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

A Companhia aplicou em 1º de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos.

### **(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

#### **CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil**

##### Efeito de transição

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, alugueis de impressoras), bem como de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 4,29% a.a. a 4,64% a.a na controladora, a depender dos prazos dos contratos e, aproximadamente, 8,00% a.a. na controlada Netshoes.

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia reconheceu R\$ 1,9 bilhões de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019.

Considerando os requisitos da norma, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, antes registradas como despesas de arrendamento operacional.

### **(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram emitidos sem ênfases ou ressalvas.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

### Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nos seguintes aspectos:

- Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida.
- Determinação dos créditos tributários de ICMS a recuperar incluídos nas ações judiciais, cujo trânsito em julgado é esperado para os próximos meses;
- Determinação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, levantados em função da aplicação do conceito da lei complementar 160/2017 e atualização Selic sobre indêbitos tributários.

### Incertezas sobre estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nos seguintes aspectos:

- Contas a receber: critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques.
- Tributos a recuperar: os critérios para avaliação dos prazos de recuperação dos créditos tributários envolvem um elevado grau de julgamento na determinação de premissas de compensação.
- Imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Investimentos em controladas: aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. A determinação desses valores envolve um elevado grau de julgamento na determinação das metodologias e premissas, tais como a receita operacional bruta, as deduções, os custos operacionais, as despesas operacionais, o imposto de renda e a contribuição social, o capex, o capital de giro, a depreciação e a taxa de desconto inerentes à mensuração do valor justo;
- Imobilizado e Intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração.
- Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. A determinação do ágio na aquisição de redes de empresas de varejo é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de

crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão;

- Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“*impairment*”): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

## **10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis**

**(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

**(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Como mencionado no item 10.4 deste Formulário de Referência, a Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, registrando em seu balanço um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento relacionado aos contratos de arrendamento detidos naquela data.

**(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

**(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

**(iv) contratos de construção não terminada**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

**(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

**(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis**

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

## **10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações contábeis**

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

**(b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

**(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

## **10.8 - Plano de negócios**

### **(a) investimentos**

#### **(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os investimentos na aquisição de imobilizado e ativo intangível somaram R\$ 543,9 milhões, incluindo a abertura de 191 novas lojas e maiores investimentos em tecnologia e logística.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, os investimentos na aquisição de imobilizado e ativo intangível somaram R\$ 1.164,1 milhões, incluindo a abertura de 180 novas lojas investimentos em ativos de longo prazo, com destaque para: (a) Expansão da logística, incluindo automação e novos centros de distribuição e *crossdockings*; (b) Investimentos em tecnologia, inovação, pesquisa e desenvolvimento; e (c) Aquisições estratégicas.

#### **(ii) fontes de financiamento dos investimentos**

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pela nossa geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto a terceiros. Adicionalmente, a Companhia poderá contar com os recursos advindos da oferta pública subsequente de distribuição de ações de sua emissão.

#### **(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem desinvestimentos relevantes em andamento ou previsão de realiza-los.

### **(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Além das aquisições informadas no item 15.7, não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

### **(c) novos produtos e serviços**

#### **(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

#### **(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

#### **(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

#### **(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

## **10.9 - Outros fatores com influência relevante**

### COVID-19

A propagação da Covid-19, desde o início de 2020, tem afetado os negócios e atividades econômicas em escala global. A Companhia instituiu, desde o seu início, um Comitê de Contingência interno, que vem acompanhando a evolução da pandemia, tomando algumas decisões importantes e elegeu três prioridades: a saúde e segurança de seus colaboradores, a continuidade da operação e a manutenção dos empregos.

Dentro desses três pilares de enfrentamento da crise, a Companhia tomou algumas medidas, bem como fez determinadas avaliações em linha com os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, analisando os principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19, frente às suas demonstrações financeiras, tais como avaliação de risco de continuidade operacional e indicativos de possível redução do valor de seus ativos. A conclusão destas análises foi a inexistência de riscos de continuidade operacional, bem como de redução de valor de seus ativos.

No exercício de 2021, apesar de ainda haver muitas incertezas em relação ao comportamento de consumo, a Companhia observou crescimento de vendas total, muito alavancado pelo seu e-commerce, o que demonstra uma assertiva estratégia de mercado. Assim, no âmbito da preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia não viu indicativos de redução de valor de seus ativos. Adicionalmente, na data de divulgação dessas demonstrações financeiras todas as lojas físicas da Companhia estavam operando normalmente.

### ANEXO III

#### ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(conforme artigo 10, inciso I, da Instrução CVM 481)

#### 12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidos na Companhia</b>					
Carlos Renato Donzelli	29/10/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2022	AGO/2023	12
122.456.288-70	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/04/2022	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor; e Membro do Comitê de Estratégia e Inovação..					
Inês Corrêa de Souza	09/08/1950	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2022	AGO/2023	12
299.870.677-00	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	18/04/2022	Não	100,00%
Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor.					
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	09/10/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2022	AGO/2023	16
052.571.868-02	Empresária	20 - Presidente do Conselho de Administração	18/04/2022	Sim	100%
Membro do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia e Inovação.					
Marcelo José Ferreira e Silva	18/03/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2022	AGO/2023	5
018.752.214-68	Economista	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	18/04/2022	Sim	100.00%

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidos na Companhia</b>					
Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance; do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor; do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia e Inovação.					
José Paschoal Rossetti	18/09/1941	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2022	AGO/2023	5
016.391.880-53	Professor	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	18/04/2022	Sim	96,4%
Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance;					
Betania Tanure de Barros	14/04/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2022	AGO/2023	4
385.001.086-49	Psicóloga e Empresária	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	18/04/2022	Sim	100%
Membro Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional.					
Sílvio Romero de Lemos Meira	02/02/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2022	AGO/2023	3
851.577.168-34	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	18/04/2022	Sim	96,4%
Membro do Comitê de Estratégia e Inovação.					
José Antônio Palamoni	22/06/1937	Conselho Fiscal	18/04/2022	AGO/2023	3
202.536.998-00	Contador	43 - C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador	18/04/2022	Sim	66,66%
Não há.					
Walbert Antônio dos Santos	26/10/1957	Conselho Fiscal	18/04/2022	AGO/2023	3
867.321.888-87	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	18/04/2022	Sim	100.00%
Não há.					
Estefan George Haddad	18/10/1949	Conselho Fiscal	18/04/2022	AGO/2023	1
564.042.128-20	Contador	46 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	18/04/2022	Sim	33,33%

Não há.					
Robinson Leonardo Nogueira	29/04/1976	Conselho Fiscal	18/04/2022	AGO/2023	9
201.470.788-06	Administrador	46 - C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador	18/04/2022	Sim	0.00%
Não há.					
Thiago Costa Jacinto	08/09/1985	Conselho Fiscal	18/04/2022	AGO/2023	5
010.562.761-50	Empresário	48 - C.F.(Suplente)Eleito p/Minor.Ordinaristas	18/04/2022	Não	0.00%
Não há.					
Eduardo Christovam Galdi Mestieri	08/01/1991	Conselho Fiscal	18/04/2022	AGO/2023	5
398.427.698-28	Empresário	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	18/04/2022	Não	100.00%
Não há.					

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70

Carlos Renato Donzelli – Formou-se como técnico em contabilidade pela Escola Estadual Torquato Caleiro em 1987; graduado em Administração pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 1991; pós-graduado em Administração Financeira com ênfase em Auditoria e Marketing pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação – FACEF/INPG em 1993; e mestre em Gestão Empresarial pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 2002. Especialização no Curso de Extensão no Programa de Gestão Avançada – PGA – Turma 26/2015 - Programa realizado pela Fundação Dom Cabral em parceria com INSEAD. Passou por vários cargos no Banco do Brasil entre 1985 e 1995, sendo o último Gerente de Atendimentos Especiais. Iniciou seu trabalho na Luiza Factoring em 1995 e, em 1997, passou a gerenciar o departamento financeiro da Holding do Grupo , – MTG Administração e Assessoria S/C Ltda. Atuou como gerente financeiro da Companhia em 2000 e, em seguida, assumiu a posição de Diretor Financeiro, de 2007 a 2009 foi Diretor de serviços financeiros da Alesat e em 2009 assumiu a Holding controladora do Magazine Luiza como Diretor Executivo. Desde 2009, é membro do Conselho de Administração da Companhia. Conselheiro na Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), desde sua criação em 2014. É também membro do Comitê de Estratégia e do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor da Companhia, e membro do Conselho de Administração da Luizacred S/A., companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2013. Membro do Conselho deliberativo da Flormel Indústria de Alimentos S/A, desde agosto de 2019 e Membro Observador no Conselho de Administração da Empresa Tecsoil Automação e Sistemas S/A – Solinfitec, desde fevereiro de 2020 e Conselheiro Consultivo de empresa familiares. Atuante em associações e empresas do terceiro setor: ONG Franca Viva, Conselheiro a partir de janeiro de 2010, na Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC) desde a criação em 2014, , no Instituto Brasil a Gosto como conselheiro, Presidente do Conselho no Franca Basquete desde 2014, além de Vice Presidente Financeiro da Liga Nacional de Basquete (LNB), desde 2018, Conselheiro na Associação Comercial de Franca e Conselheiro Consultivo na Associação Comercial de São Paulo e docente das disciplinas Administração Financeira e Gestão Empresarial nos cursos de graduação e pós graduação

no Uni-FACEF. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00

Inês Corrêa de Souza – Graduiu-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1972 e cursou o MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 1991. Foi sócia fundadora na Latitude Gestão e Finanças, de 2004 a 2021. Iniciou sua carreira nas áreas de custos, orçamento e planejamento na General Electric do Brasil S.A. entre 1973 e 1975. Posteriormente foi Diretora Financeira da Vale, onde exerceu diversos cargos executivos entre 1976 e 1999, tendo atuado também como Membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo. Foi Presidente do Banco UBS S.A. e diretora geral do UBS AG no Brasil, tendo sido responsável também pelas áreas de Operações, Finanças Corporativas e Wealth Management entre 1999 e 2004. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, membro independente, coordenadora do Comitê de Finanças, Investimentos Auditoria, e Risco e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Manserv Investimentos e Participações S.A., companhia multiespecialista do serviços, atuando na áreas industrial, facilities e logística, e não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, membro do Conselho de Administração da Radix Engenharia e Software S.A., companhia do setor de tecnologia, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, e membro independente, integrante do Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade, e Presidente do Conselho de Administração da BBM Logística S.A, companhia do setor logístico, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, atuando também em diversos comitês. Conselheira certificada pelo IBGC e Co-Chair da Women Corporate Directors – Brasil (WCD). Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza. Graduiu-se em Direito pela Faculdade de Direito de Franca em 1972. É mãe de Frederico Trajano Inácio Rodrigues, hoje, Diretor Presidente da Companhia, sobrinha dos fundadores Luiza Trajano Donato e Pelegrino José Donato. Iniciou suas atividades profissionais em nossa Companhia, e passou por todos os departamentos do grupo: da cobrança à gerência, das vendas à direção comercial. Em 1991, assumiu o cargo de Superintendente, após participar da criação da holding que veio para profissionalizar as empresas e definir o processo sucessório do grupo e, posteriormente, assumiu a Presidência, cargo que ocupou de 2009 a 2015. Foi membro do Conselho Nacional da Gestão Pública (gestão 2007-2010) e, em 2008, passou a fazer parte do Conselho Superior Estratégico da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). No mesmo ano foi nomeada como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), posição que ocupou até 2018. Assumiu também a Presidência do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) para os biênios 2009-2010 e 2015-2016, entidade onde atualmente é Conselheira. É Presidente do Grupo Mulheres do Brasil, do qual participou de sua fundação em 2013. Faz parte do Conselho de Administração da Companhia desde a sua criação, em junho de 2005, sendo atualmente Presidente do Conselho. Em 2008, participou do Conselho de Administração da Sadia S.A. Participou do Conselho de Administração da Luizacred S.A. de 2002 a 2013, tendo ocupado o cargo de Presidente do Conselho em 2012. Além disso, realiza trabalhos voluntários na "ONG – Franca Viva", entidade em que ela participou da fundação na Cidade de Franca e já realizou a formação de mais de 2 mil alunos em cursos de informática. Ocupou também uma das cinco vice-presidências do Conselho Diretor do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Foi indicada pela Presidência da

república para ocupar o cargo de Presidente do Conselho Público Olímpico da Autoridade Pública Olímpica, cargo que ocupou até 30 de março de 2017, motivo pelo qual declara que é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada. Também participa como Conselheira da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, da ONG Mulheres em Construção, da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, do Grupo Consultivo do Fundo de População da ONU no Brasil, do Grupo IBMEC Educacional, da Comissão Internacional de Anticorrupção e Responsabilidade Corporativa da ICC (International Chamber of Commerce) no Brasil, da Câmara Consultiva de Empresas e Estruturadores – B3 BM&FBOVESPA, da UNICEF Brasil, bem como ocupa o cargo de Vice-Presidente da ACSP - Associação Comercial de São Paulo. Além disso, é fundadora e Conselheira do Instituto de Desenvolvimento do Varejo – IDV, conferencista em diversos eventos, em que relata, entre outros assuntos, sua experiência em gestão de pessoas. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva - graduado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e pós-graduado em Administração Financeira pela Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP). Iniciou sua carreira no Banco dos Plantadores de Cana de Pernambuco (1966 a 1971), atuou na área de auditoria na Arthur Andersen & Co (1971 a 1978). Trabalhou no Grupo Bompreço, como CFO/CEO (1978 a 2001). Atuou como CEO na G Barbosa (2002) e nas Casas Pernambucanas (2002 a 2009). De 2009 a 2015, ocupou o cargo de CEO do Magazine Luiza. É membro do Conselho de Administração: (1) Raymundo da Fonte Participações S/A, Companhia do setor industrial, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2013; (2) Movida Participações S/A, empresa do setor de aluguel de carros, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2018; (3) Grupo Moura, Companhia do setor industrial, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2019; (4) Grupo JCPM, Companhia do setor de Shopping Center, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2021; (5) Algar, Companhia do setor de Telecomunicações e Agronegócios, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2022. É membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Em agosto de 2012, foi negado, pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, o recurso interposto pelo Sr. Marcelo contra decisão da CVM em processo administrativo envolvendo atividades relacionadas ao cargo de Diretor de Relações com Investidores da Bompreço S.A. Supermercados do Nordeste, no qual lhe foi imposta multa pecuniária, sendo devidamente quitada.

José Paschoal Rossetti - 016.391.880-53

José Paschoal Rossetti - Economista. Professor e pesquisador da Fundação Dom Cabral, nos cursos MBA e em programas de gestão avançada, realizados em parceria com a INSEAD e com a Kellogg School of Management. Desde a segunda metade dos anos 70, atuou como consultor de mais de 50 grandes empresas, em análise de cenários para planejamento estratégico e estruturação de sistemas de governança corporativa. Nos últimos anos, tem conduzido trabalhos de estruturação de sistemas de governança corporativa em grandes empresas. Fundador e Sócio Diretor da empresa de consultoria em governança corporativa Rossetti & Associados, que atua em aliança com o Centro de Governança de Empresas de Controle Familiar da PwC. Conselheiro de grandes grupos empresariais. Atualmente, é membro dos Conselhos de Administração da Companhia, do Grupo Boticário, companhia do setor de varejo, não integrante do

grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da Química Amparo/YPÊ, companhia do setor industrial, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da CSD – Companhia Sulamericana de Distribuição, companhia do setor de varejo, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário e da Manserv Investimentos e Participações S.A., companhia do setor de serviços de manutenção, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, Brasilux, companhia do setor industrial não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Ex-professor titular dos Departamentos de Economia das seguintes escolas de Ensino Superior: Instituto Presbiteriano Mackenzie (Mackenzie), Pontifícia Universidade Católica - São Paulo (PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica - Campinas (PUC-Campinas) e Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). Autor de diversos livros, nas áreas de economia e governança corporativa, tendo mais de 200 artigos em publicações especializadas, dentre elas, Introdução à economia, Economia monetária, Contabilidade social, Economia de mercado: fundamentos, falácias e valores e Transição 2000: tendências, mudanças e estratégias. Seu mais recente livro é Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências (S. Paulo, Atlas, 8ª edição 2019). Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Betania Tanure de Barros - 385.001.086-49

Betania Tanure de Barros – Graduiu-se em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (“PUC/MG”). É pós graduada em Management Consulting pela Henley Management College (Inglaterra) e doutora pela Brunel University (Inglaterra). Sócia fundadora da Betania Tanure Associados, foi professora da PUC/MG nos cursos de mestrado e doutorado realizados em parceria com a Fundação Dom Cabral, e atuou durante 15 (quinze) anos como diretora pela Fundação Dom Cabral responsável por toda a área de desenvolvimento de executivos, empresas e parcerias empresariais. É professora convidada do INSEAD (França), do TRIUM (New York University, London School of Economics, HEC) e da London Business School (Inglaterra) e também conferencista em eventos no Brasil e no exterior nas áreas de gestão empresarial, desenvolvimento de executivos, gestão de cultura em processos de transformação, em fusões e aquisições, liderança e equipes de alta performance, impacto da cultura do país nos processos de internacionalização, gestão de pessoas e governança. É Vice Presidente do Grupo Mulheres do Brasil. Atua em projetos de diversas empresas nacionais e internacionais como por exemplo ArcelorMittal, Banco Itaú, Banco Central do Brasil, Gol, Natura, Localiza, entre outras. Autora de diversos livros, artigos, papers e cases publicados no Brasil e no exterior, inclusive artigos na Harvard Business Review. Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Gestão de Pessoas da MRV Engenharia e Participações S/A, companhia do setor de construção civil, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, tendo sido conselheira em outros grandes grupos brasileiros como o Grupo RBS (RBS Participações S.A.), companhia do setor de comunicação, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário e Medial Saúde S.A., companhia do setor de serviços de saúde, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Participa de várias iniciativas pro bono tendo em vista o desenvolvimento do nosso país e é membro do Conselho Consultivo do Centro Ruth Cardoso. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Sílvio Romero de Lemos Meira - 851.577.168-34

Sílvio Romero de Lemos Meira – Graduiu-se em engenharia eletrônica pelo ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica em 1977; é mestre em informática pela UFPE – Universidade Federal de Pernambuco e PhD em computação pela University of Kent at Canterbury, Inglaterra. É professor emérito do Centro de Informática da UFPE – RECIFE; professor extraordinário da CESAR.SCHOOL, RECIFE; fundador e presidente do Conselho de Administração do Porto Digital, fundador e cientista-chefe da TDS.companny. É professor titular aposentado do Centro de Informática da UFPE. Fundou e foi o cientista-chefe do C.E.S.A.R, Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife até julho de 2014, foi professor associado da Escola de Direito da FGV-RIO entre 2014 e 2017 e foi Fellow e Faculty Associate do Berkman Center, Harvard University, de 2012 a 2015. É consultor e palestrante em políticas e estratégias de negócios digitais,

TICs, criatividade, inovação e empreendedorismo. Autor de mais de trezentos artigos científicos e centenas de textos sobre tecnologias da informação e seu impacto na economia, sociedade e pessoas, além de autor do livro "Novos Negócios Inovadores de Crescimento Empreendedor no Brasil", orientou mais de 200 dissertações de mestrado e teses de doutorado em Ciência da Computação. Detém as ordens nacionais do mérito científico (1996), do Rio Branco (2001) e a medalha do conhecimento do MDIC (2008). Em 2006, recebeu do Governo de Pernambuco a mais alta comenda do estado, a ordem do mérito dos Guararapes. Em 2007, a época o elegeu um dos 100 brasileiros mais influentes. Em 2011 foi escolhido por O Globo como personalidade do ano da economia brasileira. Em 2013, a Revista Galileu o escolheu um dos 100 brasileiros mais influentes na web. Não trabalhou, nos últimos 5 anos, em qualquer empresa que integre o grupo econômico da Companhia ou que seja controlada por acionista da Companhia. Atualmente ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Núcleo de Gestão do Porto Digital, associação civil de direito privado sem fins econômicos. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Márcio Kumruian - 168.764.418-73

Marcio Kumruian – Graduiu-se em economia pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie e fez extensão em Inovação e Liderança pela Stanford Graduate School of Business, Estados Unidos. Fundou a Netshoes no ano 2000, em dezembro de 2014, foi apontado como o maior e-commerce de artigos esportivos do mundo com presenças no Brasil, Argentina e México. Lançou também a marca Zattini, plataforma do grupo voltada ao mercado de moda e artigos de beleza. À frente da Netshoes, liderou diversas iniciativas pioneiras para o mercado sul-americano, sendo recorrentemente apontado como um empreendedor de destaque em tecnologia e a Netshoes como uma das empresas mais inovadoras no Brasil. Ao longo da trajetória, capitaneou diversas rodadas de investimento com os mais renomados fundos de private equity do mundo, como Temasek, GIC, IFC, Riverwood e Kaszek, e liderou o primeiro IPO brasileiro exclusivamente na Bolsa de Valores de Nova York – NYSE em 2017. Em 2019, gerindo mais de 2 mil colaboradores e um faturamento superior a R\$ 2,5 bilhões, esteve a frente do processo de venda do controle acionário da Netshoes ao Magazine Luiza no Brasil e a venda das operações Internacionais. Atualmente é mentor do programa de aceleração de startups da Endeavor e lidera duas Startups: Ziyou, uma startup com serviço inovador de assinatura de equipamentos e conteúdos fitness, e a Tunne, uma startup busca descomplicar o complexo setor de serviços automotivos, companhias não integrantes do grupo econômico da Companhia e não controladas por acionistas da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

José Antônio Palamoni - 202.536.998-00

José Antônio Palamoni – Formou-se como técnico contábil com curso de matemática financeira, liderança, gestão estratégica e tributária no Instituto Francano de Ensino em 1961. Iniciou suas atividades na Companhia em 1963, como contador. Atua, desde 1991, como Diretor Executivo do Grupo Luiza e participa ativamente do Conselho de Administração da holding dos acionistas. Foi também membro do conselho de administração da Luizacred S/A, companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2002 e permanecido até 2018. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia de 2005 a 2017, membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance de 2012 a 2017 e membro do Conselho Fiscal desde 2018. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Walbert Antônio dos Santos - 867.321.888-87

Walbert Antônio dos Santos – Graduiu-se em Ciências Contábeis pela Faculdade Visconde de Cairu, em 1996. Iniciou suas atividades profissionais na área bancária, onde trabalhou na Caixa Econômica Federal de 1976 a 1980. Posteriormente atuou durante 35 anos como auditor e consultor empresarial, tendo sido Sócio da Arthur Andersen & CO e após 2002, Sócio da Deloitte Touche Thomatsu auditores, onde encerrou sua carreira em 2015. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Estefan George Haddad - 564.042.128-20

Estefam George Haddad – graduado em Ciências Contábeis pelo CEUB Brasília/DF e pós Graduado em Contabilidade, Auditoria e Legislação Tributária pela Universidade de São Paulo (USP - FUNDACE/FEA). Atuou como professor convidado junto a Fundace/FEA/USP de Ribeirão Preto, ministrando o módulo de Introdução à Contabilidade e Nivelamento no curso de MBA em Contabilidade, Auditoria e Legislação Tributária e o módulo de Auditoria Avançada. Atuou como Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Marfrig Alimentos S.A, de abril/2011 a novembro/2011. De 2011 a 2020, participou de diversas conferências de Contabilidade e Auditoria ministradas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Em 2020, atuou como Coordenador do Grupo Técnico de Agribusiness do IBRACON. Atuou como sócio na BDO até Dezembro/2020, por ter aposentado compulsoriamente. É membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde 2021. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Robinson Leonardo Nogueira - 201.470.788-06

Robinson Leonardo Nogueira é graduado em administração de empresas pela Universidade Luterana do Brasil, MBA em controladoria e finanças pela UNIFACEF, técnico em contabilidade e especialização profissional pela ANBIMA CPA-20. Iniciou suas atividades na MTG Participações em 2001, exercendo suas atividades no departamento de contabilidade fiscal e gerencial. Em 2005, assumiu a gestão de controladoria. Atualmente responde pela gestão de investimentos, riscos e tesouraria da MTG, companhia do setor de administração e participações, integrante do grupo econômico da Companhia e, em 29 de abril de 2013, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Thiago Costa Jacinto - 010.562.761-50

Thiago Costa Jacinto cursa o 4º ano de Ciências Econômicas na Fundação Armando Álvares Penteado. Iniciou sua carreira na área de contabilidade para pessoa jurídica na LC Contabilidade Ltda., entre 2004 e 2006. Atuou como analista de empresas e trader de ações na CM Capital Markets Asset Management de 2006 a 2007. Trabalhou na Ashmore Brasil Gestão de Recursos Ltda de 2007 a 2009 como analista de empresas e trader de renda fixa, moedas e derivativos, local e offshore. Em 2009 fundou o TCJ Capital, fundo de investimento em ações, onde atuou como analista de empresas e gestor. Em 2015 o TCJ Capital foi incorporado pela Alaska Asset Management, companhia do setor financeiro, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, onde atua no time de gestão, exercendo a função de analista de empresas brasileiras e estrangeiras. Foi conselheiro fiscal da Unicasa Indústria de Móveis S/A de 2015 a 2017, da Login Logística S/A e Magnesita S/A de 2016 a 2020, da Rumo S/A e Celesc S/A de 2017 a 2020. Foi Conselheiro Fiscal da Comgás S/A de 2018 a 2019 e Conselheiro de Administração da Unicasa Indústrias de Móveis S/A. É membro do Conselho Fiscal da Companhia desde 2016. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Eduardo Christovam Galdi Mestieri - 398.427.698-28

Eduardo Christovam Galdi Mestieri - Formado em Administração de empresas pelo Insper, em Dezembro 2012. Em 2011 atuou como estagiário na área de Logística da Votorantim Metais, em 2012 atuou como Supply Chain Finance na Unilever. Ingressou na Skipper Investimentos como estagiário em Julho 2012 e se juntou ao time de análise em 2013, onde permaneceu até a

fusão com a VentureStar Investimentos em setembro de 2013. Na VentureStar continuou como Analista até a formação da Alaska Asset Management, companhia do setor financeiro, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. É membro do Conselho Fiscal da Companhia desde 2016, da Sonae Sierra Brasil desde 2017 e Cogna desde 2020. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

## 12.7 / 12.8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data de posse	Número de mandatos consecutivos	
<b>Outros cargos e funções exercidos na Companhia</b>						
Betânia Tanure de Barros	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Psicóloga	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022	100.00%
385.001.086-49	Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional		14/04/1961	30/04/2021	4	
Membro do Conselho de Administração.						
Carlos Renato Donzelli	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022	100.00%
122.456.288-70	Comitê de Estratégia e Inovação		29/10/1969	30/04/2021	1	
Membro do Conselho de Administração; e Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor.						
Carlos Renato Donzelli	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022	100.00%
122.456.288-70	Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor		29/10/1969	30/04/2021	9	
Membro do Conselho de Administração; Membro do Comitê de Estratégia e Inovação.						
José Paschoal Rossetti	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Professor	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022	100.00%
016.391.880-53	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		18/09/1941	30/04/2021	1	
Membro do Conselho de Administração.						
Emília Telma Nery Rodrigues Geron	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Assistente Social	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após	100.00%

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
058.907.558-62	Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional		22/10/1962	30/04/2022	5 a AGO 2022	
Não há						
Inês Corrêa de Souza	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022	100.00%
299.870.677-00	Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor		09/08/1950	30/04/2021	9	
Membro do Conselho de Administração.						
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresária	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022	100.00%
052.571.868-02	Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional		09/10/1948	30/04/2021	5	
Presidente do Conselho de Administração; e membro do Comitê de Estratégia e Inovação.						
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresária	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022	100.00%
052.571.868-02	Comitê de Estratégia e Inovação		09/10/1948	30/04/2022	5	
Presidente do Conselho de Administração; e membro do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional						
Marcelo José Ferreira e Silva	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022	100.00%
018.752.214-68	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		18/03/1951	30/04/2021	5	
Vice-Presidente do Conselho de Administração; membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia e Inovação.						
Marcelo José Ferreira e Silva	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022	100.00%
018.752.214-68	Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor		18/03/1951	30/04/2021	5	

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
Vice-Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia e Inovação.						
Marcelo José Ferreira e Silva	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022	100.00%
018.752.214-68	Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional		18/03/1951	30/04/2021	5	
Vice-Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, e do Comitê de Estratégia e Inovação.						
Marcelo José Ferreira e Silva	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022	100.00%
018.752.214-68	Comitê de Estratégia e Inovação		18/03/1951	30/04/2021	5	
Vice-Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance						
Márcio Kumruian	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022	100.00%
168.764.418-73	Comitê de Estratégia e Inovação		20/01/1974	30/04/2021	2	
Membro do Conselho de Administração.						
Paulo Antônio Baraldi	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador e Administrador	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022	100.00%
487.827.268-68	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		03/06/1949	30/04/2021	5	
Não há						
Sílvio Romero de Lemos Meira	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022	100.00%
851.577.168-34	Comitê de Estratégia e Inovação		02/02/1955	30/04/2021	5	

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
Membro do Conselho de Administração.						

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

**Betania Tanure de Barros – 385.001.086-49**

Para informações sobre experiência profissional e/ou declaração de eventuais condenações, vide seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.

**Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70**

Para informações sobre experiência profissional e/ou declaração de eventuais condenações, vide seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.

**Emília Telma Nery Rodrigues Geron - 058.907.558-62**

Emília Telma Nery Rodrigues Geron, graduou-se em serviço social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, em 1984, e em direito, pela Faculdade de Direito de Franca – FDF, em 1991. Em 1992, formou-se em Psicodrama pelo Instituto Ânimus Psicodrama e Educação - São Paulo (entidade ligada à FEBRAP – Federação Brasileira de Psicodrama). Formou-se também em Gestão Estratégica de Pessoas (GEP) pela Fundação Dom Cabral, em 2014. Em 2015, participou do Curso para Conselheiros de Administração no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Trabalhou no Magazine Luiza durante 31 anos, ocupando vários cargos dentro da área de Recursos Humanos, inclusive ocupando a cadeira de Diretora de Recursos Humanos de 2003 a março de 2016. Atualmente, é membro do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

**Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00**

Para informações sobre experiência profissional e/ou declaração de eventuais condenações, vide seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.

**Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02**

Para informações sobre experiência profissional e/ou declaração de eventuais condenações, vide seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.

**Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68**

Para informações sobre experiência profissional e/ou declaração de eventuais condenações, vide seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.

**Márcio Kumruian - 168.764.418-73**

Para informações sobre experiência profissional e/ou declaração de eventuais condenações, vide seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.

**Paulo Antônio Baraldi - 487.827.268-68**

Paulo Antônio Baraldi graduou-se em Ciências Contábeis e em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas em 1975, cursou o Advanced Management Programme do INSEAD – França em 1996. Participou em diversos cursos no Brasil e no Exterior, inclusive como palestrante, através das empresas em que foi sócio. Foi sócio nas seguintes empresas de consultoria e auditoria: Coopers & Lybrand, Arthur Andersen e Deloitte entre 1986 e 2003. Atualmente é sócio na Risk at Risk Consulting, empresa de Consultoria que iniciou suas atividades em 2003. Foi conselheiro fiscal do Banco Votorantim S.A. entre 2009 e 2010, do Banco ABC Brasil S.A entre 2010 e 2011 e na Renuka do Brasil S.A em 2012. Participou do comitê de auditoria do Grupo Novo Mundo entre 2010 a 2012. Desde 2007 é membro do comitê de auditoria do Grupo José Alves. Em 30 de abril de 2013 foi eleito membro do Comitê de Auditoria da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

**Sílvio Romero de Lemos Meira - 851.577.168-34**

Para informações sobre experiência profissional e/ou declaração de eventuais condenações, vide seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.

## 12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Frederico Trajano Inácio Rodrigues Diretor Presidente	253.929.608-47	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Frederico Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	253.929.608-47	Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Fabrcio Bittar Garcia Diretor Vice-Presidente de Operações	212.460.718-94	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				

Flávia Bittar Garcia Faleiros Diretora	219.580.708- 31	Wagner Garcia Participações S.A.	01.878.512/0001-18
---	--------------------	-------------------------------------	--------------------

**Observação**

---

**Administrador do emissor ou controlada**

Fabício Bittar Garcia Diretor Vice-Presidente de Operações	212.460.718- 94	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21 Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
---	--------------------	---------------------	--

**Pessoa relacionada**

Franco Bittar Garcia Diretor	219.466.798- 95	Wagner Garcia Participações S.A.	01.878.512/0001-18
---------------------------------	--------------------	-------------------------------------	--------------------

**Observação**

## 12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	
<b>Cargo/Função</b>			
<b>Exercício Social 31/12/2021</b>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Controle	Controlada Indireta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Luiza Participações S.A. Diretora Vice-Presidente e detentora de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.	00.835.086/0001-72		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Fabrcio Bittar Garcia Diretor Vice-Presidente	212.460.718-94	Controle	Controlador Direto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Wagner Garcia Participações S.A. Diretor Vice-Presidente e detentor de 33,33% das ações da Wagner Garcia Participações S.A., nossa controladora direta.	01.878.512/0001-18		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			

Frederico Trajano Inácio Rodrigues Diretor Presidente	253.929.608-47	Subordinação	Controlada Indireta
--	----------------	--------------	---------------------

**Pessoa Relacionada**

Luizaseg Seguros S.A.  
Presidente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

07.746.953/0001-42

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Fabrcio Bittar Garcia  
Diretor Vice-Presidente

212.460.718-94

Controle

Controlador Direto

**Pessoa Relacionada**

LTD Administração e Participações S.A.  
Membro do Conselho de Administração, nossa controladora direta.

66.117.474/0001-26

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Fabrcio Bittar Garcia  
Diretor Vice-Presidente

212.460.718-94

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

02.206.577/0001-80

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Carlos Renato Donzelli  
Membro do Conselho de Administração

122.456.288-70

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

02.206.577/0001-80

Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues  
Presidente do Conselho de Administração

052.571.868-02

Controle

Controlador Indireto

**Pessoa Relacionada**

LTD Administração e Participações S.A.

66.117.474/0001-26

Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta.

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Marcelo José Ferreira e Silva  
Vice-Presidente do Conselho de Administração

018.752.214-68

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

02.206.577/0001-80

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Marcelo José Ferreira e Silva  
Vice-Presidente do Conselho de Administração

018.752.214-68

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**

Luizaseg Seguros S.A.  
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta

07.746.953/0001-42

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Roberto Bellissimo Rodrigues  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

251.674.028-08

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

02.206.577/0001-8  
0

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Roberto Bellissimo Rodrigues  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

251.674.028-08

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**

Luizaseg Seguros S.A.  
Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta

07.746.953/0001-4  
2

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Maria Isabel Bonfim de Oliveira  
Diretora de Administração e Controle

046.688.188-60

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**

Luizaseg Seguros S.A.  
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta

07.746.953/0001-4  
2

**Observação**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

**Exercício Social 31/12/2020**

**Administrador do Emissor**

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues  
Presidente do Conselho de Administração

052.571.868-02

Controle

Controlada Indireta

**Pessoa Relacionada**

Luiza Participações S.A.  
Diretora Vice-Presidente e detentora de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.

00.835.086/0001-72

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Fabrcio Bittar Garcia  
Diretor Vice-Presidente

212.460.718-94

Controle

Controlador Direto

**Pessoa Relacionada**

Wagner Garcia Participações S.A.  
Diretor Vice-Presidente e detentor de 33,33% das ações da Wagner Garcia Participações S.A., nossa controladora direta.

01.878.512/0001-18

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Frederico Trajano Inácio Rodrigues

253.929.608-47

Subordinação

Controlada Indireta

Diretor Presidente

**Pessoa Relacionada**

Luizaseg Seguros S.A.

07.746.953/0001-42

Presidente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Fabício Bittar Garcia

212.460.718-94

Controle

Controlador Direto

Diretor Vice-Presidente

**Pessoa Relacionada**

LTD Administração e Participações S.A.

66.117.474/0001-26

Membro do Conselho de Administração, nossa controladora direta.

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Fabício Bittar Garcia

212.460.718-94

Subordinação

Controlada Direta

Diretor Vice-Presidente

**Pessoa Relacionada**

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

02.206.577/0001-80

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Carlos Renato Donzelli Membro do Conselho de Administração	122.456.288-70	Subordinação	Controlada Direta
---	----------------	--------------	-------------------

**Pessoa Relacionada**

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento  
Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

02.206.577/0001-80

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues  
Presidente do Conselho de Administração

052.571.868-02

Controle

Controlador Indireto

**Pessoa Relacionada**

LTD Administração e Participações S.A.  
Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta.

66.117.474/0001-26

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Marcelo José Ferreira e Silva  
Vice-Presidente do Conselho de Administração

018.752.214-68

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento  
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

02.206.577/0001-80

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Marcelo José Ferreira e Silva  
Vice-Presidente do Conselho de Administração

018.752.214-68

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**

Luizaseg Seguros S.A.

07.746.953/0001-42

Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Roberto Bellissimo Rodrigues

251.674.028-08

Subordinação

Controlada Direta

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

02.206.577/0001-80

Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Roberto Bellissimo Rodrigues

251.674.028-08

Subordinação

Controlada Direta

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

Luizaseg Seguros S.A.

07.746.953/0001-42

Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Maria Isabel Bonfim de Oliveira  
Diretora de Administração e Controle

046.688.188-60

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**

Luizaseg Seguros S.A.

Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta

07.746.953/0001-4  
2

**Observação**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

**Cargo/Função**

**Exercício Social 31/12/2019**

**Administrador do Emissor**

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues  
Presidente do Conselho de Administração

052.571.868-02

Controle

Controlada Indireta

**Pessoa Relacionada**

Luiza Participações S.A.  
Diretora Vice-Presidente e detentora de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.

00.835.086/0001-72

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Fabrcio Bittar Garcia  
Diretor Vice-Presidente

212.460.718-94

Controle

Controlador Direto

**Pessoa Relacionada**

Wagner Garcia Participações S.A.  
Diretor Vice-Presidente e detentor de 33,33% das ações da Wagner Garcia Participações S.A., nossa controladora direta.

01.878.512/0001-18

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Frederico Trajano Inácio Rodrigues  
Diretor Presidente

253.929.608-47

Subordinação

Controlada Indireta

**Pessoa Relacionada**

Luizaseg Seguros S.A.  
Presidente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

07.746.953/0001-42

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Fabício Bittar Garcia  
Diretor Vice-Presidente

212.460.718-94

Controle

Controlador Direto

**Pessoa Relacionada**

LTD Administração e Participações S.A.  
Membro do Conselho de Administração, nossa controladora direta.

66.117.474/0001-26

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Fabício Bittar Garcia  
Diretor Vice-Presidente

212.460.718-94

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

02.206.577/0001-80

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Carlos Renato Donzelli Membro do Conselho de Administração	122.456.288-70	Subordinação	Controlada Direta
---	----------------	--------------	-------------------

**Pessoa Relacionada**

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.f	02.206.577/0001-80		
--	--------------------	--	--

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Controle	Controlador Indireto
--	----------------	----------	----------------------

**Pessoa Relacionada**

LTD Administração e Participações S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta.	66.117.474/0001-26		
--	--------------------	--	--

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Roberto Bellissimo Rodrigues Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	251.674.028-08	Subordinação	Controlada Direta
---	----------------	--------------	-------------------

**Pessoa Relacionada**

Luizaseg Seguros S.A. Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta	07.746.953/0001-42		
--	--------------------	--	--

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Marcelo José Ferreira e Silva Vice-Presidente do Conselho de Administração	018.752.214-68	Subordinação	Controlada Direta
---	----------------	--------------	-------------------

**Pessoa Relacionada**

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento  
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

02.206.577/0001-80

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Marcelo José Ferreira e Silva  
Vice-Presidente do Conselho de Administração

018.752.214-68

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**

Luizaseg Seguros S.A.  
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta

07.746.953/0001-42

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Roberto Bellissimo Rodrigues  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

251.674.028-08

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento  
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

02.206.577/0001-80

**Observação**

**Administrador do Emissor**

Maria Isabel Bonfim de Oliveira  
Diretora de Administração e Controle

046.688.188-60

Subordinação

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**

Luizaseg Seguros S.A.

Membro do Conselho de Administração, nossa controlada  
direta

07.746.953/0001-4  
2

**Observação**

---

## ANEXO IV

### ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(conforme artigo 12, inciso II, da Instrução CVM 481)

#### **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

##### **(a) objetivos da política ou prática de remuneração**

As nossas diretrizes de remuneração para os membros do Conselho de Administração, de nossos diretores estatutários e diretores não estatutários (em conjunto, "Diretores") tem como objetivo garantir possibilidade de oportunidades de desenvolvimento, o equilíbrio entre as metas da organização, a estratégia de nossos negócios e as práticas do mercado. Essas diretrizes visam a retribuição do desempenho de nossos Administradores e lhes recompensar pelas metas alcançadas. Estabelecemos a nossa remuneração com base em pesquisas realizadas no mercado. A Companhia vem trabalhando na formalização das práticas remuneratórias já consolidadas internamente.

##### **(b) composição da remuneração**

###### **(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

A remuneração fixa e variável adotada, bem como as indicações de eventuais benefícios recebidos pelos nossos Administradores são aprovadas pelo nosso Conselho de Administração.

##### **Conselho da Administração**

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado, para atuar na definição, desenvolvimento e acompanhamento das estratégias da Companhia. Os honorários são iguais para todos os membros, com exceção dos honorários do presidente e vice-presidente, que são diferenciados, bem como de um membro efetivo que não faz jus a remuneração por honorários fixos mensais.

Não obstante o acima, um dos nossos membros do Conselho de Administração faz jus à remuneração baseada em ações prevista no nosso plano de opção de compra.

##### **Diretoria**

A remuneração dos Diretores é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e remuneração variável, um prêmio pelo desempenho pessoal. Adicionalmente, a critério do nosso Conselho de Administração, poderá ser concedido a eles remuneração baseada em ações de nossa emissão. Além disso, nossos Diretores recebem benefícios conforme prática de mercado como, por exemplo, carro (somente Diretores estatutários), telefone, plano de saúde e vale refeição. Ademais, parte de nossos Diretores está sob regime celetista.

### Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal recebem o mínimo estabelecido pelo artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

### Comitês

Os membros independentes e os externos do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia e Inovação, que não são membros do nosso Conselho de Administração, recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado.

**(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

A proporção de cada elemento da remuneração total segue descrita abaixo:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	17,10%	19,12%	100,00%
Benefícios	Não há	0,58%	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há
Remuneração Variável	Não há	0,00%	Não há
Remuneração Baseada em Ações	82,90%	80,30%	Não há
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	83,33%	9,92%	83,33%
Benefícios	Não há	0,31%	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há
Outros	16,67%	7,25%	16,67%
Remuneração Variável	Não há	13,60%	Não há
Remuneração Baseada em Ações	Não há	68,92%	Não há
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	81,66%	8,71%	82,55%
Benefícios	0,00%	0,21%	0,00%
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há
Outros	16,33%	6,91%	17,45%
Remuneração Variável	Não há	34,31%	Não há
Remuneração Baseada em Ações	2,00%	49,85%	Não há
Total	100,00%	100,00%	100,00%

**(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Não há metodologia específica de cálculo da remuneração. O reajuste da remuneração dos nossos Administradores se dá após a sua comparação com o mercado, quando fazemos pesquisas para avaliar a necessidade de eventual reajuste.

**(iv) razões que justificam a composição da remuneração**

As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo para melhoria da nossa gestão e a retenção dos executivos, visando o ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazos.

**(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não aplicável.

**(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

A remuneração variável dos diretores estatutários é estabelecida anualmente e está atrelada a metas que são desdobradas das intenções estratégicas da Companhia, e considera os resultados corporativos, os resultados individuais e a avaliação comportamental.

**(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A parcela variável de remuneração está vinculada (i) às metas corporativas, (ii) às metas individuais e (iii) à avaliação comportamental.

**(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A remuneração descrita acima procura incentivar os nossos Administradores a buscar maior rentabilidade aos nossos investimentos em projeto diversos.

**(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há.

**(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Nos 12 (doze) meses imediatamente seguintes à alienação do controle da Companhia, caso qualquer dos Administradores seja destituído do seu cargo sem que tenha violado um de seus deveres ou atribuições, as opções detidas por tal administrador destituído, ainda que no curso do prazo de carência previsto no plano de opções, tornar-se-ão imediatamente exercíveis.

**(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria**

Para definir a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da diretoria, o Conselho de Administração e o Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional analisam pesquisas de mercado e, se for o caso, contratam empresas de consultoria especializadas no tema.

**(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam**

O Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional assessora o Conselho de Administração na avaliação e definição da remuneração dos administradores, emitindo seu parecer e fazendo as recomendações para a tomada de decisão do Conselho de Administração.

**(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual**

O Conselho de Administração e o Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional analisam pesquisas de mercado e, se for o caso, contratam empresas de consultoria especializadas no tema, bem como avaliam as práticas de remuneração não só do segmento de varejo, mas também de outros setores que impactam nossos negócios.

**(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração**

A avaliação é feita anualmente, e leva em consideração as práticas de remuneração do setor de varejo e de outros setores que impactam nossos negócios.

### 13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 (estimado) - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	6	3	17
Nº de membros remunerados	8	6	3	17
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	4.728.000	7.758.600	463.200	12.949.800
Benefícios diretos e indiretos	0	264.663	0	264.663
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	10.000.000	0	10.000.000
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçã do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	13.094.594	23.547.712	0	36.642.306
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	
<b>Total da remuneração</b>	<b>17.822.594</b>	<b>41.570.975</b>	<b>463.200</b>	<b>59.856.769</b>

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,67	6	3	16,67
Nº de membros remunerados	7,67	6	3	16,67
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	4.056.000	7.782.376	348.340	12.186.716

Benefícios diretos e indiretos	0	236.031	0	236.031
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em a�oes, incluindo op�oes	19.668.189	32.691.998	0	52.360.187
Observa�o	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	
<b>Total da remunera�o</b>	<b>23.724.189</b>	<b>40.710.405</b>	<b>348.340</b>	<b>64.782.934</b>

<b>Remunera�o total do Exercício Social 31/12/2020 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administra�o</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
N� total de membros	7	6	3	16
N� de membros remunerados	7	6	3	16
<b>Remunera�o fixa anual</b>				
Salário ou pr�-labore	3.549.000	6.427.991	301.327	10.278.318
Benefícios diretos e indiretos	0	204.188	0	204.188
Participa�o em comitês	0	0	0	0
Outros	709.800	4.696.935	60.265	5.467.000

Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	8.807.348	0	8.807.348
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçã o do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	44.646.835	0	44.646.835
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP	
<b>Total da remuneração</b>	<b>4.258.800</b>	<b>64.783.296</b>	<b>361.592</b>	<b>69.403.688</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	7	5	3	15
Nº de membros remunerados	7	5	3	15
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	3.822.000	6.470.754	300.536	10.593.290
Benefícios diretos e indiretos	0	157.224	0	157.224
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	764.400	5.130.016	63.529	5.957.945
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0

<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	25.484.101	0	25.484.101
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em a�oes, incluindo op�oes	93.835	37.025.467	0	37.119.302
Observa�o	O número de membros foi apurado da forma especificada no Oficio Circular Anual 2022 CVM/SEP	O número de membros foi apurado da forma especificada no Oficio Circular Anual 2022 CVM/SEP	O número de membros foi apurado da forma especificada no Oficio Circular Anual 2022 CVM/SEP	
<b>Total da remunera�o</b>	<b>4.680.235</b>	<b>74.267.562</b>	<b>364.064</b>	<b>79.311.861</b>

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2022 (estimado)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	6	3	17
Nº de membros remunerados	0	6	0	6
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	10.000.000,00	Não há	10.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	10.000.000,00	Não há	10.000.000,00

31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,67	6	3	16,67
Nº de membros remunerados	0	6	0	6
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 10.000.000,00	Não há	R\$ 0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 10.000.000,00	Não há	R\$ 0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	Não há	Não há	Não há	Não há

31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	6	3	16
Nº de membros remunerados	0	6	0	6
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	Não há	Não há	Não há	Não há
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 8.807.348,09	Não há	R\$ 8.807.348,09
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 8.807.348,09	Não há	R\$ 8.807.348,09
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$0,00	R\$8.807.348,09	R\$0,00	R\$ 8.807.348,09

31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	5	3	15
Nº de membros remunerados	0	5	0	5
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 30.580.921,43	Não há	R\$ 30.580.921,43
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 25.484.101,19	Não há	R\$ 25.484.101,19
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	Não há	R\$ 25.484.101,19	Não há	R\$ 25.484.101,19

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

#### **(a) termos e condições gerais**

##### **Plano 2011**

O nosso plano de opção de ações ordinárias de nossa emissão (“Plano 2011”) foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2011 e extinto em 20 de abril de 2017. De acordo com suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações de nossa emissão (“Opções”), nos termos do Plano 2011, os administradores ou empregados da Companhia ou de suas controladas (“Pessoas Elegíveis”).

O Plano 2011 é administrado pelo nosso Conselho de Administração, o qual poderá, observadas as disposições legais pertinentes, constituir um comitê (“Comitê”). O Conselho de Administração e o Comitê, conforme o caso e na medida em que for permitido por lei e pelo nosso Estatuto Social, terão amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano 2011, incluindo(a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções, nos termos do Plano 2011, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano 2011; (b) o estabelecimento de metas relacionadas o desempenho das Pessoas Elegíveis, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; e (d) emissão de novas ações de nossa emissão dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações de nossa emissão em tesouraria, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano 2011. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no Plano 2011, podendo tratar de maneira diferenciada os administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob controle da Companhia que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia e analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns. As deliberações do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano 2011.

Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano 2011, fixando o preço de exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

A outorga de Opções, nos termos do Plano 2011, é realizada mediante a celebração de Contratos de Opção entre a Companhia e os Beneficiários (“Contrato de Opção”), os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o Preço de Exercício e condições de pagamento.

Cada Opção dará direito ao Beneficiário de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Contrato de Opção.

Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas. As Opções outorgadas, nos termos do Plano 2011, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

#### **Plano 2017**

O nosso plano de incentivo atrelado às ações de emissão da Companhia (“Plano 2017”) foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017. De acordo com suas disposições, o Plano 2017 tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração (“Programa”), sendo elegíveis a participar do Plano 2017 e dos Programas os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades coligadas e controladas (“Beneficiários”).

O Plano 2017 será administrado pelo nosso Conselho de Administração e na medida em que for permitido por lei e pelo nosso Estatuto Social, terão amplos poderes para tomar todas medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano 2017, incluindo (a) eleger, a seu exclusivo critério, os Beneficiários que farão jus aos incentivos concedidos pelos Programas que serão instituídos no âmbito do Plano 2017; (b) tomar as medidas necessárias para a administração do Plano 2017 e dos Programas, inclusive quanto à interpretação e aplicação de suas disposições; (c) decidir quanto às datas de concessão dos incentivos atrelados a ações no âmbito dos Programas; (d) determinar as consequências e procedimentos relativos à manutenção ou perda de direitos acerca dos incentivos afetando os respectivos Beneficiários nos casos de desligamento, falecimento, invalidez permanente, aposentadoria e/ou dissolução e/ou liquidação da Companhia; (e) decidir quanto aos direitos dos Beneficiários em razão de cada um dos Programas; (f) deliberar e decidir acerca dos termos e condições dos Programas e aprovar os Programas, bem como seus respectivos regulamentos e contratos de adesão; (g) aprovar a emissão de novas ações no limite do capital autorizado da Companhia ou autorizar a utilização de

ações em tesouraria para cumprimento dos termos deste Plano 2017 e dos Programas; (h) aditar os regulamentos dos Programas e respectivos Contratos de Adesão (abaixo definido); e (i) alterar ou extinguir os Programas. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no Plano 2017, podendo tratar de maneira diferenciada os administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades coligadas e/ou controladas da Companhia que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia e analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns. As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano 2017.

A outorga dos incentivos a cada Beneficiário, nos termos do Plano 2017, é realizada mediante a celebração de contratos de adesão entre a Companhia e o respectivo Beneficiário, os quais deverão fixar todos os termos e condições de cada incentivo, conforme previsto no respectivo Programa (“Contratos de Adesão”).

#### **1º Programa de Matching de Ações**

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 28 de junho de 2017, o nosso 1º Programa de Incentivo Atrelado a Ações – Matching de Ações (“1º Programa de Matching de Ações”) instituído no âmbito do Plano 2017, bem como a definição dos diretores elegíveis ao Programa (“Beneficiários do 1º Programa de Matching de Ações”).

O 1º Programa de Matching de Ações é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem cabe tomar as decisões relativas ao Programa e sanar eventuais dúvidas dele decorrentes, observadas as condições estabelecidas pelo Plano 2017.

#### **2º Programa de Matching de Ações**

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 28 de março de 2018, o nosso 2º Programa de Incentivo Atrelado a Ações – Matching de Ações (“2º Programa de Matching de Ações”) instituído no âmbito do Plano 2017, bem como a definição dos diretores elegíveis ao Programa (“Beneficiários do 2º Programa de Matching de Ações”).

O 2º Programa de Matching de Ações é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem cabe tomar as decisões relativas ao Programa e sanar eventuais dúvidas dele decorrentes, observadas as condições estabelecidas pelo Plano 2017.

#### **1º Programa de Performance Shares**

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 20 de abril de 2019, o 1º Programa de Incentivo Atrelado a Ações – Performance Shares (“1º Programa de Performance Shares”) instituído no âmbito do Plano 2017, bem como a definição dos seus beneficiários (“Beneficiários do 1º Programa de Performance Shares”).

O 1º Programa de Performance Shares é um mecanismo de incentivo de longo prazo para os Beneficiários do 1º Programa de Performance Shares administrado pelo Conselho de

Administração da Companhia que visa (i) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (ii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos administradores e empregados em geral, alinhando os seus interesses com os dos acionistas da Companhia; e (iii) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de suas metas empresariais e a consecução dos seus objetivos sociais, alinhado aos interesses de seus acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos Beneficiários do 1º Programa de Performance Shares.

#### **4º Programa de Ações Restritas**

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 30 de julho de 2019, o nosso 4º Programa de Incentivo Atrelado a Ações – Ações Restritas (“4º Programa de Ações Restritas”) instituído no âmbito do Plano 2017, bem como a definição dos beneficiários elegíveis ao Programa (“Beneficiários do 4º Programa de Ações Restritas”).

O 4º Programa de Ações Restritas é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem cabe tomar as decisões relativas ao Programa e sanar eventuais dúvidas dele decorrentes, observadas as condições estabelecidas pelo Plano 2017.

#### **(b) principais objetivos do plano**

##### **Plano 2011**

Os objetivos principais do nosso Plano 2011 são os seguintes: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis, nos termos do Plano 2011; e (c) possibilita-nos e a outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter vinculados aos Beneficiários.

##### **Plano 2017**

Os objetivos principais do nosso Plano 2017 são os seguintes: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis, nos termos do Plano 2017; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de nossas metas empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos Beneficiários.

#### **(c) forma como o plano contribui para esses objetivos**

##### **Plano 2011**

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento das Opções ainda estimula os Beneficiários, por meio

do comprometimento de seus recursos próprios, a buscarem a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometerem o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano 2011.

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

#### **Plano 2017**

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento dos incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscarem a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometerem o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano 2017.

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores, empregados e prestadores de serviços, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

#### **(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

##### **Plano 2011**

O Plano 2011 insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para nós e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano 2011, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

##### **Plano 2017**

O Plano 2017 insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para nós e a recompensa para os nossos executivos. Porém, os Programas não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

#### **(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

##### **Plano 2011**

As outorgas realizadas com base no Plano 2011 trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

#### **Plano 2017**

Os incentivos realizados com base no Plano 2017 trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

#### **(f) número máximo de ações abrangidas**

##### **Plano 2011**

As ações obtidas mediante o exercício das Opções outorgadas no âmbito do plano não poderão ultrapassar, durante todo o prazo de vigência do Plano 2011, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

##### **Plano 2017**

As ações a serem concedidas no âmbito do Plano 2017 e dos Programas não poderão ultrapassar, durante todo o prazo de vigência do Plano 2017, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

#### **(g) número máximo de opções a serem outorgadas**

##### **Plano 2011**

Conforme o item (f) acima, o total de Opções outorgadas no âmbito do Plano 2011 não pode ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano 2011, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

##### **Plano 2017**

Conforme o item (f) acima, o total de ações a serem concedidas no âmbito do Plano 2017 e dos Programas não poderão ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano 2017, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

#### **(h) condições de aquisição de ações**

##### **Plano 2011**

O Conselho de Administração tem competência para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano 2011, fixando o Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas atais Opções.

### **Plano 2017**

O nosso Conselho de Administração tem competência para implementar os Programas em seu favor, estabelecendo todas as condições dos Programas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a implementação dos Programas, elegendo os Beneficiários que farão jus aos incentivos concedidos pelos Programas, fixando o preço de exercício das opções de compra de ações de nossa emissão, as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício e impondo quaisquer outras condições relativas aos Programas.

#### **(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

##### **Plano 2011**

Conforme o Plano 2011, o preço de exercício das opções outorgadas será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, quando da outorga das Opções e será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos por ele determinados.

Para o exercício de 2012, o critério para fixação do preço de exercício da outorga foi apurado pelo preço da ação na abertura de capital (IPO), com o desconto de 15%, que é o mesmo desconto para aquisição das ações concedido aos funcionários. Para o exercício de 2013, o critério para fixação do preço de exercício da outorga foi apurado mediante cálculo da média da cotação das ações de nossa emissão dos últimos 6 (seis) meses imediatamente anteriores a data de outorga.

Nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 não houve outorga de opções de ações.

##### **Plano 2017**

Conforme o Plano 2017, o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano 2017 será fixado pelo Conselho de Administração, quando da implementação dos Programas e outorga das opções de compra de ações de nossa emissão e será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos por ele determinados.

##### **1º Programa de Matching de Ações**

Conforme o 1º Programa de Matching de Ações, os Beneficiários poderão adquirir ações ordinárias da Companhia listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, pelo valor de R\$184,46, valor este correspondente à média ponderada das ações nos 30 pregões ocorridos no período entre 01/03/2017 e 11/04/2017.

Para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários 1º Programa de Matching de Ações, a Companhia outorgará aos Beneficiários do 1º Programa de Matching de Ações o direito de receber, gratuitamente, 3 (três) ações ordinárias da Companhia. Neste sentido, o preço de exercício no âmbito do 1º Programa de Matching de Ações não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

##### **2º Programa de Matching de Ações**

Conforme o 2º Programa de Matching de Ações, os Beneficiários poderão adquirir ações ordinárias da Companhia listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, pelo valor

de R\$ 71,73, valor este correspondente a 80% da média ponderada das ações nos 30 pregões ocorridos no período entre 14/02/2018 e 27/03/2018.

Para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários 2º Programa de Matching de Ações, a Companhia outorgará aos Beneficiários do 2º Programa de Matching de Ações o direito de receber, gratuitamente, 3 (três) ações ordinárias da Companhia. Neste sentido, o preço de exercício no âmbito do 2º Programa de Matching de Ações não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

#### **1º Programa de Performance Shares**

Conforme o 1º Programa de Performance Shares, os Beneficiários do 1º Programa de Performance Shares poderão receber ações ordinárias da Companhia nos respectivos períodos de carência.

O preço de exercício no âmbito do 1º Programa de Performance Shares não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

#### **4º Programa de Ações Restritas**

Conforme o 4º Programa de Ações Restritas, a Companhia outorgará aos Beneficiários nas datas dos períodos de carência uma determinada quantidade de ações, de forma gratuita. Neste sentido, o preço de exercício no âmbito do 4º Programa de Ações Restritas não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

#### **(j) critérios para fixação do prazo de exercício**

##### **Plano 2011**

Conforme o Plano 2011, a obtenção do direito ao exercício da Opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos anualmente pelo Conselho de Administração.

Dessa forma, foi definido que as Opções poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que o Beneficiário permaneça ininterruptamente vinculado, como administrador ou colaborador da Companhia entre a data da outorga e as datas especificadas a seguir: (a) no caso de exercício do Programa 1 da 1ª Outorga, 20% (vinte por cento) das Opções podem ser exercidas no ato da outorga e, a partir desta data, adicionais 20% (vinte por cento) das Opções, a partir de 1º de março de 2012, poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia; (b) para o Programa 2 da 1ª Outorga, 20% (vinte por cento) das Opções podem ser exercidas a partir de 1º de março de 2012 e, a partir desta data, adicionais 20% (vinte por cento) poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia; e (c) para todos os contratos da 2ª Outorga, 25% (vinte e cinco por cento) das Opções podem ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2014 e, a partir desta data, adicionais 25% (vinte e cinco por cento) poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia. Tais Opções, quando exercidas, serão liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais da Companhia.

##### **Plano 2017**

O nosso Conselho de Administração tem competência para administrar o Plano 2017 e os Programas a serem instituídos e aprovar todas as decisões relativas ao Plano 2017 e aos Programas. O Conselho de Administração estabelecerá os termos e condições dos Programas a serem instituídos, incluindo os critérios para fixação do prazo de exercício das opções de compra de ações de nossa emissão a serem outorgadas.

**(k) forma de liquidação**

**Plano 2011**

Nos termos da cláusula 6.2 do Plano 2011, poderemos, a critério do nosso Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria.

**Plano 2017**

Nos termos da cláusula 5.5(g) do Plano 2017, poderemos, a critério do nosso Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria.

**(l) restrições à transferência das ações**

**Plano 2011**

Nos termos do nosso Plano 2011, caberá ao nosso Conselho de Administração ou Comitê impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para nós opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

**Plano 2017**

Nos termos do nosso Plano 2017, caberá ao nosso Conselho de Administração impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções outorgadas.

**(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

**Plano 2011**

O Plano 2011 foi extinto em 1º abril de 2017. O término de vigência do Plano 2011 não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas anteriormente com base no referido Plano.

Contudo, deve-se ressaltar que o Plano 2011 extinguir-se-á automaticamente, sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano 2011 ou em Contrato de Opção, cessando-se todos os seus direitos e efeitos, nos seguintes casos: a) mediante o seu exercício integral; b) após o decurso do prazo de vigência da Opção; c) mediante o distrato do Contrato de Opção; d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou e) nas hipóteses previstas no item n), abaixo.

Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras negociações.

Porém, caso necessário, para dar fiel execução à eventual Opção firmada, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado no Estatuto Social, ou alienar ações mantidas em tesouraria.

Ainda, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

#### **Plano 2017**

O Plano 2017 entrou em vigor na data de sua aprovação pela nossa Assembleia Geral e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da nossa Assembleia Geral. O término de vigência do Plano 2017 não afetará a eficácia dos incentivos ainda em vigor nos termos dos respectivos regulamentos de cada Programa.

Nos termos do nosso Plano 2017, o nosso Conselho de Administração terá total autonomia na administração e estruturação dos Programas, dispondo dos poderes necessários para alterá-los ou extingui-los.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no **plano de remuneração baseado em ações**

#### **Plano 2011**

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano 2011 poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo, se o beneficiário (a)desligar-se de nossos quadros por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e

sem direito a qualquer indenização, sendo que, se o desligamento ocorrer dentro do prazo de 12(doze) meses após uma mudança no nosso controle acionário, tais direitos tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se de nossos quadros por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se de nossos quadros por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário.

#### **Plano 2017**

O nosso Conselho de Administração determinará as consequências e procedimentos relativos a perda de direitos acerca dos incentivos afetando os respectivos Beneficiários nos casos de

desligamento, por qualquer motivo, falecimento, invalidez permanente, aposentadoria e dissolução ou liquidação da Companhia.

### 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

	Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2022)			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Nº total de membros	8	6	6	6
Nº de membros remunerados	1	6	6	6
Preço médio ponderado de exercício:	4ª Outorga "Restritas"	1ª Outorga "Matching"	2ª Outorga "Matching"	1ª Outorga "Performance"
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-	-
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,02%	0,13%	0,06%	0,59%

	Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Nº total de membros	7,67	6	6	6
Nº de membros remunerados	1	6	6	6
Preço médio ponderado de exercício:	4ª Outorga "Restritas"	1ª Outorga "Matching"	2ª Outorga "Matching"	1ª Outorga "Performance"
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-	-
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,02%	0,13%	0,06%	0,59%

	Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Nº total de membros	7	6	6	6
Nº de membros remunerados	0	6	6	6
Preço médio ponderado de exercício:	-	1ª Outorga "Matching"	2ª Outorga "Matching"	1ª Outorga "Performance"
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-	-
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,13%	0,07%	0,66%

	Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
Nº total de membros	7	5	5	5	5
Nº de membros remunerados	1	4	5	5	5
Preço médio ponderado de exercício:	1ª Outorga "SOP"	1ª Outorga "SOP"	1ª Outorga "Matching"	2ª Outorga "Matching"	1ª Outorga "Performance"
(a) das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 1,70	R\$ 1,36	-	-	-
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	R\$ 2,34	-	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,11%	0,24%	0,13%	0,07%	0,62%

**13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021
	Conselho de Administração
Nº total de membros	7
Nº de membros remunerados	1
Opções ainda não exercíveis	-
Quantidade	-
Data em que se tomarão exercíveis	-
Prazo máximo para exercício das opções	29/10/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,30
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 0,19
Opções exercíveis	
Quantidade	284.928
Prazo máximo para exercício das opções	29/10/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,30
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 0,19
Valor justo do total das opções no último dia do exercício	R\$ 53.958,24

### 13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8	6
Nº de membros remunerados	1	4
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício	0,00	0,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	0,00	0,00
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	0	3.503.578
Preço médio ponderado de aquisição	0	0,00
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	20,02

31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	6
Nº de membros remunerados	1	4
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	280.000	4.772.352
Preço médio ponderado de exercício	10,56	9,57
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	10,14	9,15
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	0	2.654.784
Preço médio ponderado de aquisição	0	0,00
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	12,61

31/12/2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	6,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	0	1.308.544
Preço médio ponderado de exercício	0,00	2,34
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	0,00	22,68
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	0	565.568
Preço médio ponderado de aquisição	0	0,00
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	23,39



**13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

**(a) modelo de precificação**

**Plano 2011**

Nos últimos três exercícios sociais, precificamos as opções com o modelo de precificação da Black & Scholes. Quando relevante, a expectativa de vida de nossas opções foi ajustada com base na melhor estimativa da nossa administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício e aspectos comportamentais.

**Plano 2017**

Por ser um plano baseado em ações, o valor justo das ações de “matching” é o valor de fechamento da data de outorga.

**(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

**Plano 2011**

São utilizadas as seguintes premissas em nosso modelo de precificação da Black & Scholes:

Premissa	1ª Outorga	2ª Outorga
Expectativa de vida média das opções(1)	5,5 anos	5,5 anos
Volatilidade média atualizada	43,5%	37,98%
Taxa de juros livre de risco	10%	5,92%
Valor justo das opções concedidas	R\$ 6,44	R\$ 6,06
Preço do exercício	R\$13,60	R\$9,45
Prazo de vida das opções	08 anos	12 anos

(1) Representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o turnover médio dos beneficiários do plano.

**Plano 2017**

**1º Programa de Matching de Ações**

Foram outorgadas em 28 de junho de 2017, 17.646.336 ações (após desdobramentos em 2017, 2019 e 2020) em forma de matching aos beneficiários do programa, sendo que 20% das ações outorgadas serão transferidas aos beneficiários após 30 de abril de 2019; 20% das ações serão transferidas após 30 de abril de 2020; 30% das ações serão transferidas após 30 de abril de 2021 e 30% serão transferidas após 30 de abril de 2022.

**2º Programa de Matching de Ações**

Foram outorgadas em 28 de março de 2018, 9.353.376 ações (após desdobramento em 2019 e 2020) em forma de matching aos beneficiários do programa, sendo que 20% das ações outorgadas serão transferidas aos beneficiários após 05 de abril de 2020; 20% das ações serão

transferidas após 05 de abril de 2021; 30% das ações serão transferidas após 05 de abril de 2022 e 30% serão transferidas após 05 de abril de 2023.

#### 1º Programa de Performance Shares

Serão utilizadas até 43.020.608 ações (após desdobramento em 2019 e 2020) para atender o 1º Programa de Performance Shares, que representam 0,71% do capital social da Companhia.

As metas serão apuradas anualmente, conforme a seguir (“Período de Apuração”), sendo que cada Período de Apuração corresponderá a 20% do total da premiação definida para cada Beneficiário do 1º Programa de Performance Shares: (i) Período 1: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2019; (ii) Período 2: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2020; (iii) Período 3: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2021; (iv) Período 4: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2022; e (v) Período 5: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2023.

Para cada Período de Apuração, o lote de ações correspondente a cada Beneficiário será definido pelo percentual de alcance das metas, respeitando os limites mínimos e máximos estabelecidos na tabela abaixo:

Média Ponderada da Meta	% da Premiação Alvo
Até 80%	Zero
Entre 80,1 e 100%	Proporcional ao alcance da Média Ponderada da Meta (ex: 90% da meta = 90% da Premiação Alvo)
Acima de 100%	Limitado a 100% da Premiação Alvo

#### 4º Programa de Ações Restritas

Foram outorgadas em 30 de julho de 2019, 5.657.728 ações (após desdobramentos em 2017, 2019 e 2020) aos beneficiários do programa, sendo que 30% das ações outorgadas serão transferidas aos beneficiários após 30 de abril de 2022; 30% das ações serão transferidas após 30 de abril de 2023 e 40% serão transferidas após 30 de abril de 2024.

#### (c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, dado que o modelo não permite exercício antecipado sem autorização de nossos órgãos societários competente, e este é responsável por definir métodos e premissas para incorporar os efeitos esperados do eventual exercício antecipado.

#### (d) forma de determinação da volatilidade esperada

##### Plano 2011

Por ser uma entidade recém listada à época de Outorga dos Programas, a volatilidade histórica também não expressa suficiente informação sobre a volatilidade das ações, tendo em vista, inclusive, os prazos contratuais de exercício das opções. Dessa forma, a Companhia utilizou como estimativa a média do histórico anual das empresas do mesmo setor da Companhia.

##### Plano 2017

Não aplicável.

**(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável, todas as características já estão descritas neste item 13.8.

### 13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

<b>Companhia</b>		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	1.165.700	0,02%
Diretoria Estatutária	13.602.854	0,20%
Conselho Fiscal	11.612	

<b>Luiza Participações S.A.</b>		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	64.840.816	50,00%
Diretoria Estatutária	-	-
Conselho Fiscal	-	-

<b>Wagner Garcia Participações S/A</b>		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	29.778.635	33,33%
Conselho Fiscal	-	-

<b>Magalu Pagamentos Ltda.</b>		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	1	1,00%
Conselho Fiscal	-	-

<b>Magalu Log Serviços Logísticos Ltda.</b>		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	1	0,01%
Conselho Fiscal	-	-

### 13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

### 13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2010	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº total de membros	6	6	5	7,67	7	7	3	3	3
Nº de membros remunerados	6	6	5	7,67	7	7	3	3	3
Valor da maior remuneração (Reais)	13.672.873,46	30.347.473,58	36.263.283,21	21.665.388,83	1.738.800,00	1.886.400,00	116.113,29	120.530,76	121.354,77
Valor da menor remuneração (Reais)	4.829.324,93	6.775.480,05	3.430.890,35	403.200,00	352.800,00	374.400,00	116.113,29	120.530,76	121.354,77
Valor médio da remuneração (Reais)	6.785.067,58	12.156.904,69	14.853.512,42	3.093.114,58	608.400,00	668.604,99	116.113,29	120.530,76	121.354,77

Diretoria Estatutária	
<b>31/12/2021</b>	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
<b>31/12/2020</b>	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
<b>31/12/2019</b>	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

<b>Conselho de Administração</b>	
<b>31/12/2021</b>	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
<b>31/12/2020</b>	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
<b>31/12/2019</b>	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

<b>Conselho Fiscal</b>	
<b>31/12/2021</b>	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP. A maior remuneração do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
<b>31/12/2020</b>	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP. A maior remuneração do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
<b>31/12/2019</b>	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP. A maior remuneração do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado considerando as

	remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
--	---

### 13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

### 13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	2021	2020	2019
Conselho de Administração	8,38%	40,83%	42,31%
Diretoria Estatutária	9,34%	11,26%	12,83%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%

### 13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

### 13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

#### Exercício social 2021 - Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 2.421.183,75	R\$ 0,00	R\$ 1.701.676,45	R\$ 4.122.860,20
Controladas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 1.432.359,91	R\$ 0,00	R\$ 1.479.896,33	R\$ 2.912.256,24

#### Exercício social 2020 - Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 1.550.222,12	R\$ 0,00	R\$ 1.239.940,37	R\$ 2.790.162,49
Controladas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 1.150.744,12	R\$ 0,00	R\$ 1.602.067,74	R\$ 2.752.811,86

**Exercício social 2019 - Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum**

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 367.345,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 367.345,93
Controladas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 2.029.029,42	R\$ 0,00	R\$ 942.975,05	R\$ 2.972.004,53

Não houve pagamento de remuneração para administradores e membros do conselho fiscal reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas em função do exercício do cargo na Companhia nos três últimos exercícios sociais.

### 13.16 - Outras informações relevantes

#### Comitês

Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance: 02 (dois) membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i). Um membro independente recebe remuneração mensal.

Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor: os membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i). Um membro independente recebe remuneração mensal.

Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional: 03 (três) membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i). Um membro externo recebe remuneração mensal.

Comitê de Estratégia e Inovação: 05 (cinco) os membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i).

#### Desdobramento de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de outubro de 2020, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 4 (quatro) ações ordinárias, sem qualquer alteração no valor do capital social da Companhia, nos termos do artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de setembro de 2020. Em razão disso, o número de opções outorgadas e ainda não exercidas, para todos os planos, será desdobrado na mesma proporção, com reflexos no preço de exercício.

#### Encargos sociais da remuneração dos Administradores

Conforme orientação do Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP, os valores de remuneração em relação ao previsto para o exercício 2022 estão líquidos de encargos sociais. O quadro abaixo apresenta a previsão dos encargos para o Conselho de Administração, para a Diretoria Estatutária e para o Conselho Fiscal.

Encargos Sociais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
INSS	R\$ 811.200,00	R\$ 3.566.031,56	R\$ 69.661,58
FGTS	-	R\$ 927.182,75	-
<b>Total</b>	R\$ 811.200,00	R\$ 4.493.214,31	R\$ 69.661,58